

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

**AS FAZENDAS DE CAFÉ DO VALE DO PARAÍBA: UMA ANÁLISE
SOBRE A “RESIGNIFICAÇÃO” DOS ESPAÇOS RURAIS NO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO.**

CAROLINE BESERRA NATAL

2008



*AS FAZENDAS DE CAFÉ DO VALE DO PARAÍBA: UMA ANÁLISE SOBRE
A “RESIGNIFICAÇÃO” DOS ESPAÇOS RURAIS NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO.*

CAROLINE BESERRA NATAL

Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Ana Maria Lima Daou

Rio de Janeiro

Agosto de 2008

AS FAZENDAS DE CAFÉ DO VALE DO PARAÍBA: UMA ANÁLISE SOBRE
A “RESIGNIFICAÇÃO” DOS ESPAÇOS RURAIS NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO.

Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de
Doutor em Geografia.

CAROLINE BESERRA NATAL

Orientador (a): Ana Maria Lima Daou

Banca Examinadora:

Ana Maria Lima Daou

Presidente, Prof.

Ana Maria de Souza Mello Bicalho

Prof.

Scott William Hoefle

Prof.

Glaucio José Marafon

Prof.

Miguel Ângelo Ribeiro

Prof.

Rio de Janeiro

Agosto de 2008

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pelo carinho, paciência e apoio em todos os momentos de minha caminhada.

À professora Ana Maria Daou pela orientação deste trabalho.

À professora Ana Bicalho e ao professor Scott Hoefle pelo incentivo e paciência.

Aos professores Gláucio Marafon e Miguel Ângelo Ribeiro pelos estímulos, idéias, confiança e paciência.

Aos meus amigos pela contribuição moral, afetiva e intelectual.

À Divina Providência pela Paciência.

Aos professores e funcionários do PPGG – UFRJ.

Ao CNPQ pela contribuição financeira para a concretização desta pesquisa.

RESUMO:

O turismo é uma atividade econômica em crescente expansão. A semelhança do que ocorre em outros países, o Brasil possui um universo em potencial turístico, destacando-se principalmente aqueles de cunho natural. Com o crescimento da população urbana nas últimas décadas, aumentou a procura por ambientes no espaço rural, onde se passou a resgatar uma vida mais simples e tranqüila.

A diversidade de paisagens e patrimônios culturais vem possibilitando a exploração de múltiplas atividades econômicas no meio rural, dentre as quais o turismo. As propriedades que se inseriram nas atividades rurais tornaram-se um grande atrativo para a população interessada em conhecer lugares diferentes. Além disso, o turismo rural está sendo considerado uma alternativa econômica, criadora de renda e de ocupações não agrícolas, que se desenvolve em conjunto com a agropecuária.

O Vale do Paraíba Fluminense é a região onde a lavoura do café atingiu índices máximos de produção e valorização, que em um curto espaço de tempo se transformou no maior produtor de exportação do Brasil. Com essa monocultura, fez acumular fortunas que proporcionaram a construção de residências no espaço rural, monumentais para a época.

Passados um século e meio de sua existência, esses palacetes rurais representam hoje, a memória material de uma história de contrastes e paradoxo entre a riqueza, o glamour e a decadência, retratados na sua arquitetura imponente. Assim, através da mobilização dos proprietários atuais e pelos roteiros monitorados de visitação que reinterpretam com diversos repertórios desse período objetiva-se a conserva o arquitet nica dos edifícios (sedes, senzalas, estábulos) para atender a demanda turística.

Dessa forma, o presente trabalho visa uma análise do turismo como um agente no processo de resignifica o dos espaços rurais no estado do Rio de Janeiro, o que vem promovendo transforma es espaciais através da refuncionaliza o de formas e fun es, em especial o patrimônio arquitetônico das antigas fazendas de café do Vale do Paraíba Fluminense.

Palavras-Chaves: Turismo; Patrimônio Cultural; Fazendas de Café; Vale do Paraíba Fluminense.

ABSTRACT:

The tourism is a economic activity in increasing expansion. The similarity of what it occurs in other countries, Brazil possess a universe in tourist potential, being distinguished mainly those of natural matrix. With the growth of the urban population in the last few decades, it increased the search for environments in the agricultural space, where if it started to rescue a simpler and calm life.

The diversity of landscapes and cultural patrimonies comes making possible the exploration of multiple economic activities in the agricultural way, amongst which the tourism. The properties that if had inserted in the agricultural businesses had become great a attractive for the population interested in knowing places different. Moreover, the agricultural tourism is being considered a economic, creative alternative of income and occupations not agriculturists, who if develop in set with the farming one.

The Paraíba Valley is the region in the state of Rio de Janeiro where the farming of the coffee reached maximum indices of production and valuation, that in a short space of time if it transformed into the producing greater of exportation of Brazil. With this cultivation, it made to accumulate richnesses that had provided the construction of residences in the agricultural space, monumental for the time.

Passed a century and way of its existence, these farms represent today, the material memory of a history of contrasts and paradox between the wealth, glamour and the decay, portraied in its imponent architecture. Thus, through the mobilization of the current proprietors and for the monitored scripts of visitation that reinterpretam with diverse repertoires this period aims at it conservation architectural of the buildings (headquarters, senzalas, stables) to take care of the tourist demand.

Of this form, the present work aims at an analysis of the tourism as an agent in the process to “valorize” of the agricultural spaces in the state of the Rio de Janeiro, what it comes promoting space transformations through the revitalization of forms and functions, in special the patrimony architectural of the old farms of coffee in The Paraíba Valley – RJ.

Key -Word: Tourism; Cultural patrimony; Farms of Coffee; The Paraíba Valley – RJ.

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	<i>p.10</i>
<i>Capítulo 1 – As Contribuições da Geografia para a Análise Teórico-Metodológica do Turismo</i>	<i>p.18</i>
<i>1.1 – A Pesquisa Geográfica em Turismo no Brasil</i>	<i>p.22</i>
<i>1.2 – O Lugar Turístico</i>	<i>p.25</i>
<i>Capítulo 2 – As Políticas Públicas para o Turismo no Brasil</i>	<i>p.32</i>
<i>2.1 – As Políticas Turísticas para os Estado do Rio de Janeiro</i>	<i>p.43</i>
<i>2.2 – A Região Turística do Vale do Café</i>	<i>p.50</i>
<i>Capítulo 3 – O Turismo e a Resignificação dos Espaços Rurais</i>	<i>p.52</i>
<i>3.1 – A Relevância do Turismo para os Espaços Rurais</i>	<i>p.57</i>
<i>3.2 – A Invenção do Patrimônio</i>	<i>p.63</i>
<i>3.3 – A Patrimonialização enquanto Processo</i>	<i>p.67</i>
<i>3.4 – Representações e Significados do Patrimônio</i>	<i>p.69</i>
<i>3.5 – Patrimônio Rural: Velhas e Novas Funções</i>	<i>p.73</i>
<i>3.6 – O Turismo Rural e o Patrimônio no Brasil</i>	<i>p.75</i>
<i>Capítulo 4 – As Fazendas de Café do Vale do Paraíba: Um Exemplo Empírico da Resignificação do Espaço Rural Fluminense pela Atividade Turística</i>	<i>p.86</i>
<i>4.1 - Do Apogeu a Decadência – O Café no Vale do Paraíba Fluminense</i>	<i>p.90</i>
<i>4.2 – A Atividade Turística nas Fazendas Históricas do Vale do Café Fluminense</i>	<i>p. 94</i>
<i>Considerações Finais</i>	<i>p. 115</i>

Referência Bibliográficas p.119

Anexos p. 127

Anexo I p. 127

Anexo II p. 139

Anexo III p. 131

Índice de Figuras, Gráficos e Tabelas:

Figura 1: Mapa de Localização do Vale do Café Fluminense	-p. 17
Figura 2: Regionalização Turística do estado do Rio de Janeiro- 2002	-p. 48
Figura 3: Regionalização Turística do estado do Rio de Janeiro- 2007	-p. 48
Figura 4: Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro	-p. 51
Figura 5: Fazenda Taquara	-p. 95
Figura 6: Mapa de Localização das Fazendas do Vale do Café Fluminense	-p. 99
Figura 7: Antiga Tália da Fazenda União Transformada em Sala de Estar para os Hospedes	-p.100
Figura 8: Traje de Época Relembra o Período dos Barões de Café	-p. 103
Figura 9: Turistas em Visitação a Fazenda União	-p. 105
Figura 10: Apresentação de Harpas no Festival do Café	-p. 109
Gráfico 1: Estado de Conservação da Casa ao Adquiri-la	-p. 95
Gráfico 2: Motivação para Implementar a Atividade Turística	-p. 96
Gráfico 3: Atividade Produtiva Principal	-p. 97
Gráfico 4: Principal Motivação para Visitar uma Fazenda Do Vale	-p. 104
Gráfico 5: Local de Origem dos Turistas	-p. 106
Tabela 1: Divisão das Fazendas Históricas por Categoria Turística	-p. 101

INTRODUÇÃO:

Apesar de o Turismo Rural ter se disseminado principalmente na década 1980, tanto nos países europeus, como em algumas regiões do Brasil e da América Latina, não é uma atividade nova, pois desde o pós-guerra assiste-se à sua propagação.

Após o término da Segunda Guerra Mundial o processo de urbanização, concluído nos países desenvolvidos, inicia-se nos países subdesenvolvidos, principalmente, nos países da América Latina e em muitos países asiáticos.

No Brasil, o intenso processo de urbanização ocorre de maneira intensa a partir da década de 60 do século passado e é responsável pelo inchaço de algumas cidades, hoje metrópoles nacionais, como, por exemplo, Rio de Janeiro e São Paulo. Viver nas grandes cidades não é fácil. Se de um lado, a cidade concentra atividades culturais, lazer, hospitais, universidades e outros serviços, por outro lado o cidadão convive com problemas de trânsito, tais como congestionamentos, e também, com a violência e problemas de poluição sonora, visual e atmosférica. Não bastasse tudo isso, enfrenta o desemprego e altos custos de moradia.

Diante da perda da qualidade de vida nas grandes cidades e metrópoles, existe hoje uma nova visão dos habitantes urbanos sobre o espaço rural. Além do símbolo de liberdade, que ele representa, há nele paisagens, belezas naturais e produzidas, que simbolizam ainda um ambiente saudável comportando potencialidades que devem ser aproveitadas a seu favor (CRISTÓVÃO, 2002). Para Schama (1996), é justamente este valor simbólico típico do velho mundo rural, ou seja, valores remanescentes de um velho sonho idílico, que acabam sendo importantes para cura das aflições presentes na vida citadina, “mesmo que os pastores de cabras e suas debulhadoras tenham sido substituídos por tanques de pesticidas e ceifadeiras industriais” (SCHAMA, 1996, p.26).

Assim, no final do século XX, o meio ambiente natural está cada vez mais ausente do meio ambiente urbano, pois as manifestações da natureza existentes no espaço urbano são banidas pelas formas concretas do desenvolvimento. Desta maneira, os rios e nascentes são enterrados ou escondidos no meio de tabulações, a vegetação é derrubada, o solo impermeabilizado pela construção de edifícios, estradas, ruas, calçadas, criando-se desta maneira o solo urbano. “O meio ambiente urbano, parece, desta maneira, referir-se ao ambiente construído” (RODRIGUES, 1998, p.106).

Outro fato a ser considerado é a pouca preocupação com o lazer e com o relaxamento das pessoas por parte dos administradores urbanos. Os poucos esforços existentes, para serem investidos em alguns espaços verdes, não alteram a situação: as condições de moradia e a qualidade de vida cidadina degradam-se a olhos vistos (KRIPPENDORF, 2001).

Em virtude do custo do lazer não ser levado em consideração pela cidade ele é exportado para o campo onde se multiplicam atividades como de turismo rural, pesque-pagues, festas e rodeios, dentre outras.

Nos países europeus o incentivo a atividades de lazer e de turismo rural passou a ser parte integrante de políticas públicas no sentido de reerguer áreas rurais em declínio (TULIK, 2000). No caso da Itália, o agroturismo foi a alternativa utilizada em meados dos anos 1960 para reverter o quadro da intensa migração rural-urbana a partir da década de 50 em função da crise econômica que atingiu o mundo rural.

A emergência de atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro tem sido objeto de estudo de vários autores. Para Graziano da Silva (1998), Campanhola & Graziano da Silva (1999) e Veiga (2004) há o transbordamento das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seu entorno, como é o caso da região de Campinas, no estado de São Paulo. Nessas áreas, o processo de urbanização do campo se dá por meio da expansão de novas atividades, que pouco ou nada têm a ver com a produção agropecuária propriamente dita. Entre elas, os novos tipos de ocupação destinada ao lazer como o pesque-pagues, chácaras de recreio, turismo rural, as moradias secundárias da classe média urbana, o crescimento de áreas destinadas ao ecoturismo (parques e estações ecológicas, por exemplo). Graças a isso surgem novas formas de emprego como de jardineiros, pedreiros, motoristas, e atividades ligadas à prestação de serviços.

Outro ponto observado é a própria crise do setor agrícola, particularmente a partir da abertura comercial dos anos 90 que teve como consequência a queda da rentabilidade dos principais produtos da agropecuária brasileira. A diminuição da renda tem reflexos na redução dos principais ativos agrícolas, especialmente os preços pagos pela terra. Graziano da Silva & Del grossi (1998) demonstram a ocorrência de queda das rendas agrícolas, particularmente, entre os agricultores familiares que só se dedicam a atividades agropecuárias. Outro fato marcante foi a queda no preço das commodities agrícolas no mercado internacional (CRISTÓVÃO, 2002) gerando uma retração do emprego agrícola.

Assim, em paralelo à queda aos preços dos produtos agropecuários ocorreu igualmente o processo de urbanização do meio rural¹, o qual foi responsável pelo aparecimento de uma nova forma de ocupação e renda não-agrícola, onde se inserem diversos tipos de atividades, como o lazer, o turismo, a moradia/hospedagem e a prestação de serviços pessoais. Com esta modificação, surge também um novo ator social, que são as famílias pluriativas, ou seja, famílias que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas na ocupação de seus membros.

O que caracteriza estas famílias é o fato de não serem mais apenas agricultores e/ou pecuaristas, mas sim trabalhadores que combinam diversas formas de ocupação/atividade, dentro e fora de sua propriedade rural.

Esta mudança no perfil destes atores possibilita, de certa forma, o não abandono total do meio rural, principalmente pelos membros mais jovens destas famílias. Tendo-se consciência que este processo ainda é incipiente e que os índices de pobreza, miséria e principalmente o isolamento destas populações, continuam altos se comparados aos índices das regiões urbanas (SILVA, 1999).

¹ Segundo Fielding (1990), o processo de urbanização do campo tem origem no âmbito urbano, apresentando componentes essenciais que engloba aspectos temporais e espaciais. O primeiro componente desse processo seria a perda de população resultante da mecanização das atividades agrícolas e uma maior especialização produtiva. Como consequência da mecanização, observa-se a concentração do fator de produção de terra, permitindo a produção agrícola com um número cada vez menor de mão-de-obra que, predominantemente, é composta de trabalhadores rurais de meia idade, enquanto que a população jovem migra para a cidade, atraída pelas vantagens que este espaço apresenta em relação ao rural, e a população mais envelhecida realiza atividades menos rentáveis.

Como segundo componente destaca-se o uso residencial do rural, em que as áreas próximas as cidades, principalmente de médio e grande portes, é comum a fixação de residência em casa unifamiliar em espaços rurais, por famílias de jovens de classe média que se deslocam diariamente ao trabalho na cidade, ocorrendo um rejuvenescimento da população. A tendência é a conversão dessas áreas em subúrbio-dormitório, exercendo uma pressão sobre os usos agrícolas, que pouco a pouco dá lugar a atividade de prestação de serviços e, conseqüentemente as atitudes e comportamentos urbanos de classe média se impõem sobre os da sociedade agrária.

A residência secundária e o re-povoamento pela imigração permanente de população aposentada para áreas rurais é o terceiro componente do processo de urbanização do campo. A ocupação de áreas rurais por essa população se dá em áreas mais distantes das cidades, sem exigência de boa acessibilidade, já que a intensidade dos deslocamentos é menor. Como consequência, se tem o envelhecimento da população, o surgimento de novas atividades de serviços para atender a população permanente e temporária que se instalam nessas áreas. Normalmente, se mantém o predomínio da população local, com uma integração social muito reduzida dos novos habitantes, ocorrendo uma separação entre as duas comunidades.

O quarto componente é a implantação de algumas atividades que só pode ser realizada em áreas rurais com determinadas condições, como por exemplo, a instalação de hidroelétricas ou de projetos turísticos. Esse tipo de atividade provoca a imigração de técnicos, especialistas, comerciantes, empregados para a construção civil, hotelaria e outras atividades, chegando a substituição de parte importante da população local. Nesse caso, não há a eliminação das atividades agrárias, que continuam sendo muito importantes para a dinâmica econômica regional, diferenciando-se do segundo caso.

Por fim, em áreas onde as atividades agropecuárias ainda são relativamente importantes economicamente, predomina a população rural original. Nessas áreas com as transformações na produção agrícola, com a intensificação dos fatores capital e trabalho, mesmo havendo incorporação de elementos do modo de vida urbano, como a ampliação das relações intersetoriais, ainda há predomínio de grupos sociais de agricultores e da sociedade rural.

Com o aumento da demanda turística em espaço rural, gerada pela busca dos fatores citados acima, pela procura por ambientes diferenciados, entre outros, levou ao entendimento que esta atividade turística seria uma alternativa econômica para o desenvolvimento do meio rural, uma vez que a agricultura vem sofrendo dificuldades por ser sua única base econômica. (CAMPANHOLA & SILVA, 2000). Desse modo, o que ocorre é uma diversificação de atividades nas propriedades, tornado o espaço rural não mais um simples fornecedor de matéria-prima, mas “um espaço multifuncional” (CRISTÓVÃO, 2002, p.8).

No estado do Rio de Janeiro, o turismo desempenha um papel importante no meio rural fluminense dinamizando um conjunto de outras atividades econômicas que dele são tributárias e com ele interagem. Desse modo, a atividade turística acaba por interferir no ordenamento de grande parcela do território fluminense, levando ao abandono das atividades tradicionais, por parte de alguns municípios, e a sua substituição pela implantação de empreendimentos e de serviços turísticos, desencadeando transformações socioespaciais.

Para a configuração dessas dinâmicas turísticas, os empreendedores locais constroem um imaginário do meio rural, valorizando uma paisagem rural que não está ligada somente as atividades agrícolas, mas ao contato com a natureza, a observação da fauna e da flora, usufruto dos recursos hídricos (banho de rio, cachoeiras), pesque-pague, caminhadas e cavalgadas.

Os empreendedores turísticos locais também transformam os patrimônios arquitetônicos, como os casarios colônias, igreja, fortes, solares e antigas fazendas em produtos do imaginário rural, através de atividades diretas ou por uma reprodução simbólica do passado.

O presente trabalho visa uma análise do turismo como um agente no processo de resignificação dos espaços rurais, o que vem promovendo transformações espaciais através da refuncionalização de formas e funções, principalmente do patrimônio arquitetônico.

Como exemplo empírico, serão tratadas as antigas fazendas de café do Vale do Paraíba fluminense (figura 1). Essas sedes foram entre 1850 e 1900 o cenário da maior produção de café do mundo. Durante os trinta anos precedentes uma floresta primitiva foi transformada em uma série de extensos povoados espalhados nos dois sentidos do Vale, convertendo-se numa vasta região de fazenda de café com base no trabalho escravo. No Império, elas mudaram o centro político e econômico para o Rio de Janeiro e criaram uma nova aristocracia, os barões do café (STEIN, 1985).

Por volta de 1880, a produção cafeeira entrou em decadência no Vale Fluminense, contudo, grande parte destas sedes permaneceu como testemunho de importante fase da história do Brasil e que a partir da década 1990 são “reconfiguradas” em atração turística de relevância na atual dinâmica turística do estado do Rio de Janeiro.

Para tanto, destacamos como questão central norteadora desta pesquisa, compreender o papel das fazendas históricas na resignificação do espaço rural pela atividade turística.

E como sub-questões destacamos:

- Como ocorre a revalorização do patrimônio arquitetônico pelo turismo?
- Quais os principais atores envolvidos nessa revalorização? Como eles atuam?
- Para quem, ou seja, qual o tipo de turista visa atrair?
 - Como ocorre o desenvolvimento das políticas locais na coordenação e promoção do turismo?
 - Quais são as motivações que levam as pessoas a “buscarem” esse tipo de atividade turística?

Cabe ressaltar que para os esclarecimentos de tais questionamentos é necessário em um primeiro momento fazer referência às reflexões sobre a trajetória dos estudos em turismo pela ciência geográfica. O “olhar geográfico” contribui para percepção que o turismo possui uma habilidade para criar, transformar e, inclusive, valorizar de forma diferenciada, transformando, assim, espaços que não possuíam valor no contexto da lógica de produção em lugares turísticos de expressão.

As antigas fazendas cafeeiras configuram-se em “lugares turísticos” caracterizados por uma paisagem rural valorizada pela revitalização do patrimônio arquitetônico rural que atraem fluxos cada vez maiores de visitantes.

Esses “lugares turísticos” encontram-se localizados em diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro, passam a atuar em conjunto através da PRESERVALE (Instituto de Preservação e Desenvolvimento do Vale do Paraíba) criando uma identidade turística expressiva, baseada no turismo rural e na visitação ao patrimônio arquitetônico histórico do café. A criação desta identidade representou uma articulação que estes lugares turísticos estabeleceram entre si, visando incrementar a atividade turística e o desenvolvimento socioeconômico do Vale. A integração proporcionou na configuração da região turística do Vale do Café.

As informações presentes nesta pesquisa resultam de trabalhos de campo realizados, na região do Vale do Paraíba, ao longo do ano de 2007, sendo visitadas as fazendas Cachoeira Grande,

Secretário, Mulungú Vermelho, Cachoeira do Mato Dentro, Vista Alegre, Pau D'Alho, Florença, Ponte Alta, Taquara, União, Santo Antônio, Campos Elíseos e o hotel fazenda do Arvoredo.

Estas propriedades foram visitadas durante a semana após prévio agendamento. Contudo, as fazendas Vista Alegre e Secretário foram visitadas no final de semana, por ser somente nesse período que recebem visitantes.

Na pesquisa de campo foram realizadas entrevistas qualitativas voltadas para o eixo do estudo e 156 entrevistas quantitativas (anexo1) com a aplicação de questionários. Sendo assim, em cada visita foram escolhidas aleatoriamente doze pessoas, as quais complementam representantes das mais diversas categorias sociais, idade, sexo e ocupação profissional. Igualmente foram entrevistados os atuais proprietários das fazendas cafeeiras e empregados, além de uma visita ao Instituto de Preservação e Desenvolvimento do Vale do Paraíba (PESERVALE) e uma entrevista com a sua atual presidente Sônia Mattos.

Assim, visando à composição do trabalho e para efeito de sistematização e organização, o dividimos em três fases não excludentes.

A primeira fase constitui em uma revisão bibliográfica sobre os temas abordados em nossa pesquisa. A revisão bibliográfica visou promover maior clareza e fornecer subsídios à formulação das questões/problemática da pesquisa e dos principais pontos que foram observados em trabalhos de campo na área de estudo.

A segunda fase compreende a pesquisa de campo, na qual foi possível visitar as antigas sedes de fazendas restauradas a partir do final da década de 1980 e ao longo dos anos 1990, as quais se encontram abertas à visitação. Nesta circunstância foi possível entrar em contato com os proprietários atuais que apresentaram a história de seus patrimônios e o processo de reforma destes imóveis que em grande maioria estavam em ruínas.

Na investigação de campo foi possível visualizar a atuação destes atores locais e da PRESERVALE no processo de resignificação do patrimônio rural, transformando-os em cenário para eventos culturais e saraus de música clássica e popular, como o Festival "Vale do Café" e o Festival "Chorinho, Cachaça e Café".

A terceira fase representou a composição final da tese, abordando pontos divergentes e comuns entre a literatura relacionada e a pesquisa de campo, procurando compreender como ocorre

o processo de valorização do patrimônio arquitetônico rural, resultando na reconfiguração de “lugares rurais” em “lugares turísticos” de destaque.

Dessa maneira, o presente estudo estrutura-se em quatro capítulos:

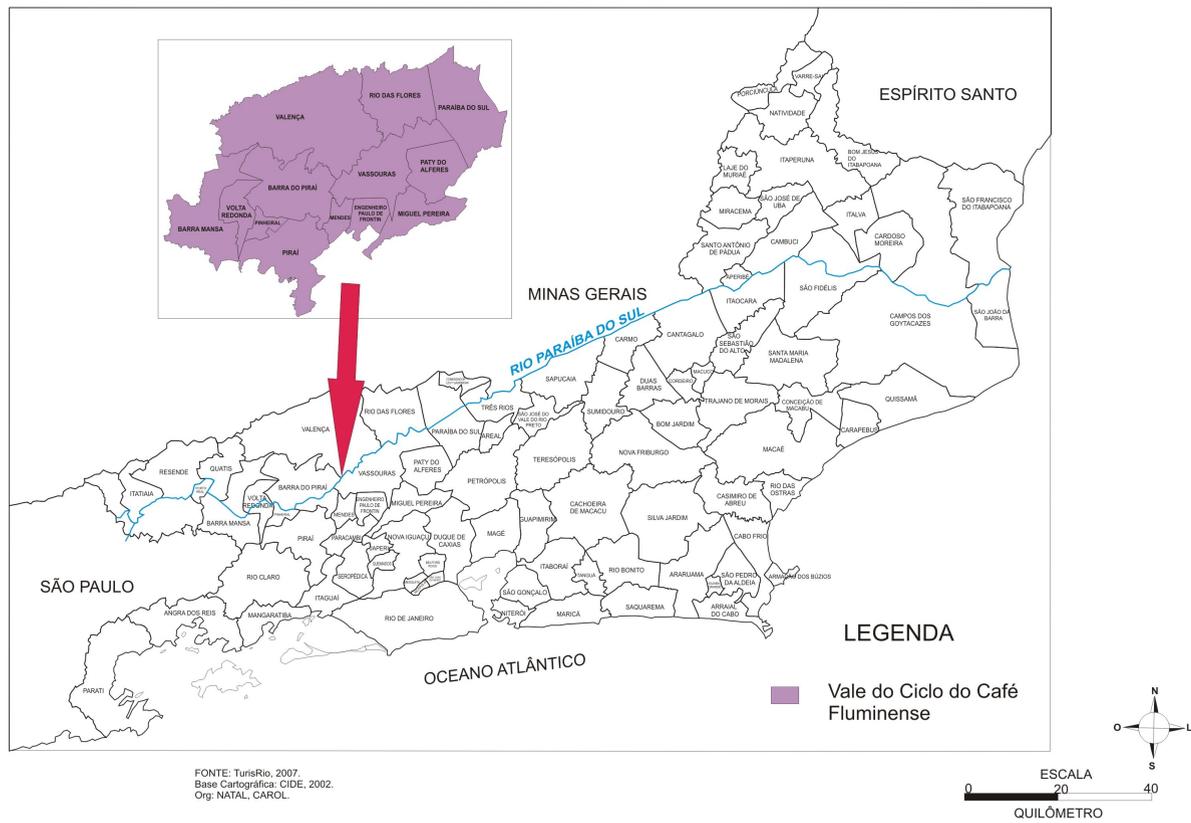
No primeiro capítulo será destacada a importância do turismo, apontando o seu desenvolvimento e afirmação como uma das principais atividades da sociedade contemporânea, destacando principalmente, as análises geográficas sobre esta atividade na criação dos “lugares turísticos”.

O segundo capítulo promoverá uma análise sobre as políticas públicas criadas para desenvolver e fomentar a atividade turística no Brasil ao longo de diferenciados governos. Cabe ressaltar a criação de uma regionalização turística para o estado do Rio de Janeiro, a qual oficializou o “Vale do Café” em região turística de destaque.

O terceiro capítulo compreenderá o processo de resignificação dos espaços rurais através do turismo, configurando a arquitetura e a paisagem rural em patrimônios culturais.

Por fim, o quarto capítulo apresenta o estudo empírico da dinâmica turística nas sedes das antigas fazendas de café do Vale do Paraíba fluminense que foram restauradas e se reconfiguram em atrações turísticas importantes para o desenvolvimento de novas oportunidades para a exploração, a reprodução e o sustento nestas áreas rurais.

FIGURA 1: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO VALE DO CAFÉ FLUMINENSE



FONTE: TurisRio, 2007.
Base Cartográfica: CIDE, 2002.
Org: NATAL, CAROL.

CAPÍTULO 1

“AS CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA PARA A ANÁLISE TEÓRICO-METODOLÓGICA DO TURISMO”

A partir da segunda metade do século XIX, as viagens motivadas por descanso e lazer, e não mais por trabalho e negócios, deixam de ser privilégio das elites para se tornarem, em alguns países da Europa e na América do Norte, atividades comuns a um número crescente de trabalhadores. Segundo John Urry (2001), os fatores que contribuíram para a transformação do turismo em um fenômeno de massa foram o processo de urbanização, a regularização do trabalho, com a conquista gradativa do tempo livre e a melhoria dos meios de transportes.

No século XX, com o fim de Segunda Guerra Mundial e o desenvolvimento tecnológico decorrente deste período, principalmente, através da revolução nos meios de comunicação e transporte, ocorreu uma enorme dinamização da prática turística. O turismo assumiu grande importância, tornando-se uma atividade econômica de peso, porém ignorada pelas ciências sociais até a década de 1960 (KNAFOU, 1997).

O aparecimento de estudos turísticos em bibliografias especializadas nas áreas de geografia, economia, administração, sociologia e antropologia data entre as décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos, França e Inglaterra (PEARCE, 2003), através da publicação de artigos em periódicos que enfocavam diferentes temas, alinhados as filosofias e objetivos de cada periódico em particular. Como exemplo, podemos citar o periódico “*Annal of Tourism Research*”, editado desde 1973 pela Universidade de Wisconsin-Stout (Estados Unidos). Sob o impacto do crescimento do turismo, tais estudos visavam, essencialmente, a compreensão dos fatores que levavam o turismo a tornar-se tão importante ressaltando, sobretudo, seus efeitos econômicos.

Segundo Braducci Júnior (2001), o tema ganha destaque devido justamente a grande euforia internacional quanto ao crescimento do empreendimento turístico e as possibilidades de desenvolvimento advindas de sua implantação. O Banco Mundial e as Nações Unidas passaram a recomendar e a incentivar a implantação dessa atividade nos mais diversos recantos do mundo, sobretudo nos países ditos em desenvolvimento. O turismo ganha projeção nas relações internacionais por sua capacidade de promover a superação da condição de pobreza e de dependência dos países subdesenvolvidos diante das economias centrais.

Para Knafou (1997), os estudos sobre turismo anteriores à segunda metade do século XX, fazem uma abordagem sobre a história das viagens em detrimento de uma análise do papel do turismo nas transformações socioeconômicas e espaciais. Perspectiva, esta que a partir dos anos 1990, a geografia, a antropologia e a história visam privilegiar em seus estudos.

Na geografia, sobretudo, o debate sobre o turismo tem encontrado terreno fértil para o desenvolvimento de linhas de reflexões sistemáticas, estimuladas pela realização de encontros, seminários e a publicação de livros e periódicos científicos. Existe uma preocupação que avança além da análise pura e simples dos fluxos entre as áreas emissoras e receptoras, além de uma abordagem com relação ao impacto ambiental do fenômeno, considerando-se o ambiente social no sentido amplo, incluindo também a avaliação do impacto social desta atividade nas comunidades locais.

O turismo na visão de Becker (2001) é uma marca do século XX, sendo o desejo por conhecer novos ambientes inerente à condição humana. A autora tendo como referência Hartshorne, aponta que este desejo se confundiria com a própria geografia, visto que esta se desenvolveu em função do anseio e da curiosidade pelos lugares.

Segundo Rodrigues (1997), em 1905 a expressão “geografia do turismo” foi empregada pela primeira vez por J.Stradner. Contudo, na geografia, o tema do mesmo modo só ganhará destaque na década de 1960 devido ao acelerado desenvolvimento do fenômeno, ligado à prosperidade econômica que marcou o período do pós-guerra nos países centrais do capitalismo. Em sua maioria, os trabalhos científicos desta época identificam suas abordagens com a Geografia Tradicional, tendo por objetivo analisar de modo sistêmico e abrangente as dimensões geográficas do turismo e contribuir no seu planejamento, desenvolvimento e gerenciamento. A estrutura básica utilizada foi um sistema de análise o qual relacionava origem-ligação-destinação turística gerando um esquema integrador eficaz para a investigação de uma atividade intrinsecamente geográfica (PEARCE, 2003).

Pearce (2003) observa que durante as décadas de 1970 e 1980, foram propostas uma variedade de modelos que tratavam da análise dos fluxos turísticos e a estruturação do espaço turístico. Para o autor os modelos desempenharam um papel de crucial importância à medida que capacitavam descrever e abranger as complexidades do mundo real e adquirir, ordenar e interpretar informações e explicar, compreender e finalmente prever fenômenos e as relações entre eles

(PEARCE, 2003). Em destaque podemos citar o trabalho “Une modele de l’epace touristique” de Jean Miossec (1977a), que apresenta modelos teóricos para os espaços turísticos e Douglas Pearce (1981) que em análise sobre o espaço turístico em Christchurch, Nova Zelândia, igualmente elabora um esquema teórico dos fluxos turísticos.

Além destes dois trabalhos mencionados, podemos também citar os estudos envolvendo o imaginário e a percepção espacial, como o artigo de Miossec (1977b) “L’image touristique comme introduction a lá geographie du tourisme” que sugere tipologias de imagens turísticas. Já o trabalho de Jean Urbain sobre os de folhetos turísticos da Tunísia, o autor em sua análise procurou perceber as mensagens que mais sensibilizavam os turistas em seus valores e expectativas, e assim criar modelos que representassem as principais motivações para a realização das viagens turísticas (REJOWSKI, 1993).

Para Knafou (1997), os estudos sobre o desenvolvimento e o gerenciamento do turismo com o propósito de criar modelos e mensurações de fluxos e demandas, principalmente as relacionadas ao volume gerado de capital foi o ponto em comum nos estudos do turismo pela geografia, estendendo-se até o final da década de 1980.

Já a partir da década de 1990, o turismo passa a ser percebido nas análises geográficas como uma atividade que promove significativas transformações socioculturais e ambientais. Os estudos estão agora voltados na busca de formas que possibilitem a viabilização de lucros, sem em contrapartida gerar implicações negativas, como por exemplo a destruição de patrimônios culturais e naturais, ou a desestruturação social das populações receptoras locais.

Através da compreensão das múltiplas facetas do turismo, podemos observar que ele passa a ser uma das metas principais para o desenvolvimento em múltiplas escalas, seja geração de rendas para uma localidade, desenvolvimento de uma região ou mesmo de um país, ocorrendo uma ênfase para o seu planejamento no sentido de ordenar para se obter uma maior potencialização de benefícios e minimização de problemas, principalmente aos relacionados com o meio ambiente.

No Brasil, o estudo do turismo iniciou-se a partir dos anos de 1970 em virtude de uma expectativa e credibilidade sobre esta atividade como uma proposta ao desenvolvimento econômico (REJOWSKI, 1993). Para Becker (1999) o turismo no Brasil vai se caracterizar como um importante vetor de transformação do território brasileiro, principalmente na zona costeira. Dessa

forma, importância da dimensão geográfica da atividade turística para a ser enfoque de pesquisas geográficas brasileiras, contribuindo para a produção do conhecimento científico em turismo.

1.1 - A PESQUISA GEOGRÁFICA EM TURISMO NO BRASIL:

O conhecimento brasileiro na abordagem geográfica do turismo tem como marco inicial a tese de doutoramento do prof. Armando da Silva, intitulada “O litoral norte do estado de São Paulo. Formação de região periférica” de 1975 defendida no departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (REJOWSKI, 1993).

De 1975 a 1998, a produção acadêmica desse conhecimento está concentrada aos Departamentos de Geografia da Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual do Ceará. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul destaca-se a tese de livre-docência de Kleber Assis (1976) intitulada “O turismo interno no Brasil”, a qual realiza uma abordagem descritiva do desenvolvimento do turismo no Brasil através de uma análise estatística desta atividade.

Em 1985 Adyr Rodrigues defende a tese, sob o título de “Águas de São Pedro – estância paulista. Uma contribuição á geografia da recreação”. Neste trabalho a autora realiza uma análise da produção do conhecimento da geografia do Turismo, revelando o horizonte pluriparagmático de abordagens que caracterizam o pensamento geográfico a partir da segunda metade do século XX. Este procedimento pluriparadigmático se refere tanto aos pesquisadores europeus (franceses, portugueses, italianos e espanhóis) incluindo os pesquisadores de países anglo-saxões quanto aos pesquisadores dos países socialistas europeus.

Rodrigues (1985) discorre em seu trabalho o ordenamento territorial do turismo nos países acima citados. Na França, por exemplo, a partir da década de 60, surgem trabalhos na linha da Geografia Pragmática cuja função era fornecer subsídios em nível de inventários de base a serem usados nas ações do Estado Planejador. Este seria o responsável, junto com poderosas companhias de economia mista pela reorganização do espaço regional tendo em vista seu planejamento turístico. O resultado da parceria entre o Estado planejador e as empresas privadas foi da alçada dos estudos críticos, sob a ótica economicista que surge a partir da década de 1970. Tais estudos criticam o jogo de interesses entre Estado e empresas para a instalação da infra-estrutura turística. Criticam também o capital externo aplicado no contexto regional com os lucros auferidos não aplicados aonde são gerados e os efeitos socioespaciais negativos do uso do território turístico distribuídos com a comunidade.

Rodrigues (1985) analisou também pesquisas anglo-saxônicas, as quais denotavam pouco interesse no trato político e social dos espaços de lazer, sendo, sobretudo análises matemáticas e recursos de informática na construção de modelos cuja força está na estrutura espacial da recreação, ou seja, a relação entre pólos emissores e receptores, distribuição geográfica e dinamismo das regiões turísticas.

No entanto, para Rodrigues (1985) o fato que distingue os pesquisadores anglo-saxões dos demais pesquisadores europeus é a transposição de conhecimentos da psicologia da percepção e da psicologia do comportamento para os estudos de prognósticos que informam a ação do planejamento turístico. Esses conhecimentos incorporados pela geografia da percepção buscam compreender a forma pela qual o homem percebe e reage frente às condições e aos elementos do meio circundante e como esse mecanismo se reflete na sua interação espacial.

Em sua tese sobre turismo e pesquisa científica, Mirian Rejowski (1993) aponta que estudos geográficos no Brasil são permeados de irregularidades devido ao pouco recurso documental e a carência de financiamento dos órgãos de apoio à pesquisa. Contudo, em cursos superiores de turismo ocorre sempre o destaque para as disciplinas com conteúdos geográficos, tais como Geografia do Brasil e Geografia Regional. Estes conteúdos desenvolvidos procuram mapear no Brasil e no mundo os espaços turísticos já consolidados como destinação turística importante ou em fase de implementação. Outras perspectivas do turismo na geografia focalizam noções básicas de Geografia Geral e do Brasil com abordagens clássicas que contemplam a descrição de fenômenos.

A partir da década de 1990, nos estudos geográficos nacionais, passam a exibir igualmente uma busca pela compreensão da dimensão espacial do turismo, sendo elaborados estudos sobre ecoturismo e a gestão ambiental; avaliações sobre os impactos ambientais em áreas turísticas e análises sobre as estruturas e planejamento de unidades de conservação. Para Beni (2003) os principais temas abordados são: planejamento, impactos, turismo regional, produção do espaço, políticas públicas, turismo de litoral, potencial e diagnóstico, sustentabilidade, representações simbólicas, paisagem, ecoturismo e planejamento turístico, urbanização turística, turismo de massa, marketing,

A partir do final da década de 1990, sob o peso de turismo nas políticas públicas do país, assumem vigor teórico-metodológico e continuidade as produções acadêmicas de dissertações e

teses na área de interseção da geografia com o turismo, ampliando-se a pesquisa dessa abordagem para as demais instituições que oferecem cursos de pós-graduação stricto sensu em Geografia no Brasil.

Barreto (2004) observa que em um universo de 150 dissertações e teses realizadas no país, analisando seus títulos e resumos é possível depreender um conhecimento composto através de abordagens interdisciplinares, análises climatológicas, sociogeográficas, etnográficas, estatísticas e análise ambiental englobando geoprocessamento e Sistema de Informação Geográfica, os quais vão delineando um caminho atual, onde os olhares promovem novas leituras sobre os territórios, paisagens e lugares, no processo de apreensão da dualidade que perpassa a realidade espacial, onde esse fenômeno se expressa. Assim, realizam-se análises sobre as políticas de turismo responsáveis pela inserção de novas especialidades incorporadas no tecido social que conforma o turismo urbano, de litoral rural, de montanha e de áreas protegidas.

Posto isto, podemos afirmar que a geografia é um ponto de referência, uma base locacional, descritiva e analítica importante para o estudo do turismo.

O conceito de lugar, assim como outros conceitos utilizados pela geografia, é aplicado para analisar os resultados do somatório das particularidades econômicas, sociais, culturais e ambientais, envolvidas na atividade turística, visto ser o lugar um ponto de interseção das interações e interações temporárias entre o anfitrião e o turista. O lugar turístico se torna então o lugar das representações e das imagens para o turista, cujo olhar estabelece um valor para a paisagem que lhe aparece à frente, independente do significado que esta possa ter para outras pessoas, principalmente para a população residente do local, ou seja, o olhar do turista estabelece novos valores para os lugares, valores baseados na busca pelo diferente ou da liberdade com relação as atividades cotidianas que os lugares turísticos podem oferecer.

1.2 - O LUGAR TURÍSTICO:

É no lugar que a organização e as interações turísticas ganham materialidade, e, por conseguinte, visibilidade. É no lugar turístico que ocorre a relação entre os fluxos turísticos e as formas fixas, como, atrativos turísticos, equipamentos, serviços e infra-estrutura, permitindo assim, a realização da produção e o consumo do espaço turístico.

O conceito de lugar está vinculado diretamente a Geografia Humana, principalmente, nos dois de seus principais ramos, a Geografia Humanista e a Geografia Radical. Enquanto, a primeira procurou na história e nas humanidades os elementos para atacar as atitudes positivistas da Geografia Quantitativa; a segunda buscou suas respostas através da crítica a aceitação implícita, do status político global e da capacidade em associar significados à descrições quantitativas da Geografia Teorético – Quantitativa (FERREIRA, 2000).

Na abordagem Humanista, o conceito de lugar “adquire um papel central, visto que, é através dele que se articulam as experiências e vivências do espaço” (FERREIRA, 2000, p.67).

Destacam-se os nomes de Edward Relph, Yi-Fu Tuan e Anne Buttimer, como os pioneiros na utilização dos conceitos de lugar e mundo vivido, associados à base fenomenológico-existencialista.

Anne Buttimer (1976) em seu trabalho “Grasping the dynamism of lifeworld”, busca a noção de mundo vivido (lifeworld) o elo entre os procedimentos geográficos e fenomenológicos. Para a autora, a fenomenologia considera cada pessoa como tendo um “lugar” natural considerado ponto inicial de seu sistema de referências pessoais. Este “lugar natural” é definido pela associação de espaços circundantes (surrounding), uma série de lugares que se fundem em regiões significativas, cada qual com uma estrutura apropriada e orientada em relação a outras regiões.

Em 1973, Relph apresenta a sua dissertação intitulada “The phenomenon of the place” sendo publicada em 1976 como o título de “Place e Placelessness” - lugar e deslugaridade. Nesse trabalho, Relph (1976, p.8) afirma que “o espaço é amorfo e intangível e não uma entidade que possa ser diretamente descrita e analisada. Contudo, ele está próximo e associado ao sentido ou conceito de lugar”.

O lugar é identificado por Relph (1976) como a base da própria existência humana através de uma experiência profunda e direta do mundo ocupado com significados, ou seja, o lugar é um modo particular de relacionar as diversas experiências de espaço.

Relph lecionava na Universidade de Toronto juntamente com Yi-Fu Tuan. Tuan atuava em dois campos de pesquisa distintos: um dedicado à pesquisa das atividades do homem em relação ao ambiente, que culminou com a publicação de “Topofilia” em 1974; outro dedicado à busca de um conceito espacial adequado às propostas humanistas que culminou com a publicação de “Espaço e lugar” em 1977. Neste último, o autor se aproxima dos estudos de Relph.

Para Tuan (1983, p.5) “na experiência, o significado de espaço freqüentemente se confunde com o de lugar. O que começa com espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”.

Apesar do questionamento básico de Tuan ser a relação espaço e lugar em termos da experiência humana, nele ainda está presente a idéia de lugar no sentido locacional, “o lugar é uma unidade entre outras unidades ligadas pela rede de circulação” (TUAN, 1983, p.21).

Já para Relph (1976, p.29) a localização ou posição não é condição necessária ou suficiente para a constituição do lugar. “Os lugares são experimentados como cenário, paisagem, ritual, rotina, experiências pessoais, cuidado e preocupação com o lar e com o contexto dos outros lugares”.

A preocupação dos geógrafos humanistas era de definir o lugar enquanto experiência referente, essencialmente, ao espaço como é vivenciado pelos seres humanos. Um centro gerador de significados geográficos, que está em relação dialética com o constructo abstrato denominado espaço (HOLZER, 1997).

Assim, na concepção humanista de lugar, o termo-chave é a experiência que leva ao desenvolvimento da identidade de um lugar. A experiência implica na capacidade de aprender a partir da própria vivência. A identidade de um lugar seria, dessa forma, a expressão da adaptação, da assimilação, da acomodação e da socialização do conhecimento. O lugar seria um centro de significações insubstituível para a fundação de nossa identidade como indivíduos e como membros da comunidade (FERREIRA, 2000).

Segundo Tuan (1983) a experiência constitui os lugares em diversas escalas: o lar, a vizinhança, a cidade, a região e o Estado-Nação. Em suas pesquisas Tuan igualmente utilizou

outros temas como: valores espaciais, o espaço mítico, a relação entre tempo e lugar, espaço humanizado, a importância da experiência e das relações intersubjetiva na constituição dos lugares.

Para Tuan (1983), o conteúdo dos lugares é o mesmo conteúdo do mundo, ou seja, ambos são produzidos pela consciência humana e por sua relação intersubjetiva com as coisas e os outros.

Então, da valorização da percepção e das atitudes decorre a preocupação de verificar os gostos, as preferências, as características e as particularidades dos lugares. Valoriza-se também o contexto ambiental e os aspectos que redundam no encanto e na magia dos lugares, na sua personalidade e distinção. Entretanto, com a expansão cada vez maior da tecnologia, da massificação, das facilidades de transporte e da organização do consumo, encontramos elementos idênticos em quase todos os lugares. São semelhantes ou mesmo iguais, os cartazes de propaganda, os edifícios, os produtos alimentícios. Isto ocorre nas grandes e pequenas cidades, nas mais variadas regiões e países, representando um processo de universalização, o da descaracterização do lugar, tema também abordado por Edward Relph (CHRISTOFOLETTI, 1982).

Relph (1976) elaborou o conceito de deslugar (placelessness)², onde associa ao mundo moderno a perda da diversidade e do significado dos lugares. Para o autor a diminuição do número de lugares significantes e paisagens diferenciadas estaria apontando para o surgimento que ele chama de uma geografia do deslugar. Dessa forma, estaríamos sendo subjugados pelas forças da deslugaridade e pela perda do sentimento de lugar.

² Cabe ressaltar que a concepção de Não-Lugar de Marc Auge (1994) se aproxima de do conceito de deslugar proposto por Relph (1976) associando ao mundo moderno a perda do significado dos lugares. Para Auge (1994), há alguns fenômenos contemporâneos que podemos destacar para pensar a experiência do não-lugar, dentre eles: os deslocamentos impostos pela demografia e a economia mundiais; a urbanização em massa; os acampamentos. O que esses “espaços residuais” têm em comum é a perda do vínculo social, embora Augé assumira que, evidentemente, o lugar, com sua determinação histórica, identitária, social, se recompõe nesses não-lugares, como forma de sobrevivência.

O que Auge (1994) vai chamar não-lugar se situa num mundo onde se nasce numa clínica e se morre num hospital, onde se multiplicam, em modalidades luxuosas ou desumanas, os pontos de trânsito e as ocupações provisórias (as cadeias de hotéis e os terrenos invadidos, os clubes de férias, os acampamentos de refugiados, as favelas destinadas aos desempregados ou à perenidade que apodrece) um mundo onde se desenvolve uma rede cerrada de meios de transporte que são também espaços habitados, um mundo onde o frequentador das grandes superfícies, das máquinas automáticas e dos cartões de crédito.

Para Auge (1994), o mundo da globalização econômica e tecnológica é um mundo da passagem e da circulação. Os aeroportos, as cadeias de hotéis, as auto-estradas, os supermercados são não-lugares na medida em que a sua vocação primeira não é territorial, não é criar identidades singulares, relações simbólicas e patrimônios comuns, mas, sobretudo facilitar a circulação (e, deste modo, o consumo) num mundo com as dimensões do planeta. Esses espaços têm todos um ar de déjà-vu, de redundância, mundo do muito cheio, mundo da evidência. Os espaços de passagem, de trânsito (não-lugares), são transformados em lugares geometricamente habitados.

Relph (1976) busca, então, compreender as características do deslugar, reconhecendo que ela é uma atitude e uma expressão dessa atitude que está se tornando crescentemente dominante e, como consequência, torna-se cada vez menos possível a criação autêntica de lugares e a fruição de um sentido profundo de lugar. De acordo com o autor, as sociedades industrializadas e de massa possuem um modo de vida dominante inautêntico onde a comunicação e a cultura de massa, as grandes empresas, o processo de autoridade central e o próprio sistema econômico são os principais responsáveis por todo este processo.

Na Geografia Radical, o enfoque do conceito de lugar é diferente, sendo compreendido como uma perspectiva regional sobre o global, uma construção social sobre o pano de fundo da relação entre espaço-tempo e ambiente, ou um local criado para atender a determinadas funções a partir do qual estabelecemos nossa revisão e interpretação do mundo (FERREIRA, 2000).

Para Santos (1999, p.273) “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”, ou seja, o lugar ao mesmo tempo em que acolhe os vetores da ideologia dominante, também propiciará o surgimento e desenvolvimento de diferentes processos específicos.

Os lugares são marcados, então, por novos ritmos, por novas relações sociais, por outros símbolos que ganham conteúdos novos, ora redefinindo antigos lugares, ora criando outros lugares, ocorrendo na maioria dos casos, uma grande competitividade entre os lugares, onde, cidades internacionais são alinhadas segundo critérios criados para julgar sua capacidade para competir com as demais, pela atração de atividades consideradas interessantes segundo empresários mais agressivos (SANTOS, 2002a).

Assim,

os lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social. Isso responde à exigência de maior segurança e rentabilidade para capitais obrigados a uma competitividade crescente. Isso conduz a uma marcante heterogeneidade entre as unidades territoriais, com uma divisão do trabalho mais profunda e, também, uma vida de relações (SANTOS, 1999, p.198).

Por isso, as maiores empresas elegem, em cada país, os pontos de seu interesse, exigindo, para que funcionem ainda melhor, o equipamento local e regional adequado e o aperfeiçoamento de suas ligações mediante elos materiais e informacionais modernos. Isso quanto às condições técnicas. Mas é também necessária uma adaptação política, mediante a adoção de normas e aportes financeiros, fiscais, trabalhistas etc. É a partir dessas alavancas que os lugares lutam entre si para atrair novos empreendimentos, os quais, entretanto, obedecem a lógicas globais que impõem os lugares e países uma nova medida do valor, planetária e implacável. Tal uso preferencial do território por empresas globais acaba desvalorizando não apenas as áreas que ficam de fora do processo, mas também as demais empresas, excluídas das mesmas preferências (SANTOS, 2002b, p.88).

Os conflitos manifestados no lugar são, no entanto, próprios das relações sociais. Para Doreen Massey, professora de Geografia na Faculdade de Ciências Sociais da Open University Milton Keynes na Inglaterra,

cada lugar é o centro de uma mistura distinta das relações sociais mais amplas com as mais locais. Há o fato de que essa mesma mistura em um lugar pode produzir efeitos que poderiam não ocorrer de outra maneira. Finalmente, todas essas relações interagem com a história acumulada de um lugar (MASSEY, 2000, p.185).

O lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos. Isto porque a realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis sem com isso eliminar as particularidades do lugar, pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos de vida, formas de apropriação expressando sua função social, projetos e desejos (CARLOS, 1996).

Essa mistura de relações sociais produz, segundo Massey (2000), a singularidade de um lugar. Na visão da autora isto representa um contraponto às idéias que crêem que a globalização acarreta simplesmente uma homogeneização.

Santos (1997, p.58) em “Metamorfoses do Espaço Habitado”, também já apontava para a singularidade do lugar, onde,

cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra. Cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem, muitas vezes, ser comuns a vários lugares. O acontecer global dá-se seletivamente, de modo impar, ainda que se apresente comandado pela totalidade.

O lugar segundo a sua organização ou reordenação produz o singular. Singularidade esta que na compreensão de Claval (2003) é sinônimo de utilidade, o que explicaria como determinado lugar a ser valorizado ou pelas possibilidades que oferece para sua sobrevivência e reprodução ou por suas amenidades e prazeres que oferece a quem vive ou o visita.

Sendo assim, a atratividade do lugar turístico passa então a ser definida não só por fatores objetivos como os seus recursos naturais (praias, montanhas, rios) ou culturais (museus, artesanato, folclore, monumentos arquitetônicos), mas igualmente pela imagem construída do lugar pela mídia ou pelo imaginário coletivo.

Duhamel (2003) em pesquisa sobre a atratividade nos “lugar turístico” observa o desenvolvimento do turismo em ambientes exóticos e de difícil acesso ou em pequenas comunidades, com potenciais natural e cultural, ocasiona em uma valorização destes lugares pela atividade turística por meio de empreendedores privados ou mesmo por iniciativas governamentais,

visando retorno financeiro. A consequência da criação destes lugares turísticos é o surgimento de comunidades descaracterizadas e prejudicadas em sua qualidade de vida, visto que estas se encontram despreparadas para exercer o direito ao seu ambiente e para proteger sua autenticidade.

Sacareau & Stock (2003) em análise sobre a relação entre turismo e as características atrativas dos lugares questionam como os lugares com elementos naturais (como por exemplo, praia ou campo) tornam-se privilegiados pelo turismo. O que leva a lugares com estas “atrabilidades” a se transformarem em “lugares turísticos” enquanto outros lugares com as mesmas características não são focalizados por esta atividade?

Mathis Stock (2004) avança com relação a estes questionamentos, observando que uma característica dos dias hodiernos é uma mobilidade maior dos indivíduos em virtude dos desenvolvimentos dos meios de transporte e comunicação, o que tem permitido uma maior acessibilidade aos lugares afastados do cotidiano, influenciando para o autor diretamente na criação dos lugares turísticos.

Segundo Claval (2003) o aumento da mobilidade humana é o principal fator responsável pela explosão do turismo, na busca de desenvolvimento das esferas sociais e econômicas, transformando áreas rurais em um novo tipo de comunidade espacial e social, pelo incremento de equipamentos turísticos em diversos países.

Para Knafou (1997) o processo de turistificação dos lugares ocorre a partir da ação de três atores distintos: a) a partir da prática dos próprios turistas, que descobrem os lugares por conta própria; b) a partir dos mercados que, através dos movimentos de capital, criam novos produtos e novos destinos turísticos; c) a partir de ações de planejamento territorial dos próprios lugares que almejam o turismo. O turismo, dessa forma, promove uma refuncionalização de objetos e serviços ou pela criação de articulações ou reconfigurações de fluxos (STOCK, 2004; KNAFOU & VIOLIER, 2005).

Podemos observar uma valorização do turismo como agente de desenvolvimento local interligado a geração de empregos, divisas e benefícios socioculturais para a população local, sem levar em consideração os impactos negativos que essa atividade possa trazer. Nesse processo, atores locais e públicos de áreas pobres ou estagnadas passam a investir no incremento dos recursos, sejam eles o patrimônio arquitetônico ou o ambiente natural, visando à criação de fluxo turístico. Entretanto, à medida que os agentes locais observam que a atividade turística nem sempre

pode ser circunscrita aos limites políticos administrativos dos municípios, eles acabam por compreender que só conseguirão implantar ou estimular o desenvolvimento do turismo se adotarem uma visão regional, passando a trabalhar a gestão turística de forma regional e não isolada. O turismo destaca-se assim, como um importante agente de transformações espaciais, interações e organização espaciais, caracterizando-se como um mecanismo de gestão e meta para intervenções públicas.

CAPÍTULO 2

“AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NO BRASIL”

Barreto (2003) em estudo sobre planejamento e compreensão do turismo observa que na literatura científica presentes na geografia, na sociologia e na antropologia estão contemplados problemas que vão do desmatamento das florestas para criar campo de golfe á venda de crianças para turismo sexual. Em outro enfoque, a literatura científica aponta a revitalização do patrimônio cultural material e imaterial graças ao turismo, a revalorização da natureza, à limpeza de mares poluídos, a recuperação da identidade, demonstrando que o turismo também tem impactos positivos.

O planejamento do turismo, para Barreto (2003) historicamente está ligado por teorias e práticas das áreas administrativas e por técnicas publicitárias e de marketing; as primeiras desenvolvendo projeções futuras com base nas tendências de mercado e a segunda criando hábitos de consumo.

O planejamento do turismo, então, acaba se processando pelo desenvolvimento de infraestrutura, como uso do solo e de recursos, a organização dos recursos humanos e a divulgação e o marketing. Existem igualmente diversificadas estruturas (organizações governamentais e não-governamentais), escalas e diferentes períodos como o desenvolvimento, a implementação, a avaliação e a realização dos objetivos propostos no planejamento em si (HALL, 2001).

O planejamento em turismo é uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos, conduzindo a mudanças estruturais visando ao crescimento econômico. O planejamento pode ser elaborado para localidades, regiões e países, envolvendo órgãos públicos que necessitam da colaboração da iniciativa privada da comunidade atuando direta ou indiretamente no desenvolvimento da atividade. O planejamento exige uma série de ações e decisões que só serão bem sucedidas se empreendidas dentro de um processo metodológico (RUCHMAM, 1997).

Para Hall (2001) o planejamento e as políticas em turismo estão correlacionados. O planejamento, afirma o autor, é um tipo de tomada de decisões e elaborações de políticas, sendo o planejar apenas uma parte de um processo global de planejamento - decisão e ação.

A política poder ser definida como um curso de ação calculado para alcançar objetivos. Os objetivos são direções gerais para o planejamento e gestão do turismo, sendo baseados em necessidades identificadas geralmente dentro de restrições de mercado e de recursos. As políticas são orientações específicas para a gestão diária do turismo, abrangendo os muitos aspectos operacionais da atividade. De um modo geral, elas procuram maximizar os benefícios e minimizar possíveis efeitos adversos do turismo, e como tais, são parte do desenvolvimento planejado de uma região ou país em que é necessário criar, desenvolver, conservar e proteger recursos turísticos (BENI, 2001).

Cabe ressaltar, observa Hall (2001) que as políticas de turismo estão intimamente relacionadas com os valores culturais e ideológicos, com o ambiente político e com as estruturas institucionais, refletindo as tendências e preocupações do momento de sua elaboração.

Hall (2001) em sua análise sobre a evolução da atividade turística a partir da década de 1950, destaca três fases relacionadas na construção de políticas públicas. A primeira fase está compreendida entre os anos de 1950 e 1970, onde ocorreu a expansão do turismo em massa, originando políticas de fomento justamente com o intuito de aumentar o fluxo de visitantes. A segunda etapa foi a partir dos anos 1970 até meados da década de 1980, onde as políticas começaram a focar o turismo como agente de desenvolvimento, verificando-se um aumento do envolvimento governamental no fornecimento de infra-estrutura. Já a terceira fase compreenderia os dias atuais tendo como ponto de partida o ano de 1985, onde se observou concomitantemente uma maior preocupação com as questões ambientais e um grande aumento da competitividade, estimulando um posicionamento responsável e profissional do setor, no qual o Estado diminuindo sua interferência, procurando assumir um papel de coordenação e estruturação da atividade.

Ao longo da história das políticas nacionais de turismo no Brasil, o status desta atividade vai se transformando junto à administração, devido principalmente por seu gradativo processo de crescimento como atividade econômica.

No Brasil, a participação no turismo internacional e mesmo nacional, esteve restrita a uma elite que dispunha de tempo e dinheiro para fazer suas viagens. Entretanto, atualmente, uma outra realidade vem se desencadeando, visto que, um número significativo de pessoas de outras classes tem conseguido realizar suas viagens com maior frequência. Pesquisas demonstram que a ampliação dos costumes de viajar é resultado da socialização do turismo, ocorrido não só no Brasil,

mas também em quase todo o mundo, onde os centros turísticos, as companhias aéreas e os prestadores de serviços oferecem tarifas acessíveis a uma grande parcela das populações. Esse fato é estimulado pela concorrência acirrada que domina os setores e também os destinos turísticos (MAGALHÃES, 2002).

O crescimento do turismo no país foi em decorrência de programas e iniciativas isoladas do que a uma atuação coordenada que refletisse claramente a realidade cultural, política, econômica e social do país (ALEXANDRE, 2003), só se expandindo e desenvolvendo como atividade econômica de fato a partir da década de 1980, sendo antes limitada a algumas localidades que dispunham de infra-estrutura bem dimensionada e com potencial de atratividade, o que lhes conferia renome em outras partes do mundo, atraindo um número considerável de turistas que vinham passar suas férias, destacando-se as regiões Sudeste e Sul e avançando em marcha contínua para todo o litoral nordeste (RODRIGUES, 1999).

Para Becker (1999) a política de turismo inicia-se nos anos de 1950 e as primeiras regulações foram feitas em 1958, no período de Juscelino Kubitschek e relacionadas a energia, ao transporte, a circulação de automóveis e a construção de estradas. Cruz (2000) observa que desde o final de década de 1930, se iniciou a inserção da atividade turística na pauta do poder público, com a criação da Divisão de Turismo no Departamento de imprensa e propaganda, com o objetivo de superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo, visando a fiscalização das agências de viagens e turismo.

Segundo Solha (2004) neste período entre os anos 30 e 50, verificou-se um grande incremento da atividade segundo uma tendência mundial que estimulou a construção e expansão de hotéis e cassinos nas estâncias hidrominerais, a criação de companhias aéreas nacionais, a realização dos primeiros cruzeiros marítimos e o aumento de fluxo de viagens internacionais de uma reduzida camada da população, situação que caracterizava um turismo extremamente elitista, como já havia apontado Magalhães (2002) supra acima. Entretanto a formulação de uma política de turismo não foi propriamente elaborada nesta época, o que existia eram diplomas legais que legitimavam algumas regulações e que contribuiriam para a regularização do setor (BENI, 2006).

Estes fatores associados ao interesse de expandir o turismo no país receberam um grande estímulo, em 1958, quando foi assinado um convênio técnico entre a Confederação Nacional do Comercio e a *Internacional Cooperation and Administration*, dos Estados Unidos da América que

consistia na realização de pesquisas em parceria para a criação de um inventário turístico nacional e na elaboração de um plano de ação que recomendava o estabelecimento de um órgão federal de turismo. O documento resultante deste trabalho foi utilizado como base para a criação no mesmo ano, da COMBRATUR (Comissão Brasileira de Turismo) e a partir daí podemos perceber a transferência do eixo prioritário das políticas públicas de turismo da organização do setor do ponto de vista das agências de viagens e turismo para a ampliação e modernização do parque hoteleiro, através da elaboração das primeiras diretrizes para uma política nacional de turismo (SOLHA, 2004).

Todavia a COMBRATUR foi logo substituída em 1961 pela Divisão de Turismo e Certames do Departamento Nacional de Comércio, o qual tinha como objetivo executar as diretrizes traçadas pela política nacional de turismo através da articulação entre órgãos públicos e entidades privadas, tarefa difícil de ser realizada uma vez que esta política ainda não havia sido formulada (CRUZ, 2000).

Mesmo sem uma política nacional de turismo estabelecida, esta Divisão realizou uma série de atividades relacionadas a promoção e divulgação do país, tanto interna como externamente, e iniciou contato com grupos estrangeiros para a instalação e construção de hotéis no país (SOLHA, 2004).

Contudo, o marco na evolução da política de turismo foi a criação em 1966, segundo o Decreto-lei n.55, de uma estrutura federal para a administração do turismo: a Embratur e a CNTur (Conselho Nacional de Turismo). Neste decreto estavam estabelecidos, de maneira genérica, os objetivos e as atribuições dos operadores do setor turístico no país. Entretanto, aponta Cruz (2000, p.53), as diretrizes da Política Nacional do Turismo estavam diluídas entre os objetivos que deveriam nortear as ações da CNTur e a Embratur, os quais caberiam segundo o Decreto-Lei n.60.224/67:

- a) promover junto aos órgãos competentes a programação e a execução das obras de infra-estrutura tendo em vista o aproveitamento, para finalidades turísticas, dos recursos naturais do país;
- b) assentar os lineamentos que permitam caracterizar as atividades turísticas e dar homogeneidade à terminologia da indústria turística;
- c) interferir junto ao poder competente para a regulamentação adequada do exercício das atividades e profissões vinculadas ao turismo;
- d) estudar a dinâmica do turismo para servir de base ao desenvolvimento das atividades que sejam inerentes bem como de outras de relevância econômica;
- e) criar condições de melhoria dos recursos turísticos mediante financiamentos e estímulos às iniciativas a eles relacionadas;
- f) fiscalizar as atividades ligadas à indústria de turismo de acordo com a legislação em vigor.

Segundo Cruz (2000) a ênfase no aproveitamento dos recursos naturais do país acompanha a história das políticas nacionais de turismo até os dias atuais, mas a infra-estrutura a que se refere o objetivo citado ainda continua precária, não por inoperância apenas da política de turismo, mas pelas deficiências governamentais.

Assim, a criação da Embratur e do CNTur, compondo o Sistema Nacional de Turismo, definiu a primeira estrutura institucional pública para o turismo (BENI, 2006), elaborada justamente quando se verificou o crescimento do turismo no mundo como uma atividade econômica promissora. Em quanto a Embratur se responsabilizava por estudar e propor á CNTur os atos normativos necessários para o desenvolvimento do setor, a CNTur deveria formular as diretrizes para uma política nacional de turismo, restando ao Ministério das Relações Exteriores, o papel de promotor e divulgador do turismo nacional no exterior (SOLHA, 2004).

Até o final de 1960, observavam-se profundas mudanças no país refletidas na criação de um complexo de serviços urbanos e no grande aumento da população em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro e conseqüentemente na ampliação e diversificação dos equipamentos e serviços turísticos para atender a nova demanda. Este fato, associado á melhoria da infra-estrutura de transportes, da ampliação dos sistemas de comunicação, da urbanização e do crescimento da classe média propensa a viajar, provocou uma urgência na inserção do turismo na administração pública, considerando a sua crescente importância como atividade econômica, mas ainda não prioritária para o Estado brasileiro. A característica centralizadora do governo federal refletiu-se na inexistência de representatividade da iniciativa privada e dos representantes dos governos estaduais e municipais e nas decisões que norteavam a Política Nacional de Turismo, até o final da década de 1980 (SOLHA, 2004).

A década de 1980 foi marcada pelo processo de abertura do regime político anterior. Segundo Beni (2006), nesse período decretos e portarias foram ditados a fim de consolidar e ampliar o desenvolvimento do turismo. O marco desta década foi o início da articulação do turismo com a questão ambiental, destacando-se a Política Nacional do Meio Ambiente fixada no artigo 25 da Constituição, bem como o SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente) e o Cadastro de defesa ambiental. Em 1983, a Embratur já definira o turismo social por meio de deliberação normativa que deveria lançar as bases efetivas para o cenário de sustentabilidade ambiental e

social. Em 1987 a Embratur lança então um novo produto no mercado, o qual ela chamou de turismo ecológico e que depois passou a se chamar Ecoturismo (BECKER, 1999).

A partir de 1991 a relação do poder público federal com o turismo se modificou, assim devido a extinção do CNTur a Embratur passa por uma reestruturação tornando-se Instituto Brasileiro de Turismo e tornando-se responsável pela formulação, coordenação execução da política nacional do turismo. Afinal, as transformações propostas para que o país se tornasse mais eficiente e competitivo, exigiam uma outra postura do Estado a de coordenador das ações enquanto, que ao setor provado caberia torna-las realidade (SOLHA, 2004).

A política nacional de turismo deveria ter conforme o Decreto 488/2, artigo 3, aos seguintes objetivos (CRUZ, 2000, p.57-58):

I – democratizar o acesso ao Turismo Nacional, pela incorporação de diferentes segmentos populacionais, de forma a contribuir para a elevação do bem-estar das classes de menor poder aquisitivo;

II – reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, através do crescimento da oferta de emprego e melhor distribuição de renda;

III – aumentar os fluxos turísticos, a taxa de permanência e o gasto médio de turistas estrangeiros no País, mediante maior divulgação do produto brasileiro em mercados com potencial emissor em nível internacional;

IV – difundir novos pontos turísticos, com vistas a diversificar os fluxos entre as Unidades da Federação e beneficiar especialmente as regiões de melhor nível de desenvolvimento;

V – ampliar e diversificar os equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às características socioeconômicas regionais e municipais;

VI – estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua valorização e conservação;

VII – estimular a criação e implantação de equipamentos destinados a atividade de expressão cultural, serviços de animação turística e outras atrações com capacidade de retenção e prolongamento da permanência dos turistas.

Assim, com o objetivo de construir um instrumento de implementação da política nacional de turismo criou-se em 1992 o Plantur (Plano Nacional de Turismo), um plano detalhado de ações a serem realizadas pelo poder público federal para efetuar a política nacional de turismo.

Para Becker (1999), o Plantur foi um instrumento de desenvolvimento regional buscando uma diversificação de infra-estrutura que se encontrava concentrada nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, para tal o Plano Nacional de Turismo previa o desenvolvimento de pólos de turismo integrados em novas áreas associadas a expansão de infra-estrutura, estrada, aeroportos, enfim, um aparato necessário ao desenvolvimento nacional. Na visão de Becker (1999) o governo, através desta política, espera ampliar a receita cambial e colocar o turismo entre os três primeiros produtos de exportação. Para auxiliar esse propósito, além do programa de desenvolvimento através de pólos

turísticos, o Plantur contou com a elaboração de outros seis programas: o Programa Turismo Interno, o Programa Mercosul, o Programa Ecoturismo, o Programa Marketing Internacional, o Programa Qualidade de Produtividade do Setor Turístico e o Programa de Formação de Recursos Humanos para o Turismo.

O governo federal instituiu programas e projetos de incidência territorial voltados para o desenvolvimento do turismo, tais como PRODETUR-NE; PROECOTUR, Programas de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, abrangendo as regiões da Amazônia Legal, Centro-Oeste e Pantanal mato-grossense; PRODETUR-SUL e o PRODETUR-SE, Programas de Desenvolvimento do Turismo no Sudeste (BENI, 2006).

Somente, o PRODETUR - Nordeste e o PROECOTUR foram implementados. O primeiro foi estruturado com recursos externos, provenientes em sua quase totalidade do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e do BIRD (Banco Mundial), tornando-se o programa por meio do qual o governo interviu na região através de ações de ordenamento e de alavancagem do processo de desenvolvimento turístico no território, notadamente com a implantação de infraestrutura básica (transporte, saneamento, energia), instalação de equipamentos urbanos e oferta de serviços públicos em espaços considerados com vocação e definição para a expansão turística. Os recursos e investimentos destinados a esse programa foram concentradamente aplicados na construção e operacionalização dos aeroportos da região. O segundo programa também teve alocação de recursos do BID e do BIRD, em conformidade com as estratégias para toda a região da Amazônia Legal, tendo como principal base o chamado ZEE (Zoneamento Ecológico Econômico), que serviu de instrumento de planejamento adotado pelo governo federal para promover o ordenamento do espaço amazônico em decorrência da questão ambiental na região. Os investimentos voltaram-se para a elaboração de projetos aliados à preservação ambiental (BENI, 2006).

Becker (1999) observa que nos programas e projetos propostos pelo Plantur, ocorre uma ambigüidade no que se refere aos objetivos e diretrizes. Para a autora o plano tem óptica desenvolvimentista, mas suas diretrizes ora se referem à proteção ora à preservação, ora à valorização do meio ambiente; enfatiza a redução das desigualdades regionais, mas não sugere como alcança-la. Enfatiza o papel do governo federal como cerne das ações, mas atribui amplo papel à iniciativa privada na execução e na concepção.

O Plantur foi gestado em um período de ampla reformulação da máquina administrativa federal, sob o comando do governo Collor de Mello. A Embratur, como principal organismo público de gestão do turismo nacional passa então, por profundas transformações, deixando de ser uma empresa pública para se transformar em uma autarquia especial. Sua denominação é alterada de Empresa para Instituto Brasileiro de Turismo e este passa a fazer parte da Secretaria Geral de Governo, já que o Ministério da Indústria e Comércio ao qual pertencia, foi extinto (CRUZ, 2000). O Plantur, no entanto não foi implementado, em razão das mudanças de governo, decorrente do impeachment do Presidente da República.

Como os programas propostos pelo Plantur eram de natureza distintas e passíveis de sobreposição, às vezes, contemplavam áreas geográficas como a proposta dos pólos turísticos, plotados, em maioria esmagadora, na região costeira, sendo voltado para o turismo massivo. Às vezes ocorria o privilégio de algumas modalidades de turismo, como por exemplo, o ecoturismo e o turismo de eventos. Assim, sendo no Plantur, seus programas não ofereceram uma coerência interna, sendo também desarticulados, com os outros setores da economia (RODRIGUES, 1999).

Durante muito tempo, os objetivos oficiais do turismo brasileiro foram a fixação de espaços regionais turísticos e a implantação de equipamentos receptivos voltados à conquista do fluxo internacional e somente nos anos 1990, passaram a priorizar o desenvolvimento do turismo interno e regional. Para isto, o governo estabeleceu o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), como fonte principal para o planejamento integrado do turismo (BENI, 2003).

Em 1996, no primeiro mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso, a Política e o Plano Nacional de turismo foram finalmente implementados após serem reelaborados pela Embratur e pela Câmara Setorial de Turismo. A política nacional de turismo reformulada destacava como principais características a descentralização das ações, a valorização dos recursos naturais e culturais, a necessidade de sensibilizar o setor para ver o país não apenas como um lugar de recursos privilegiados, mas conseguir efetivamente transformar estes recursos em produtos turísticos, a fim de tornar-se competitivo nos mercados nacionais e internacionais.

Em 1999, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, criou-se o Ministério dos Esportes e Turismo, quando esta atividade teve sua atuação bastante fragilizada em comparação à situação anterior em que estava atrelado a um organismo forte na área econômica e com uma interferência política menor.

Entre o período 1996-1999 o PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo) foi criado com o objetivo de melhorar o produto turístico brasileiro por meio da conscientização dos municípios e de seus habitantes acerca dos benefícios econômicos que o turismo poderia aportar, bem como da descentralização das atividades de planejamento (BENI, 2006). Segundo Solha (2004), este programa visava conscientizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, de geração de empregos, de melhorias da qualidade de vida e de prevenção do patrimônio cultural e natural, com a descentralização das ações e do incentivo para a participação dos municípios na co-gestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

Assim, o programa a fim de elevar os níveis de qualidade, eficiência e eficácia na prestação dos serviços turísticos estimulou o fortalecimento das relações dos diferentes níveis do poder público como a iniciativa privada, visando o estabelecimento de parcerias.

Analisando então a proposta para o turismo no Brasil no período de 1996-1999 observamos uma dificuldade de encontrar uma política como para os diferentes estados brasileiros, em razão da existência de múltiplas e diferenciadas realidades brasileira. Cabe ressaltar que a gestão anterior estava muito centralizada em Brasília, onde a relação era mais efetiva com os estados que já tinham um produto desenvolvido, sendo o PNMT uma política isolada na tentativa de se estabelecer uma relação direta entre a esfera federal e a municipal sem intermediações.

Solha (2004) aponta que o turismo passa então a fazer parte do discurso político, com a organização da PARLATUR (Frente Parlamentar de Turismo e da Criação da Sub-Comissão de Turismo na Câmara dos Deputados), tendo sua representatividade política no Congresso ampliada. Um indicador da participação política foi a organização do “I Congresso Brasileiro da Atividade Turística” o qual reuniu políticos Acadêmicos e profissionais resultando na elaboração da Carta de Goiás – Agenda Única do Turismo Nacional, visando este documento apontar as diretrizes que deverão nortear as estratégias das principais ações e medidas prioritárias visando a eliminar de vez o gargalo do turismo no Brasil.

Em 2003, a nova gestão do governo federal criou o Ministério do Turismo (MinTur), contando com uma pasta própria, além de estrutura e orçamento específicos, não mais dividindo com outros setores de atividade a condução dos interesses particulares do turismo em nível nacional (BENI, 2006).

Uma nova estrutura é instituída através da criação da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, com o desenvolvimento de seu instrumento de execução, o Programa de Regionalização do Turismo, articulando organismos e instâncias nacionais e regionais, visando a cooperação e a interação com os órgãos de administração federal, estadual e municipal. Criou-se também a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, a qual visava subsidiar a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e ao fortalecimento do turismo nacional, necessários à consecução da Política Nacional de Turismo; propor diretrizes e prioridades para a aplicação do FUNGETUR; bem como coordenar a formulação, apoiar e acompanhar os programas regionais de desenvolvimento do turismo que objetivem beneficiar as populações locais e o incremento da renda gerada pela atividade do turismo nacional e internacional, além de coordenar a formulação, apoiar e acompanhar as ações de estímulo e fomento à mobilização da iniciativa privada, nacional e internacional, para sua participação ativa na implementação da Política Nacional de Turismo (BRASIL, 2003).

Assim, como nas políticas nacionais de turismo anteriores novamente se destaca a questão das desigualdades agora não mais ressaltando as diferenças regionais, mas apresentando uma visão mais abrangente e preocupada, ao mesmo tempo, com o desenvolvimento econômico e social. O documento do Plano Nacional de Turismo de 2003 enfatiza que a nova política está baseada na força das parcerias e na gestão descentralizada. Para tornar esta estratégia uma prática o governo federal realizou a reestruturação apontada supra acima. A Embratur passou a cuidar exclusivamente da promoção do país no exterior e a centralizar a elaboração de estudos e pesquisas para orientar os processos de tomada de decisão, avaliar o impacto da atividade turística na economia nacional e formatar novos produtos e roteiros.

Para apoiar e orientar essa nova estrutura foi recriado o CNTUR, como órgão colegiado de assessoramento superior, integrante da estrutura básica do Ministério do Turismo e diretamente vinculado ao ministro de Estado, com as atribuições de propor diretrizes, oferecer subsídios e contribuir para a implementação do Plano Nacional de Turismo, emitindo pareceres e recomendações sobre questões do turismo nacional, assim como propor normas que contribuam para a aplicação da legislação turística, a defesa do consumidor e o ordenamento jurídico do setor.

Uma das principais estratégias do atual governo é o estímulo à maior participação dos estados e, para tanto, foi reativado o FORNATUR – Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de

Turismo, criado em novembro de 2000, o qual delegou a função de instrumentalizar as políticas, programas, ações e parcerias no nível de suas respectivas jurisdições regionais. Dessa forma, dos Fóruns Estaduais de Turismo implantados em todos os estados da federação, atuariam como canais de comunicação entre o governo federal e os destinos turísticos, otimizando e ordenando as demandas das diferentes regiões do país.

A abordagem de desenvolvimento regional do turismo foi uma das principais estratégias adotadas para o alcance de tais metas por parte do governo federal, concretizadas no Programa de Regionalização do Turismo “roteiros do Brasil”, sob a égide do “Macroprograma 4 de Estruturação e Diversificação da Oferta Turística”, subordinado ao Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico da Secretaria Nacional de Políticas do Turismo. No sentido de implementar o programa e considerando as diferenças estaduais e regionais, o MinTur preparou dois documentos (Diretrizes Políticas e Diretrizes Operacionais do Programa) que contêm as principais diretrizes que devem ser aplicadas pelos agentes do processo nos níveis estadual, municipal e regional. O documento sobre as diretrizes operacionais desdobra-se em nove módulos operacionais que atualmente estão em fase de detalhamento e disponibilização pelo Ministério (BENI, 2006).

Segundo as diretrizes políticas, o programa é um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, cujos princípios são a flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e sinergia de decisões, objetivando a organização de um espaço geográfico em regiões para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrados e compartilhados a atividade turística.

2.1 - AS POLÍTICAS DE TURISMO PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

Fratucci (2000) observa que com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, ocorreu uma busca em diminuir o desequilíbrio socioeconômico existente entre eles. Neste caso específico o turismo foi um fator de desenvolvimento efetivo e sistemático de interiorização de fluxos, através do incentivo ao turismo nos municípios do interior do estado.

Assim, no período de 1980-1983 o Governo estadual do Rio de Janeiro propôs o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social com o objetivo de facilitar os estudos micro-regionais e o planejamento da atividade turística. Por esse plano seis regiões turísticas se destacavam: a região Metropolitana, Costa Verde, Costa do Sol, Norte, Serrama e Serrana, sendo esta última subdividida em Serrana A e B (FRATUCCI, 2000).

Contudo, nestas últimas duas décadas o estado do Rio de Janeiro passou por processos de emancipações municipais, além do desenvolvimento e rearranjos nas articulações dos núcleos urbanos do estado em função da melhoria das comunicações e dos transportes que contribuíram para as novas configurações turísticas no estado do Rio de Janeiro.

Dessa forma a partir do final da década de 90 iniciou-se então no estado a implantação do processo de municipalização da gestão do turismo através do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), coordenado nacionalmente pela Embratur e em nível estadual pela TurisRio.

Fratucci (2000) aponta que no desenvolvimento do Plano Diretor de Turismo diversos movimentos mais ou menos espontâneos de grupos de municípios circunvizinhos já haviam se estabelecido em unidades regionais com características homogêneas, objetivando a otimização do desenvolvimento turístico em seus territórios. Fratucci (2000) chama a atenção para o fato de que estes movimentos de criação de regionalizações turísticas não estavam contemplados nas diretrizes do PNMT. Para o programa a municipalização seria um processo de desenvolvimento do turismo por meio da conscientização da população beneficiária das ações realizadas no próprio município, sendo seu principal objetivo fomentar o desenvolvimento turístico sustentável nos municípios com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política.

Dessa forma no ano de 2001 o Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro foi criado e orientado através de cinco macro programas, que possuem como diretrizes básicas (TURISRIO, 2007, p.3):

- **Desenvolvimento Institucional:**
 - a) Ação Interinstitucional;
 - b) Normatização da Atividade;
 - c) Apoio do Desenvolvimento Turístico dos Municípios.
- **Infra Estrutura de Apoio:**
 - a) Infra Estrutura Básica;
 - b) Equipamentos Turísticos de Apoio.
- **Sistema de Informação:**
 - a) Banco de Dados;
 - b) Informação ao Turista.
- **Fomento à Atividade Turística:**
 - a) Gestão dos Serviços turísticos;
 - b) Qualificação da Mão de Obra;
 - c) Captação de Recursos.
- **Consolidação do Produto Turístico:**
 - a) Identificação, Organização e Qualificação do produto Turístico;
 - b) Promoção e Marketing.

O Plano Diretor de Turismo do estado do Rio de Janeiro destaca-se assim, como um instrumento estratégico orientador das ações no campo da gestão pública em articulação com a iniciativa privada, no sentido de implementar o conjunto de instrumento e ações que embasem, direta ou indiretamente, o desenvolvimento da atividade, oferecendo as diretrizes necessárias à mobilização de recursos técnicos, humanos e financeiros para a dinamização da economia do turismo (PLANO DIRETOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2001).

As ações do PNMT e os diagnósticos que caracterizaram as múltiplas modalidades turísticas apresentadas no estado do Rio de Janeiro visualizaram o agrupamento de municípios criando uma regionalização turística com base no turismo rural, no turismo ecológico, no turismo de sol e praia, turismo de eventos, entre outras modalidades. O principal objetivo dessas interações é a capacitação e a formação de multiplicadores de renda e desenvolvimento socioeconômico através do turismo.

Esta tendência de criação de regiões turísticas levou ao Ministério do Turismo em 2004 a implantar o Programa de Regionalização do Turismo denominado roteiros do Brasil, destacando o conceito da regionalização em relação á organização e planejamento da atividade turística, visando dessa forma, que os municípios brasileiros possam trabalhar de modo mais integrado, desenvolvendo a cultura da cooperação, obtendo melhores resultados. Neste sentido, mesmo aqueles municípios com menor potencial turístico ou que tenham a atividade ainda pouco explorada podem construir uma cadeia turística produtiva (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

No âmbito do estado do Rio de Janeiro, o Programa de Regionalização é coordenado pela TurisRio, contando com o apoio do Fórum Estadual de Secretários Municipais de Turismo, Conselhos Regionais e Municipais de turismo, Sebrae-RJ e Senac Rio, entidade turísticas, entre outros parceiros (TURISRIO, 2007).

A Regionalização do turismo no estado do Rio de Janeiro visa a ampliação e a qualificação do mercado de trabalho, a diminuição das desigualdades e a promoção integrada do desenvolvimento sustentável do turismo, gerando divisas, emprego e renda para a população fluminense. Para isto, os principais objetivos do Programa de Regionalização são (TURISRIO, 2007, p. 6):

- Incentivar o desenvolvimento sustentável do turismo no estado de forma regionalizada;
- Ampliar e diversificar a oferta turística;
- Estruturar produtos turísticos mais competitivos nos mercados nacional e internacional;
- Integrar o planejamento e a gestão da atividade turística;
- Compartilhar dificuldades e soluções; ampliar o tempo de permanência do turista na região;
- Fortalecer a identidade das regiões.

De acordo com as Diretrizes Operacionais do Programa de Regionalização lançadas pelo Ministério do Turismo e a sua elaboração pela TurisRio, o Programa de Regionalização do Turismo no estado do Rio de Janeiro se encontra constituído em módulos, não necessariamente seqüenciais, que norteiam ações integradas. Isto significa que o processo de regionalização não precisa ser iniciado pelo primeiro módulo proposto, uma vez que as regiões turísticas podem apresentar níveis de maturidade diferentes. Do mesmo modo, os módulos não são estanques,

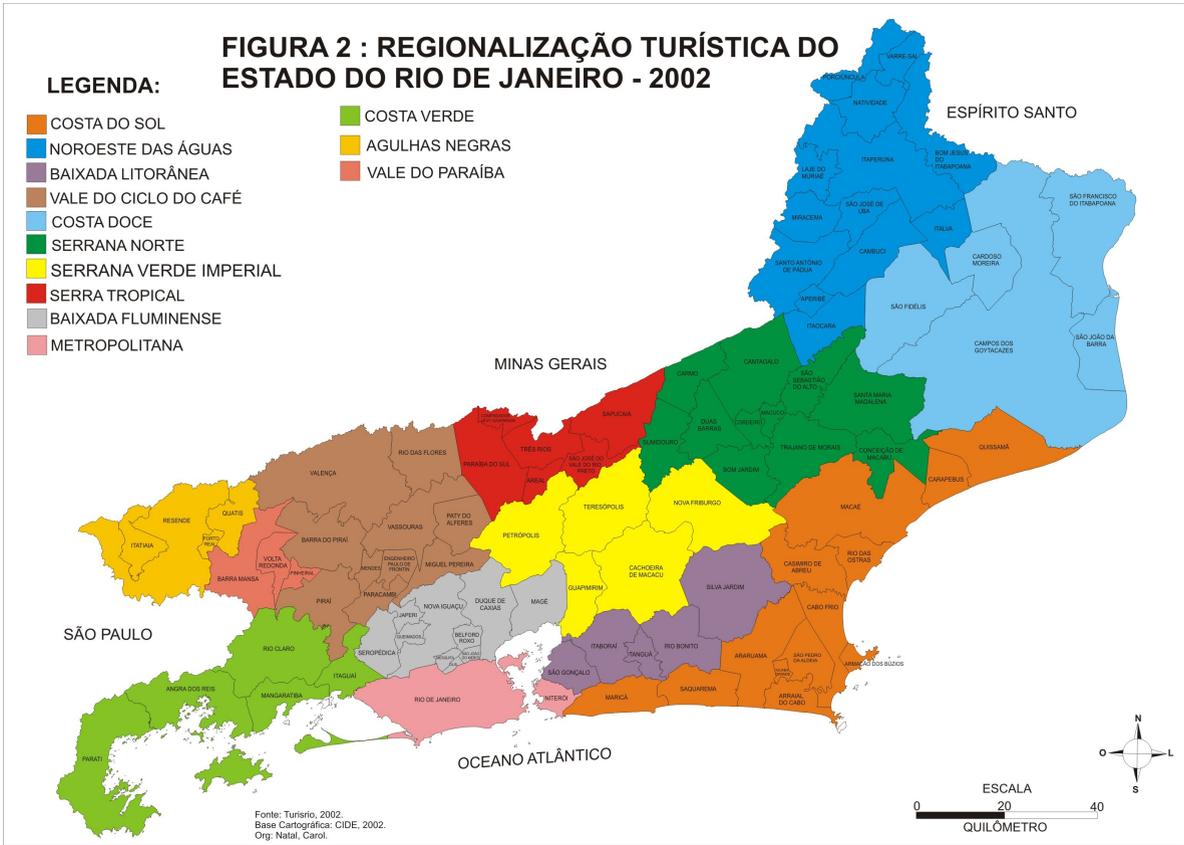
podendo o processo exigir a retomada de alguns deles em outros momentos. Os módulos do programa são (TURISRIO, 2007, p. 6-7):

- O Módulo 1 é a sensibilização e tendo por objetivo despertar o interesse e o comprometimento dos atores locais, propiciando a disseminação dos conceitos adotados pelo programa;
- O Módulo 2 se refere a mobilização visando promover, articular e integrar os atores para obter o seu maior envolvimento e participação na busca dos objetivos comuns ao processo de regionalização do turismo;
- O Módulo 3 é o processo de institucionalização da Instância de Governança Regional cuja posposta visa reconhecer, institucionalizar ou fortalecer uma organização representativa dos poderes público, privado, do terceiro setor e da sociedade civil organizada dos municípios componentes da região turística em foco. A essa organização, denominada pelo Ministério do Turismo de Instância de Governança Regional, caberá a tarefa de coordenação, acompanhamento e gestão da regionalização turística e, dependendo das necessidades, possibilidades e características de cada região, poderá ser organizada em forma de fórum, conselho ou outro tipo de colegiado.
- O Módulo 4 diz respeito a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional com o objetivo de estabelecer a visão de futuro desejada pela região no que diz respeito ao turismo, ações de curto, médio e longo prazos, projetos e parcerias;
- O Módulo 5 é implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional através da elaboração e implementação dos projetos específicos previstos no Plano Estratégico;
- O Módulo 7 é a criação de uma Roteirização Turística com o intuito de apoiar a criação e a consolidação de novos roteiros turísticos e os investimentos aplicados naqueles já existentes;
- O Módulo 8 visa uma promoção e apoio à comercialização, ou seja, promover e apoiar a comercialização dos produtos turísticos, fazendo com que estes se tornem competitivos, dentro do modelo sustentável;
- o Módulo 9 compete a criação de um sistema de monitoramento e avaliação do Programa. A idéia principal seria gerar e gerenciar informações em tempo útil para embasar o trabalho dos responsáveis pelo processo decisório nas instâncias de governança regionais, dos órgãos públicos relacionados ao turismo, das áreas afins da iniciativa privada e da comunidade.

A aplicação do programa de Regionalização do Turismo no estado do Rio de Janeiro resultou na aglutinação de um determinado número de municípios, conferindo praticidade à operação conjunta de ações propostas para o desenvolvimento do setor, sem perder de vista a necessária integração das diversas regiões na realização e promoção do produto turístico de todo o estado. As regiões turísticas foram identificadas a partir de características comuns aos municípios integrantes, as quais possibilitassem entre eles uma complementaridade traduzida pela identidade geográfica, paisagística, territorial e da oferta de infra-estrutura e serviços. O processo de regionalização é dinâmico e vem sendo ajustado de tempos em tempos para atender a novos cenários.

Após a edição do Plano Diretor de Turismo em 2001 e seguindo as proposições deste documento, e com a revisão e referendo do Fórum Estadual de Secretários Municipais de Turismo, o Estado do Rio de Janeiro passou a apresentar um novo mapa com treze regiões turísticas (Figura 2), sendo elas a Região da Costa do Sol, Região Noroeste das Águas, Região das Baixadas Litorâneas, Região do Vale do Café, Região da Costa Doce, Região Serrana Norte, Região Serrana Verde Imperial, Região Serrana Tropical, Região da Baixada Fluminense, Região Metropolitana, Região da Costa Verde, Região das Agulhas Negras e Região do Vale do Paraíba.

Em 2005, o Ministério do Turismo disseminou processo de revisão da regionalização turística em todo o país. Deste modo, um novo mapa foi desenhado para o estado, tendo sido o mesmo referendado pelo Fórum Estadual de Secretários Municipais de Turismo. Com essa revisão as Regiões Turísticas Serrana Tropical e Vale do Paraíba deixaram de existir. Na primeira o município de Paraíba do Sul passou a fazer parte do Vale do Ciclo do Café, Sapucaí foi incorporada a Região da Agulhas Negras e os municípios de Comendador Levy Gasparian, Três Rios, Areal e São José do Vale do Rio Preto compõem agora a Região Serrana Verde Imperial. Já com relação aos municípios que criavam a região Vale do Paraíba (Barra Mansa, Volta Redonda e Pinheiral) passaram então a compor a Região do Vale do Café. Assim, atualmente o estado do Rio de Janeiro apresenta onze regiões turísticas, visualizadas na figura 3.



As regiões turísticas do estado do Rio de Janeiro têm se destacado em âmbito nacional, principalmente as Regiões da Costa Verde, Serrana Verde Imperial, Costa do Sol e Metropolitana, onde os municípios de Angra dos Reis, Parati, Petrópolis, Armação dos Búzios e Rio de Janeiro foram selecionados para integrar análise de competitividade entre demais regiões turísticas do Brasil para compor um roteiro com 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional. Segundo o Ministério do Turismo, (2008) esses destinos indutores terão prioridade em receber investimentos técnicos e financeiros do próprio Ministério do Turismo e serão foco de articulações e busca de parcerias com outros ministérios e instituições. Dessa forma, visam propagar o desenvolvimento nas regiões turísticas os quais fazem parte e suas experiências e práticas deverão ser multiplicadas para outros destinos e roteiros que integram as 200 regiões turísticas do país.

Entretanto, o nosso exemplo empírico, ou seja, as fazendas do café do Vale Paraíba Fluminense, caracterizam uma região turística, que a partir da década de 1990 vem ganhando destaque no fluxo turístico do estado em razão da revalorização pelo e para o turismo do patrimônio arquitetônico rural, o qual simboliza hábitos, costumes e culturas passadas e funcionam como ponto de referência e reflexão de experiências vividas para as gerações do presente e futuras.

2.2 - A REGIÃO TURÍSTICA DO VALE DO CAFÉ:

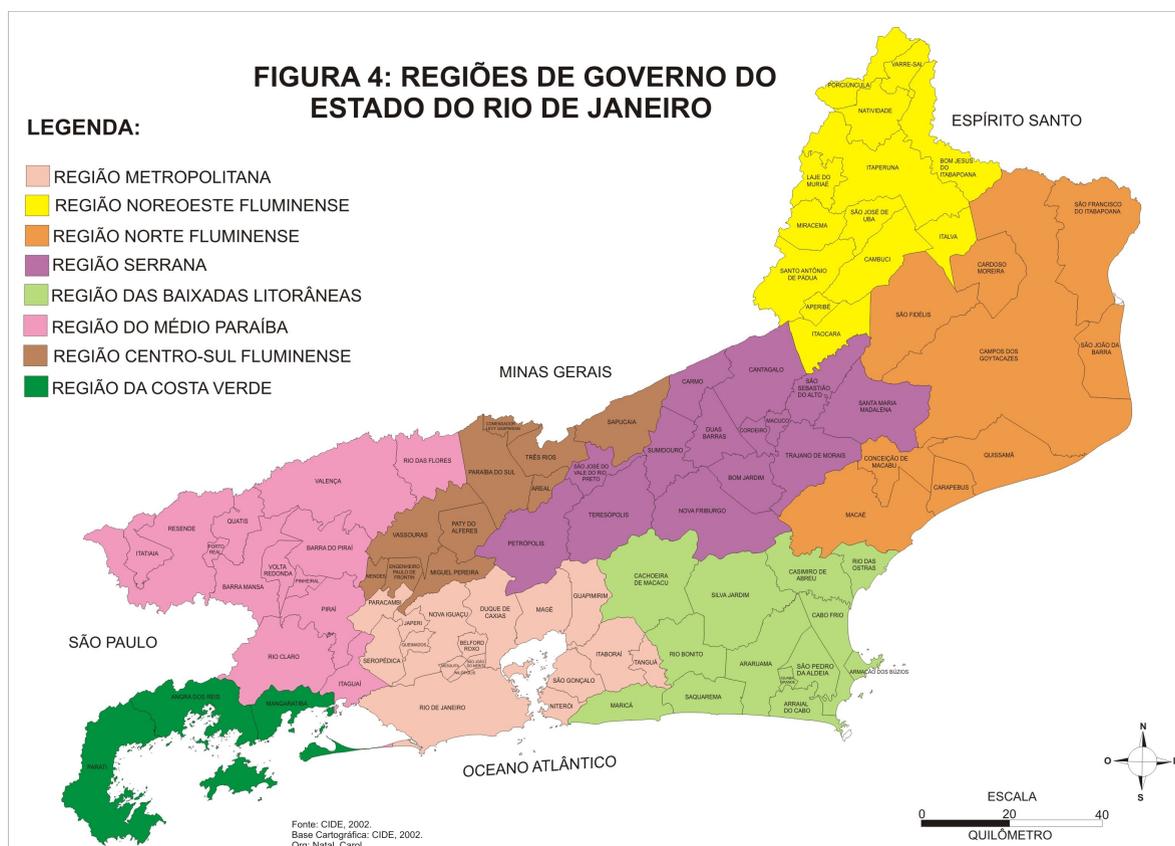
No final da década de 1990, os proprietários das antigas fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense em conjunto com a PRESERVALE e com a sociedade civil dos municípios onde estão localizadas iniciaram a construção de uma identidade turística baseada na valorização do patrimônio arquitetônico rural (fazendas) que restaurados começavam a abrir suas portas a visitação. Essa dinâmica, segundo aponta a atual presidente da PRESERVALE Sônia Mattos, foi inspirada em ações de valorização e preservação do patrimônio rural entrelaçadas ao desenvolvimento do turismo em áreas rurais européias.

Esse movimento “espontâneo” induziu diretamente na criação da região turística do Vale do café no momento da concretização do processo de zoneamento turístico do estado do Rio de Janeiro em 2001.

Em 2005, em razão do aumento do fluxo turístico dinamizado pelas edições do Festival do “Vale do Café” e da influência política e econômica desses atores locais, a região do Vale do Café passa a ser composta pelos municípios de Vassouras, Rio das Flores, Valença, Barra do Piraí, Paty do Alferes, Piraí, Mendes, Paracambi, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira, Barra Mansa, Pinheiral, Volta Redonda e Paraíba do Sul.

A criação da região turística do Vale do café gera um re-arranjo na organização territorial do estado do Rio de Janeiro que por privilegiar a dinâmica turística, distância-se da configuração política e administrativa do estado orientadas segundo as “Regiões Programas”³ do CIDE (Centro de Informação e Documentações Estatísticas), apresentadas na figura 4.

³ As “Regiões Programa” do CIDE estão em consonância com a proposta metodológica orientada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para as Meso e Microrregiões definidas em 1989/1990, sendo elas: Região Metropolitana, Região da Baixada Litorânea, Região Norte Fluminense, Região Noroeste Fluminense, Região Serrana Fluminense, Região Centro-Sul Fluminense, Região do Médio Vale do Paraíba e Região da Costa Verde (MARAFON et al, 2005).



Observamos pela análise do diagnóstico elaborada para a criação do Plano Diretor de Turismo no estado do Rio de Janeiro, que o turismo rural é uma modalidade desenvolvida pelas regiões turísticas. Para elas, o turismo rural representa uma forma de valorização do território, pois ao mesmo tempo em que depende da gestão do espaço rural para o seu sucesso, contribui para a proteção do meio ambiente e para a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural do meio rural. Constitui-se, portanto, em um instrumento de estímulo á gestão do espaço local, beneficiando a população local direta e indiretamente envolvida com as atividades turísticas.

CAPÍTULO 3

“O TURISMO E A RESIGNIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS”

O meio rural, outrora, era definido como aquele que se dedicava essencialmente às atividades agropecuárias e assim caracterizado pela baixa densidade populacional, tido como uma categoria residual frente ao processo de urbanização e tratado como oposto urbano. Já nos dias atuais, principalmente nos países desenvolvidos, são observadas importantes mudanças rurais. A agricultura está deixando de ser sinônimo de “rural” e esse espaço passa a ser caracterizado como “plurifuncional”, com múltiplas atribuições e finalidades que combinam atividades produtivas e de serviço das mais diferentes naturezas. Já a divisão entre urbano e rural vem perdendo importância, pois as relações de troca se diversificam e o enfoque passa a ser os espaços que proporcionam suporte físico aos fluxos econômicos e sociais, relegando a um plano inferior as preocupações com os limites geográficos (CAMPANHOLA & GAZIANO DA SILVA, 1999).

Carneiro (2002) observa que na Europa a partir da década de 1950 e no Brasil nos anos 1980, a economia rural e a importância cultural outorgada ao mundo rural passam por transformações:

- O espaço rural passa a ter outras funções, além daquelas de caráter exclusivamente agrícola;
- O processo de trabalho sofre profundas alterações, levando às desagregações das formas tradicionais de articulação da produção familiar;
- A variável ambiental passa a ser um elemento decisivo no âmbito das novas políticas de desenvolvimento rural, uma vez que o uso intensivo dos chamados insumos modernos promoveu uma ruptura na harmonia que reinava entre as explorações agrícolas e a preservação dos recursos naturais;
- O sistema agroalimentar passa a ser comandado por grandes empresas que se organizam e operam em escala mundial, tendo em vista a emergência e a consolidação de uma nova ordem econômica embasada na desregulamentação dos mercados e na concentração e centralização de capitais;
- As políticas agrícolas, com o objetivo de se adequarem a esse novo contexto socioeconômico, passando por constantes reformulações, mesmo que prevalecendo as distorções entre grupos de países, como ocorre entre as negociações comerciais, promovidas pela Organização Mundial do Comércio.

O Mundo atual é caracterizado pela existência das atividades próprias das áreas rurais como a agricultura, as indústrias de transformação agrícola, a baixa densidade demográfica e de edificação, que são as características mais comuns desse espaço, sendo ampliadas por novas como as residências secundária e principal, o turismo e o lazer. Associados a estas atividades, freqüentemente, estão fenômenos como o trabalho agrícola em tempo parcial, a indústria a domicílio, a descentralização industrial e residencial, os movimentos pendulares da residência ao trabalho. Em regiões específicas observa-se a intensificação do processo de urbanização do campo, cuja análise permite compreender as transformações históricas do espaço rural.

Nesse contexto, os espaços rurais se apresentam cada vez mais diferenciados um dos outros, pelo complexo processo de reestruturação através do tempo e do espaço. Além disso, o rural é também uma construção social baseada em representações competitivas entre diferentes atores locais em suas relações sociais, porém essas representações são também negociadas por outros atores presentes em redes, ligados por uma relação de poder, onde alguns atores se impõem sobre outros na nova representação do rural. Entretanto, essa relação de poder entre os próprios agricultores e entre eles e os agentes de desenvolvimento, ainda é difícil de ser compreendida.

Portanto, o espaço rural, em relação ao consumo, vem possibilitando muitas outras oportunidades, como: espaço de vida, de sustento, de recreação e de bem-estar. Além de uma vida “bucólica” com ambiente ameno e salutar, ou seja, considerações do significado cultural e simbólico do rural que a industrialização e a urbanização não desmistificaram (MARSDEN ET AL, 1992).

Já do ponto de vista da produção, o espaço rural é freqüentemente atrativo para o capital, sendo menos sobrecarregado pelos processos fordistas de trabalho e cercado por investimentos, oferecendo novas oportunidades para os camponeses trabalharem e viverem em virtude das melhorias nos sistemas de comunicação e transporte. Por essa razão, as áreas rurais também têm sido depósito de pequenas firmas empresariais, onde o campo é visto como fonte de recursos para o dinamismo e inovações econômicas. Além disso, algumas ondas tecnológicas, particularmente biotecnologia e informações tecnológicas parecem favorecer as localizações rurais, ou seja, a mudança tecnológica está permitindo que áreas rurais disputem igualmente com vilas e cidades por ocupações.

Daí podemos depreender que o espaço rural não pode ser mais considerado como exclusivamente agrícola, pois, a presença de múltiplas atividades tipicamente urbanas, como as atividades que estão relacionadas ao lazer, ao turismo e a moradia, geram emprego e renda para a população rural. Observa-se, então, uma outra vertente de compreensão do rural, não mais sustentada no pejorativo de “atrasado”, e sim na valorização positiva de sua natureza e de seu patrimônio cultural. Essa presente realidade é “o novo rural” que se caracteriza por uma nova economia rural com processos específicos e interdependentes, que se integram ao urbano.

Assim, as zonas urbanas, intermediárias e rurais são cada vez mais interdependentes, fazendo com que os problemas de uma delas também interfiram nas outras. É fato que a grande maioria das áreas rurais no Brasil estão hoje polarizadas por suas regiões metropolitanas, existindo em decorrência da reestruturação do rural uma acentuada migração urbano-rural.

O rural pode ser, então, percebido como um lugar de confluência de distintos atores, que estabelecem entre si relações sociais variadas que passam a disputar o uso da terra e do espaço rural e o controle das instâncias decisórias da vida local. Gerando um confronto entre os discursos sobre a ruralidade dos diversos grupos sociais, particularmente em torno de algumas questões centrais - agricultura x outras atividades; eficiência econômica x preservação ambiental; espaço produtivo x espaço de lazer; produção x consumo (MARSDEN ET AL, 1992).

Outro autor que vem trabalhando com a relação urbano/rural é João Rua (2002; 2005), ressaltando a entrada de valores urbanos no espaço rural por meio do conceito de urbanidade. Rua (2002; 2005), fundamentado nas abordagens de Milton Santos e Henry Lefebvre, indica a crescente dependência do rural pelo urbano, entendendo o rural como um espaço incorporado/incorporador ao/do processo de urbanização, integrado ao urbano, mas guardando especificidades. Apesar das especificidades do rural, este tem sua participação intensificada em circuitos e redes sobre os quais não tem poder de decisão.

Rua (2002) também procura diferenciar a urbanização física da urbanização ideológica, apontando que a urbanização ideológica, cultural, extensiva, difusa, antecipa-se à urbanização física, formal. Rua (2005) entende que há uma escala de urbanização que abrange todo o território, mas também existem outras escalas em que acontecimentos locais terão de ser contemplados nas análises. Assim, portanto, na escala global, ocorre à urbanização ideológica, fruto da razão global, e que predomina na psicosfera (SANTOS, 1997). Já na escala local existem as leituras particulares

desta urbanização ideológica, e sua materialização, que se dá sob forte influência da tecnosfera. Desta forma, a urbanização ideológica é mais ampla e impactante que a urbanização física/formal, pois muda comportamentos, tendo forte influência da TV e de outras mídias.

Nesse sentido, Rua (2005) vê como urbanização do campo a incorporação de hábitos de consumo urbanos no meio rural, não sendo necessária e imprescindível a existência de uma urbanização física no espaço rural. Por conseguinte, além da urbanização física/material em partes do espaço rural, há uma urbanização cultural, não material, presente nos indivíduos e grupos que vivem no rural. Esta, mais difícil de ser detectada, é chamada de urbanidades, manifestando-se em primeiro lugar na dimensão social e política, para posteriormente materializar-se por meio de ações e objetos técnicos de caráter urbano. Assim, Rua ultrapassa o corte tradicional rural/urbano tendo por base novas territorialidades, que levariam a ruralidades e urbanidades, e estariam vinculadas à dimensão cultural/identitária de indivíduos e grupos sociais. “Desenham-se múltiplas espacialidades/territorialidades (híbridas de urbano e rural), numa integração multiescalar, que marcam o momento atual de resignificação do rural e da natureza” (RUA, 2005, p.54).

Neste confronto entre debates a respeito do que é rural e dos usos que podem ser dados aos espaços rurais, duas percepções sobre os espaços rurais podem ser destacadas (MARSDEN ET AL, 1992). Uma primeira percepção associa o meio rural a uma melhor qualidade de vida a que pode aspirar ao conjunto da sociedade, inclusive, e, sobretudo, os habitantes das áreas metropolitanas. Os espaços rurais deixam de ser prioritariamente produtivos para se tornarem espaços de consumo, voltados em especial para as atividades relacionadas às funções de residência e de lazer, que vão desde as diversas formas de turismo rural até a ocupação do campo por meio de residências permanentes e secundárias. Os espaços rurais passam a ser percebidos como um objeto do interesse exclusivo dos agricultores, e mesmo, dos antigos habitantes do campo, para se tornarem um patrimônio da sociedade, sendo acessível a todos.

A segunda percepção situa os espaços rurais como um bem coletivo, visto agora não apenas como um lugar de moradia de boa qualidade, mas como parte integrante do patrimônio ambiental a ser preservado contra todos os usos considerados predatórios, produtivos ou não.

Segundo Moreira (2006), no processo de revalorização do rural, estão envolvidos o fortalecimento e a expansão dos turismos rurais (ecológico e cultural) bem como a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de

cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar). Da mesma forma a revalorização de festas, rodeios e feiras agropecuárias associam-se à valorização da cultura local e ao apoio à produção de artefatos como artesanatos, conservas e artigos associados à natureza e a cultura popular e tradicional.

A partir da década de 1970, o turismo rural transforma-se em uma forma de diversificação econômica das atividades produtivas e como um meio para a revitalização das áreas rurais desfavorecidas, ou afetadas pela crise econômica e pelos efeitos perversos de algumas reformas de políticas agrícolas. Em países europeus houve iniciativas de recuperação do patrimônio com grande valor histórico inserido no meio rural e agrícola, como casas rústicas, aldeias, pousadas e edifícios. No decorrer dos anos, o crescente interesse pela atividade do turismo gerou melhorias no produto oferecido. Houve remodelação de construções velhas, construções de alojamentos independentes como cozinhas, banheiros, construções de hotéis rurais e foram criados parques e campings. Essas iniciativas foram de agricultores, não agricultores e alguns empresários que construindo restaurantes e oferecendo atividades esportivas e de recreação. Também houve uma crescente procura por compra de casas para férias no meio rural que por sua vez, também passaram a oferecer alojamentos (CAVACO, 1999) e, neste contexto, o rural se resignifica.

Cabe ressaltar, que o retorno ao campo nos anos setenta é percebido como um revigoramento de série de valores típicos do velho mundo rural, como as relações mais estreitas com a natureza, ar puro, tranqüilidade e valorização do espaço cotidiano. Estes valores, segundo Guiliani (1990) se manifestam como uma nostalgia ao passado, ao rústico. O espaço rural ganha, por este meio, um crescente valor simbólico e assume característica diferente da associada ao espaço de produção de alimentos.

3.1 - A RELEVÂNCIA DO TURISMO PARA OS ESPAÇOS RURAIS:

O turismo rural constitui-se em uma forma de valorização do território, pois ao mesmo tempo em que depende da gestão do espaço rural para o seu sucesso, contribui para a proteção do meio ambiente e para a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural do meio rural. É, portanto, um instrumento de estímulo à gestão e ao uso sustentável do espaço local e que deve beneficiar prioritariamente a população local direta e indiretamente envolvida com as atividades turísticas (CAMPANHOLA E GRAZIANO DA SILVA, 1999).

O desenvolvimento do turismo rural em si não é uma modalidade nova (RUSCHMANN, 1997). Para Towner (1996) essa atividade iniciou com as férias, devido à crescente urbanização da velha nobreza fundiária na Europa e pela territorialização das burguesias urbanas. O turismo se processa, então, pela necessidade de mudar de ares, de ambientes, de rotina das vidas mais ou menos ociosas da classe burguesa. Em outro momento, a busca era pela qualidade do meio rural para convalescências e curas, nas áreas de verões frescos e invernos amenos, com nascente de água com potencialidade curativa.

No período da intensificação do uso do solo pela agricultura, industrialização e êxodo rural surgiram às férias de famílias com pouco dinheiro. Utilizavam-se alojamentos nas casas de famílias e amigos ou residências herdadas. Pouco se comprava e pouco se gastava com supérfluos. Sendo essa tradição turística uma presença em países como Suíça e Áustria e acabou por permitir a permanência da pequena agricultura pelo aluguel de quartos a preços baixos.

Urry (2001) aponta que já em outro período as classes médias e altas passaram a fugir da banalização popular do ambiente citadino, indo em busca de paisagens simples, espontâneas, acolhedoras e com outros ritmos.

Em algumas partes do mundo como nos Estados Unidos, Nova Zelândia e Irlanda são oferecidos “farm houses”, “country houses” (quarto no campo), “village in hotels” (vilas) e “manor house hotels” (velhos castelos, casas senhoriais e pavilhões de caças). Na França, existem os “gites”, os “chambres d’hôtes” (“aldeias” e os campings). Essa modalidade turística se desenvolveu pelo hábito dos rancheiros de cederem espaço em suas terras para acolher viajantes. Esse acolhimento era inicialmente gratuito, mas com o decorrer do tempo e as transformações no mundo rural, os rancheiros perceberam que poderiam aumentar sua renda através desta atividade.

Para Gannon (1994) o turismo rural é importante por possibilitar a solução dos graves problemas do setor rural dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, estado de um lado a proteção ao meio ambiente e do patrimônio rural e de outro, combater os efeitos negativos do abandono da agropecuária e do conseqüente êxodo rural.

Desde a década de 1970 os países europeus oferecem atenção especial ao turismo rural, sendo considerado uma estratégia de futuro, uma vez que contribui para a fixação da população no campo, para a criação de empregos e, para a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas menos favorecidas.

A visão do turismo rural como fator de desenvolvimento rural pode ser explicada pelos seguintes argumentos:

- a) esta modalidade de turismo satisfaz a procura por espaços abertos á prática de atividades lúdicas, desportivas e culturais;
- b) responde a um crescente interesse pelo patrimônio natural, pela ecologia e pela cultura rural, por parte do público originário dos centros urbanos.
- c) engloba visita ás explorações agropecuárias, explicações sobre os processos produtivos, suas origens, tecnologias e mercados, assim como a degustação de frutos, sucos, café, vinhos etc, ou ainda a participação em certos tipos de trabalhos, como por exemplo, a colheita de café ou algodão, e o processamento da farinha de milho ou rapadura;
- d) os personagens locais conscientizam-se das possibilidades oferecidas pelo turismo rural devido ao seu efeito multiplicador, quer se trate de produzir rendas complementares, de possibilitar alianças e sinergias, ou de provocar uma demanda de infra-estruturas e de serviço de apoio, no interesse comum da população local e dos turistas.
- e) as despesas de hospedagem são acompanhadas por compras na região, o que representa uma soma muito importante, essencial para a manutenção e desenvolvimento das pequenas empresas, dos pequenos comércios e do artesanato local.

O turismo rural representa uma forte potencialidade de desenvolvimento para o setor rural de todos os países, e na Comunidade Européia isto é bem reconhecido. A iniciativa comunitária denominada LEADER (Programa da Comunidade Européia) é o mais importante programa de desenvolvimento do turismo rural no território europeu. Os investimentos em turismo são vistos como um fator de alavancagem do desenvolvimento, gerador de atividades em outros setores.

Na Espanha, o turismo rural é caracterizado por uma preocupação com o futuro da população ativa na agricultura. Dessa forma, os programas de desenvolvimento rural devem contemplar a potencialização de setores econômicos capazes de criar atividades econômicas alternativas para permitir a manutenção e o crescimento da população rural (LE GROUPE TYPE, 1997).

Na França, o setor público favoreceu o crescimento do turismo rural criando estímulos concretos para os agricultores como para os turistas. Seu apoio foi importante para evitar o êxodo rural, criando empregos e ajudando a conservar o patrimônio natural e cultural das regiões.

Em Portugal, o governo com auxílio do Programa LEADER foi introduzido no país um sistema de apoio financeiro que permitiu aos proprietários rurais promoverem reformas em suas casas e jardins, desenvolvendo o turismo rural conhecido neste país como “turismo de habitação”, caracterizado principalmente pela recuperação e conservação do patrimônio arquitetônico aliado ao aumento da capacidade de oferta de alojamento turístico de qualidade nas zonas rurais, mas que igualmente resultou na ligação cultural entre proprietário e o seu hospede pelo interesse pelo patrimônio histórico, criando um acolhimento turístico personalizado do hospede no interior de uma família tradicional.

Lima (2000) aponta que este modelo de turismo rural foi possível porque em Portugal, as propriedades permaneceram na mesma família por várias gerações, de forma que não só a casa, mas também as famílias representam um reflexo genuíno e vibrante do patrimônio regional. Além disto, as reformas realizadas nas propriedades foram extremamente cuidadosas visando que ficassem compatíveis com o patrimônio arquitetônico original e de que o mobiliário e a decoração ficassem de acordo com a história das casas.

Enquanto a melhoria do padrão dos alojamentos foi um pré-requisito essencial, a criação de “associações” para comercializar este produto e criar uma central de reservas e divulgação foi igualmente vital, levando a criação da TURIHAB (Associação Europeia de Turismo de Habitação). Esta associação nasceu da união de dez proprietários visando promover o turismo rural, a defesa e a garantia da autenticidade do produto turístico; a realização de marketing adequado, motivando novas adesões e apoiando outras associações.

Assim, visando criar uma identidade para este tipo de turismo, a TURIHAB lança em 1992 os “Solares de Portugal” com o intuito de comercializar este estilo turístico tal como o turismo de habitação está associado a casa com origem na Idade Média, uma linhagem nobre, servindo de

residência permanente á família na pluralidade dos seus membros, parentes e dependestes, servidores e protegido e que se evidencia entre as demais do mesmo lugar pelas proporções e acabamentos. Desta forma o Turismo de Habitação destaca-se como salvaguarda da tradição histórica de um Portugal que se resignifica através dos “Solares de Portugal”.

Lima (2000) ressalta a criação de grupos semelhantes de proprietários em outros países da União Européia, sendo inicialmente desenvolvidos trabalhos com associações de Inglaterra, Irlanda e França e em seguida os Países Baixos e ao final da década de 1990 com o apoio da Comissão de coordenação de Região foi inaugurada a Europa Traditione Consórcio – a Europa de Tradições, cujas metas e objetivos visam oferecer um estilo pessoal de turismo em casas de valor histórico, preservando a herança e a cultura através da preservação do patrimônio cultural, da gastronomia e de lazer.

A rede Europa das Tradições favoreceu uma ampla aprendizagem do conceito Solares de Portugal e proporcionou parcerias fortíssimas conjunta, reduzindo custos de promoção e reforçando a capacidade de oferta para a promoção do turismo rural na Europa. Sem perda de identidade e da diversidade de cada país ou região, a rede Europa das Tradições conta com cerca de 500 casas privadas de caráter familiar e tem sido um excelente contribuinte para a preservação do patrimônio europeu (LIMA, 2000).

Em alguns países da América do Sul como Argentina, Uruguai e Chile devido as suas características geográficas e culturais próprias, apresentam potencial de desenvolvimento para o turismo rural. Na Argentina o turismo iniciou-se no final da década de sessenta quando estancieiros descobriram que a abertura de magníficas propriedades a sítios de alojamento poderia representar rendimentos adicionais á atividade pecuária que passava por um período de baixa rentabilidade. As primeiras experiências tiveram lugar na região da Patagônia. A partir de 1987 verificou-se naquele país um vertiginoso crescimento de turismo em hotelaria de estâncias.

O Brasil, os pioneiros do turismo rural surgiram no município catarinense de Lages, na região Sul do país. Esta região, antes considerada a capital nacional deste tipo de turismo, era somente um local de parada na travessia do Planalto Serrano Catarinense para o estado do Rio Grande do Sul. A base de sua economia era a pecuária praticada nas inúmeras propriedades existentes e a exploração da madeira. Com a escassez da madeira nativa, foram necessárias mudanças e, em 1986, alguns produtores resolveram diversificar sua área de atuação, abrindo a propriedade rural para visitantes

que vinham passar o fim de semana e vivenciar o dia-a-dia da fazenda. Inicialmente, o visitante chegava na propriedade pela manhã para tomar o café e nela permanecia até o anoitecer, participando das atividades como a tosa das ovelhas, a doma dos potros, entre outras atividades. Posteriormente esta atividade foi denominada de “agroturismo”, surgindo outras como a de fazendas-hotéis e hotéis-fazendas, que forneciam pouso aos turistas (ZIMMERMANN, 1996).

A crescente relevância do turismo no cenário econômico podemos destacar um crescente interesse pelo patrimônio arquitetônico, histórico e cultural em virtude, segundo Joaquim (2001), por ser a noção de patrimônio um eixo em que memória coletiva encontra-se estruturada, e a qual se transformou em um produto de consumo turístico.

Meneses (2004) observa que a demanda por produtos histórico-culturais faz parte da nossa sociedade. A preservação, a classificação ou o tombamento de objetos móveis e imóveis decorre do significado simbólico a eles atribuídos. Todo e qualquer produto material da cultura humana é dotado de uma funcionalidade, um fim para o qual é executado.

O valor simbólico atribuído aos objetos e artefatos é decorrente da importância que lhes atribui a memória coletiva. É esta memória o motor fundamental para desencadear o processo de identificação do cidadão com sua história e sua cultura (BARRETO, 2002). Segundo Halbwachs (1968), o conceito de memória coletiva refere-se a uma memória social, exterior ao indivíduo, estendida no tempo e que guarda eventos que ocorreram. Esta memória é o invólucro das individuais e conserva de maneira própria, os fatos acontecidos na sociedade á qual o indivíduo pertence. O indivíduo por sua vez, pode recorrer a essa memória coletiva quando necessita conhecer fatos que não testemunhou e que fazem parte do seu passado e de sua comunidade.

Para Barreto (2002) além da questão identitária, a recuperação da memória leva ao conhecimento do patrimônio e, por conseguinte a sua valorização. O que tem permitido uma relação entre o turismo e o patrimônio, principalmente pela valorização da diversidade cultural, reinventando tradições e lugares, convertendo o patrimônio histórico, cultural, paisagístico e ambiental em um produto turístico.

A noção de patrimônio como recurso econômico é uma construção recente e está associada a especificidade que lhe permite fazer do espaço onde se localiza um lugar diferente de todos os outros, transformado-o em uma atração turística que combina elementos tão diferentes como a arquitetura, o artesanato, a gastronomia, as festas, as crenças, o modo de vida tradicional e outros

bens materiais que lhe estão associados, ensejando a experiência da descoberta, do exotismo e da auto-realização.

3.2 – A INVENÇÃO DO PATRIMÔNIO:

O patrimônio sempre teve importância significativa na vida das pessoas, uma vez que representa um pouco o passado e os valores de vida em sociedade. Embora sempre qualificado com adjetivos – histórico, cultural, urbano, natural – compreende-se como patrimônio o conjunto de bens materiais e imateriais ligados à cultura de uma sociedade (CHOAY, 2001). Camargo (2002) acrescenta ainda que o conceito de patrimônio inclui um sentido de herança, de sucessão que muitas vezes materializa a identidade de uma localidade.

De todos os elementos responsáveis por esta representação identitária, os edifícios sempre assumiram uma importância considerável em relação aos outros elementos considerados patrimônio, uma vez que eram facilmente percebidos e freqüentados por um número significativo de pessoas. Neste aspecto podemos citar as igrejas, os templos, palácios e mercados de diferentes épocas.

No entanto, a experiência de identificação, catalogação e ações voltadas à sua produção aparecem somente a partir do final do século XVIII na França, uma vez que as ações de vandalismo e destruição de edifícios, obras de arte e espaços urbanos na Revolução Francesa fizeram com que inúmeros intelectuais se preocupassem com o dano causado com a destruição e ao mesmo tempo pensassem em alternativas que assegurassem a permanência futura dos edifícios considerados importantes por esta classe (CHOAY, 2001).

Camargo (2002) salienta que o surgimento de estratégias de proteção do patrimônio na França está associado à extinção da monarquia. Com a passagem dos bens da Coroa para o Estado, atribui-se ao Estado republicano a responsabilidade de zelar e valorizar os bens (agora nacionais) e, portanto protege-los. Com a criação de um estado nacional, é inventado o conceito de patrimônio nacional.

Das ações mais conhecidas e aplicadas à proteção do patrimônio está o tombamento. Esta ação, presente nas cidades até os dias de hoje, inclui uma série de atividades que classificam e destacam os objetos tombados dos demais existentes nas cidades, protegendo-os de interesses particulares ou do vandalismo alheio. Choay (2001) aponta que as atividades que envolviam o tombamento dos monumentos históricos franceses no século XVIII e XIX exigiam o investimento

de todos os objetos de valor histórico, uma análise do estado de conservação de cada bem inventariado e a proteção integral do objeto independente de sua destinação final.

Esta prática amplamente aplicada no período industrial, demonstrou de forma inédita, a incorporação do sentido econômico ao patrimônio, uma vez que os novos conceitos de modernização acabavam por induzir práticas paradoxais em relação a esses elementos: por um lado a modernização exigia uma total renovação na paisagem atendendo a objetivos econômicos; por outro lado, grupos dominantes elegeram bens a serem tombados e valorizados agregando conseqüentemente um valor econômico a tais objetos.

Em alguns países, no entanto, a valorização do patrimônio e o seu tombamento acabaram por acarretar novas condições a esses elementos. No Brasil, por exemplo a existência da preservação integral dos edifícios tombados e a necessidade de sua conservação por práticas de restauração, acabaram por levar às vezes, à própria desvalorização e ao abandono do patrimônio por parte de proprietários, empresários e do próprio Estado.

Para Choay (2001) o patrimônio na contemporaneidade sofre um tipo de metamorfose de seu valor original para um valor econômico, mediado por enormes investimentos públicos e privados que objetivam o consumo e a vasta visitação. Cabe, portanto, observarmos quais seriam as representações e os significados do patrimônio para determinada sociedade em evolução para o compreendermos sua resignificação.

Alves (2001) salienta algumas abordagens teóricas sobre o patrimônio cultural, e que são de grande interesse para a problemática explicitada mais abaixo. Sem exclusão entre as mesmas, e em síntese, as posturas que incidem nos processos de recuperação e conservação do patrimônio cultural são:

- a) *Tradicionalista ou folclorista*. O patrimônio cultural é aqui reduzido a um conjunto de bens materiais e imateriais que representam a cultura popular pré-industrial. A sua visão é historicista, pois consideram o patrimônio cultural como objeto e relicário do passado, mas também é conservacionista, pois pensa que o fim último do patrimônio cultural deve ser sempre a sua conservação, independentemente do seu uso atual. Os critérios de preservação de artefatos e edifícios do passado devem ser os de época e beleza. Tudo deve ser conservado segundo esta perspectiva.

- b) *Construtivista*. O patrimônio cultural é entendido como fruto de um processo de construção social, isto é, segundo as épocas e os grupos sociais dominantes, valorizam-se e legitimam-se uns bens patrimoniais e não outros. Por exemplo, no caso do Brasil há uma tendência para não patrimonializar o legado africano e indígena, nem tão pouco o dos subalternos. Nesta perspectiva, o patrimônio cultural é entendido como uma representação simbólica da identidade, mas também em muitas ocasiões como sinônimo de cultura.
- c) *Patrimonialista*. O patrimônio cultural é a recuperação do passado desde uma perspectiva presente, para explicar a mudança dos modos de vida. O patrimônio cultural está integrado por elementos culturais que adquirem um novo valor através de um processo de “patrimonialização”, porém não é o mesmo que a noção de cultura. Poderíamos dizer que é uma intervenção na cultura. Os bens patrimoniais representam formas de vida de um grupo humano no tempo.
- d) *Produtivista*. O patrimônio cultural é entendido por esta posição como um recurso para o turismo cultural e para outras atividades econômicas. Esta postura considera o patrimônio cultural como uma mercadoria que deve satisfazer o consumo contemporâneo, daí a necessidade de um processo de interpretação que converta recursos em produtos ou mercadorias necessárias para o funcionamento de um sistema de produção pós-industrial. O patrimônio cultural é um meio através do qual os lugares convertem-se em destinos turísticos, é portanto um meio de produzir presenças. Esta postura segue o critério do consumo e o da procura utilizando o patrimônio cultural como representação das identidades culturais, porém presta pouca atenção aos riscos da exploração turística.
- e) *Participacionista*. Nesta perspectiva de abordagem, a recuperação e conservação do patrimônio cultural deve por em relação com as necessidades sociais presentes, e com um processo democrático de seleção do que se conserva. Também deve estar ligada à participação social com o objetivo de evitar a monumentalização e a “coisificação” de objetos, isto é, é muito importante pensar primeiro nas pessoas e logo nos bens culturais. O participacionismo defende uma política do patrimônio cultural que tenha primeiro em conta o artesão e depois o artesanato, bem como a preferência de locais com turistas e não locais turísticos. Nesta última perspectiva pode enquadrar-se o conceito de “conservação holística”, segundo o qual quando trabalhamos com patrimônio cultural temos de perguntar

aos locais sobre os seus recursos culturais e como os gerir, atendendo também às parcerias, à negociação da partilha do poder. Desde esta última perspectiva é importante a autodefinição da identidade coletiva tendo em atenção critérios ecológicos.

3.3 - A PATRIMONIALIZAÇÃO ENQUANTO PROCESSO:

A partir da segunda guerra mundial ocorreu um salto quantitativo e qualitativo na construção do patrimônio cultural. Esta construção, denominada “patrimonialização”, está intimamente relacionada ao esforço conservacionista de longo alcance. Entretanto, desde a segunda metade do século XX, passa a ser fruto de uma nova sensibilidade referente aos bens com potenciais de se transformarem em patrimônio.

A patrimonialização é um processo de atribuição de novos valores, sentidos, usos e significados a objetos, e a formas, a modos de vida, saberes e conhecimentos sociais. O patrimônio cultural não está dotado de valor em si mesmo, porém, cada grupo e subgrupo humano atribui e escreve valores e significados, específicos em cada momento histórico, aos seus bens culturais, escolhidos dentro dos múltiplos elementos culturais, portanto há um processo social de seleção e atribuição de valores. Neste processo são capitais os especialistas—arqueólogos, antropólogos, arquitetos, historiadores da arte, etc - enquanto criadores de uma legitimidade patrimonial seletiva. Os especialistas certificam o valor dos elementos culturais dignos de serem patrimonializados e reconhecem como bem de tutela pública o que antes não estava reconhecido como tal. O caráter e o significado de monumentos não correspondem a estas obras em virtude do seu destino originário, somos nós, sujeitos modernos, quem lhe atribuímos valor (RIEGL, 1987).

Além disso, a sociedade civil, os políticos e o mercado também são interventores nos processos de atribuição de valor ao patrimônio cultural. É o confronto, a dialética e a negociação entre estes agentes o que motiva as definições do que é e não é patrimônio cultural.

Culturalmente, ainda que não em todas as culturas, poderíamos falar de um conjunto de valores que tendem a repetir-se, e que podem aparecer interligados e conectados nos mesmos bens culturais. O historiador da arte austríaco Alois Riegl (1987) escrevia em 1902 que os valores geralmente atribuídos ao patrimônio cultural são:

1. O valor histórico enraizado de lembranças que esse elemento faz de uma época, no estímulo da nossa memória sobre o passado, um tempo distinto da nossa vida cotidiana, um país estrangeiro (LOWENTHAL, 1998). A aparente permanência da sua forma original, tal e como nasceu é uma leitura comumente reconstruída com o pensamento, a palavra ou a imagem.

2. O valor estético ou artístico tem também uma outra pretensão de valor objetivo; mas na procura de uma definição do “bonito”, muitas vezes esta categoria está unida ao “útil”, isto é, a rentabilidade política e socioeconômica.

3. O valor de antiguidade é, pelo contrário, uma pretensão de valor subjetivo, que salienta o prazer, o sabor do antigo e da vivência. É este um valor do velho, do mais idoso. Por não necessitar de especiais conhecimentos históricos, é este um valor mais democrático para o qual não precisamos do conhecimento de especialistas.

4. O valor de atualidade ou contemporaneidade salienta a utilidade dos elementos do patrimônio cultural, para servir as necessidades do presente.

5. O valor documental pode ser escrito ou atribuído a aqueles bens que registram o conhecimento com o objetivo de preservá-lo, bem seja por meios sonoros, bibliográficos, audiovisuais e informáticos.

6. O valor etnográfico (antropológico) que expressa a relevância de um bem cultural que representa modos de vida passados e presentes, também expressando os significados simbólicos das identidades culturais dos grupos humanos.

Prats (1997) afirma que sabemos que muitos destes valores são hoje insuficientes para entender os processos de atribuição de valor patrimonial público. Sabemos que o papel dos especialistas é muito importante nos processos de patrimonialização, mas nem por isso devemos deixar de ter em conta que estes processos estão associados a tensões, conflitos e negociações, sendo igualmente importante a análise do papel que os outros agentes sociais representam no processo de patrimonialização. É a obra de Michael Herzfeld (1991) e a sua contribuição para esta questão, nos fala dos confrontos de olhares entre especialistas e habitantes do patrimônio cultural. Michel Herzfeld (1991) diferencia entre tempo social e tempo monumental. O primeiro define o cotidiano, a memória e os significados dos bens culturais para os habitantes e residentes do mesmo. O segundo define a visão burocrática dos técnicos que classificam os bens culturais sem ter em atenção os modos de vida, os afetos e apegos aos espaços.

É por isso que devemos prestar atenção aos diferentes níveis identitários e aos seus papéis na hora de categorizar, valorizar e converter em signo identitário determinados elementos culturais de especial significação dentro de um determinado contexto cultural.

3.4 - REPRESENTAÇÕES E SIGNIFICADOS DO PATRIMÔNIO:

Todas as ações voltadas à proteção e intervenção do patrimônio passam primeiramente por uma análise ou juízo de valor por parte das classes interessadas em tais elementos. Estes valores são atribuídos a esses objetos de forma a fortalecer os elos e representação e significado de tais elementos como imaginário das pessoas. Choay (2001) apresenta algumas categorias de valores associadas aos monumentos históricos⁴, apontada de forma inédita por Rigel no século XVI. Para esse estudioso, observa Choay (2001), a valorização do monumento é dividida em duas características opostas, ou seja, uma ligada ao passado e outra ligada ao presente do monumento.

Os valores ligados ao passado são aqueles remetidos à própria idade do elemento, marcados pela memória de um tempo passado definido, de um período histórico marcante de uma sociedade. Em contrapartida, os valores ligados ao presente são aqueles associados à funcionalidade, mesmo que museográfica, do elemento no tempo presente, ao seu estado de conservação e ao seu efeito estético.

Estas categorias de valores facilmente podem ser observadas em diversas localidades, uma vez que acabam por definir estratégias de proteção e restauro do patrimônio em questão. As ruínas de cidades antigas, tumbas e pirâmides são exemplos de patrimônios que só podem ser valorizados pelas marcas que o tempo e que o processo histórico estabeleceu nestes elementos. A intocabilidade e a preservação asseguram o valor temporal e que são reforçados pelos próprios signos do tempo. Os palácios imperiais, casarios coloniais e obras públicas por sua vez só apresentam sentido e valor nas sociedades contemporâneas se restaurados, protegidos e resignificados, uma vez que sobreviveram às ações do tempo reforçando o seu valor de monumento pela refuncionalização contínua. É necessário neste caso assegurar a perpetuação do edifício, dos seus espaços construídos e de sua utilização permanente.

Outros valores também devem ser considerados. Baudrillard (2002) apresenta o significado dos objetos antigos como lembrança, nostalgia, testemunhos e evasão do cotidiano e apresenta ainda dois valores atribuídos na construção desse significado: o valor de ambiência e o valor simbólico. O valor de ambiência está associado à historicidade do elemento e representa, portanto o seu papel no tempo. Para o autor, este valor está dissociado de sua função atual, uma vez que seu

⁴ O termo monumento é compreendido aqui como todos os elementos que foram construídos por determinada comunidade para proporcionar às gerações presentes ou futuras a memória do passado (CHOAY, 2001).

significado está apoiado num valor temporal, documental. Esse valor se apega a traços culturais que remetem a um tempo abstraído de uma representação contemporânea. O valor simbólico está associado ao mito de origem, ou seja, a uma necessidade de representação presente do objeto antigo. Este valor agrega a funcionalidade contemporânea do objeto ao valor temporal presente na ambiência do objeto.

Ao percebermos os atributos de valorização do patrimônio discutidos por Choay e Baudrillard, notamos que as formas de apreensão e representação do patrimônio se dão de forma subjetiva e associados a bivalência tempo x função. No entanto, cabe acrescentar nesta análise a discussão de uma outra questão que permeia as representações e os significados do patrimônio: o conceito de autenticidade.

Os valores atribuídos aos elementos representados como patrimônio só serão legitimados se for levado em consideração sua autenticidade. Para Baudrillard (2002) o conceito de autenticidade de determinado elemento se traduz pela busca obsessiva da originalidade, da autoria, do tempo e da técnica.

A autenticidade está relacionada á necessidade de memorização presente nos valores apresentados por Choay (2001) anteriormente. Ao observarmos as ruínas de Pompéia, por exemplo, exigimos que os fragmentos existentes sejam autênticos para compreendermos as técnicas antigas e a própria estrutura da cidade antiga. A autenticidade está marcada aqui pela presença de um tempo referencial presente no próprio patrimônio.

Ao considerarmos os edifícios restaurados, percebemos que o conceito de autenticidade se altera neste caso, uma vez que a funcionalidade reforçada pela representação da origem e de sua novidade impressa na própria obra de restauração restringe a autenticidade a pequenos fragmentos e signos presentes na obra restaurada (CHOAY, 2001). Não existe neste caso a necessidade de uma autenticidade aparente, mas simplesmente é necessário a certeza de existência de elementos que assegurem a origem do elemento.

A autenticidade enfatiza ainda valores atribuídos aos objetos antigos (BAUDRILLARD, 2002), uma vez que a autenticidade constitui-se em um referencial das estruturas e do processo construtivo reforçando seu valor de origem e ainda cumpre seu valor de ambiência ao assegurar o papel documental e referencial do binômio tempo x espaço aos elementos.

Para Baudrillard (2002) a autenticidade é tida muitas vezes como um “álibi”, uma vez que isenta a modernização de destruir a memória de um passado, mesmo que esta seja reduzida a pequenos fragmentos que não representam a função ou sua historicidade em si, mas somente asseguram a originalidade temporal do elemento. Novas construções sobre fundações antigas, paredes antigas decorativas em espaços novos, portões antigos assumindo papel de monumento são exemplos da necessidade da autenticidade em obras de modernização ou restauro de patrimônios.

No entanto, o conceito de autenticidade pode ser rediscutido se analisarmos a evolução das técnicas de reprodução conforme observa Benjamin (1975). Segundo o autor, a própria noção de autenticidade perde sentido para uma reprodução. Durante a evolução da sociedade, a reprodução se intensificou a ritmos acelerados e abrangeu tantas esferas sociais que muitas vezes se assumem não mais como reprodução, mas como objetos originais.

Neste caso podemos analisar a autenticidade de alguns elementos considerados patrimônios. Se a reprodução permitiu que algumas técnicas se difundissem, como por exemplo a arquitetura, a autenticidade de alguns edifícios antigos é discutível se levarmos em consideração técnicas comuns difundidas durante um período. As cidades coloniais e modernas do hemisfério sul-americano são bons exemplos dessa relação. Seus casarios, igrejas, arruamento, praças representam a reprodução de cidades e igrejas européias e norte americanas e são totalmente desprovidas de originalidade. No entanto quando tratadas como patrimônio são envolvidas por discussões acerca de sua real autenticidade e necessidade de proteção.

Benjamin (1975) afirma ainda que a autenticidade é a unidade da presença do elemento no espaço e no tempo. Esta unicidade está vinculada, segundo o autor, ao processo histórico que muitas vezes agrega ao elemento autêntico modificações impostas pelas diferentes tradições. E isto afeta a discussão acerca da autenticidade, uma vez que a consideração da preservação de suas características originais e a incorporação das modificações tradicionais pode ser subjetiva.

Para Benjamin (1975) o que caracteriza a autenticidade de um objeto antigo “é tudo aquilo que ele contém e é originalmente transmissível, desde sua duração material até seu poder de testemunho histórico” (BENJAMIN,1975, p.13). Nesse sentido é que o autor aplica a noção de aura, explicando que ela pode ser definida como a única aparição de uma realidade longínqua, por mais próxima que ela esteja. Esta percepção é importante em relação ao significado do patrimônio

na atualidade, uma vez que a reprodução imposta pelas técnicas de restauro e requalificação podem esconder a aura do elemento, reforçando somente a imagem imposta pela reprodução.

No caso das alterações impostas pela incorporação de novas tradições, a aura não se perde, mas se amplia, se altera. A essência do elemento permanece, e a autenticidade pode estar presente.

A observação das representações e significados do patrimônio através de seus atributos e do próprio conceito de autenticidade é importante para a compreensão de práticas atuais em relação à proteção e valorização do patrimônio. Em primeira instância observamos claramente a atribuição de valores históricos e temporais na própria eleição pelas classes dominantes dos objetos a serem considerados patrimônios. Se valores contemporâneos são atribuídos a alguns objetos, que eventualmente foram eleitos pelas classes não dominantes seu valor patrimonial é logo descartado. Contudo, se o interesse é oriundo das elites, novos valores podem ser agregados a objetos selecionados para serem representados de uma cultura local. É o caso da resignificação.

Assim, o patrimônio resignificado assume diferentes formas segundo o olhar dos diferentes agentes. Do cenário para o turismo, o patrimônio assume um significado e evidência as novas manifestações culturais ou reforça alguns ícones da comunidade local. Dessa forma, para os investidores e mesmo para o Estado, o patrimônio é visto como uma oportunidade de negócio.

3.5 – PATRIMÔNIO RURAL: VELHAS E NOVAS FUNÇÕES:

Segundo Silvano (2007), ao processo de resignificação dos espaços rurais se integra a patrimonialização, em que os bens e espaços ligados à ruralidade são promovidos à categoria de patrimônio. A produção artesanal de objetos, o saber-fazer ligados à construção, as práticas agrícolas que historicamente desenham as paisagens, são alguns dos componentes que integram os processos de patrimonialização nos espaços rurais.

A Arquitetura rural que se transforma em patrimônio pode ser segundo Ferrão (2004) como:

- Habitação rural que são as sedes de propriedades rurais, as casas dos trabalhadores, os conjuntos habitacionais rurais implantados em bairros das regiões metropolitanas, em agrovilas ou ecovilas adequadamente projetadas, condomínios e assentamentos rurais;
- Arquitetura Agrícola que são os edifícios destinados à produção agrícola, tais como engenhos, casas de máquinas, terreiros de secagem, viveiros, instalações e equipamentos de produção agroindustrial, laboratórios e diversos tipos de edificações apropriadas às cadeias de produção animal;
- Arquitetura agro-ecológica, exemplificada pelas lavouras, pastagens, bosques naturais e artificiais, jardins, pomares;
- A arquitetura cultural rural que são os antigos casarões e senzalas, colônias e casario disperso, monumentos construídos com técnicas tradicionais do rural. Antigas capelas rurais, antigos engenhos e casas de máquina, o próprio maquinário desativado, antigos equipamentos de produção de energia, estruturas desativadas como pontes, diques e barragens, o espaço físico destinado às manifestações culturais locais como praças, terreiros, largos e vilarejos;
- Infraestrutura física tais como os caminhos e estradas de terra ou calçadas, barragens e sistemas de irrigação, pontes, poços, obras de arte da engenharia, obras hidráulicas e áreas de represa, lagos, rios, córregos e riachos, fontes e nascentes, elementos dos sistemas de eletrificação rural, sistemas de engenharia destinados à otimização da produção agrícola.

Com o turismo em mente os atores buscam recuperar o patrimônio no intuito de valorizar e reconstruir a paisagem rural para abrir a propriedade para visitação. Cabe ressaltar que na paisagem rural, o principal fator de transformação pelo homem tem sido ao longo do tempo a agricultura. Em cada região desenvolvem-se sistemas agrícolas específicos, aproveitando as condições naturais e

adaptados às restrições por elas impostas. A agricultura foi modificando, mas mantendo-se em uma relação próxima com a comunidade que dela vivia e com o território utilizado. Assim, a identidade da comunidade prendia-se com a atividade agrícola desenvolvida com suas próprias características, gerando uma paisagem rural com caráter próprio e único.

Nas últimas décadas vários fatores levaram á transformação acelerada do setor agrícola e também a mudanças cada vez mais marcantes das sociedades rurais. Para além da globalização de modelos e valores e da transformação das sociedades, também o progresso tecnológico em várias frentes (fatores de produção, transporte e comunicações entre outros) levaram a que se mudassem práticas e vivências. A agricultura registrou processo de especialização, concentração, intensificação, extensificação, abandono etc. E também a relação próxima e de dependência entre esta atividade, o território e os seus habitantes foi se transformando. Desse modo, as características que asseguravam o caráter de uma determinada paisagem foram desaparecendo progressivamente, numa tendência geral para a simplificação e homogeneização das paisagens.

A mudança na paisagem, por diferentes causas, é um processo natural, visto que a paisagem é um sistema dinâmico onde interagem fatores naturais e culturais. Mas as alterações no sentido de homogeneização começaram há algumas décadas e continuam hoje em cada paisagem local. O que parece especialmente um contra senso porque ao mesmo tempo que o caráter de cada paisagem se vai desaparecendo, vem aumentando o interesse e procura pela paisagem rural, por outros utilizadores que não a comunidade que nela vive ou viveu. É neste contexto que se fala da multifuncionalidade da paisagem rural, porque dela cada vez mais se esperam várias funções: produção, não só em quantidade, mas também em qualidade, preservação dos recursos naturais, conservação da natureza, manutenção da identidade e património cultural, recreio e turismo, qualidade de vida, sendo que estas funções se associam vários atores e utilizadores, como proprietários e agricultores, tanto os locais como os novos, os visitantes e turistas, os habitantes, tanto de longa data como os recentes que procuram outra qualidade ou tipo de vida, os que foram habitantes e que se mudaram, mas que se identificam com a paisagem da sua infância, aqueles que desenvolvem atividades económicas com base na paisagem (turismo).

3.6 – O TURISMO RURAL E O PATRIMÔNIO NO BRASIL:

A literatura existente sobre turismo rural mostra grande riqueza de termos, expressões e conceitos que variam conforme a realidade de cada país e expressam diferentes maneiras de aproveitar os recursos do espaço rural e os programas e ações empreendidas nessa área. Neologismos são criados para designar formas criativas como é o caso de agroecoturismo, resultante da mescla de agroturismo com ecoturismo. Confusões terminológicas se sucedem como, por exemplo, turismo verde que vem sendo aplicado, indistintamente, tanto ao turismo rural como ao ecoturismo. Multiplicam-se denominações genéricas ou específicas aplicadas ao turismo rural, decorrentes de diferenciações geográficas, econômicas, sociais e culturais dos países e que também variam ao sabor das campanhas de marketing. Para resolver o problema conceitual, alguns autores sugerem termos e expressões mais abrangentes, enquanto outros se mostram despreocupados com o assunto adotando a expressão turismo no espaço rural ou turismo nas áreas rurais indistintamente (TULIK, 1997).

Tulik (2003) explica que tanto da designação “turismo no espaço rural” e “turismo nas áreas rurais” são as expressões mais utilizadas na Europa como sinônimo de turismo rural. Entretanto, pode-se compreender o turismo no espaço rural no intuito de aproveitar o conjunto de componentes existentes no espaço rural, incluindo aqueles basicamente rurais e culturais, como também, elementos da natureza. A diversidade de expressão aplicadas ao turismo rural mostra grande riqueza derivada da exploração de recursos e relacionada, principalmente, às formas de alojamento e aos elementos das organizações produtivas rurais. Na prática, percebe-se a complexidade gerada por conceituação ambíguas, contraditoriamente restritas ou muito abrangentes (TULIK, 1997).

Dessa maneira resultam “submodalidades” do turismo rural que são variantes conforme as características do país em que ocorre. Segundo Tulik (1997, p.138), as submodalidades mais usuais são:

O turismo Verde que é aquele desenvolvido em áreas naturais pouco alteradas e que possibilitam ao turista o desfrute dos bens naturais, culturais e socioprodutivos. Sendo em alguns países utilizado para criar as chamadas “estações verdes”, oferecendo incentivos aos que preservem a natureza.

O turismo Campestre ocorre na França e desenvolveu-se devido a valorização da cultura camponesa por meio da exploração de pequenas unidades familiares ou da hotelaria de pequeno porte.

O turismo de habitação que ocorre em Portugal. Como já apontado anteriormente, prima pelo aproveitamento dos solares e edificações de reconhecido valor arquitetônico sendo caracterizado pelo acolhimento familiar e pelo contato direto com a natureza e com os usos e costumes da população.

O turismo de retorno é praticado pelas pessoas que emigram da área rural para a cidade, em virtude da industrialização e que retornam para o espaço rural a fim de descansar, visitar parentes e amigos nas férias e nos fins de semana. O termo surgiu na Espanha com o incremento da industrialização que provocou o êxodo rural.

O turismo de Estância ocorre na Argentina e é caracterizado pelo alojamento em construções senhoriais, que tem concorrido para o desenvolvimento da hotelaria de estâncias devido ao número reduzido de hóspedes que não deve exceder doze, e pela exploração de grandes estabelecimentos agropecuários onde o turista participa das atividades rotineiras de uma estância.

O turismo de granja que representa uma forma de férias ativas na qual o turista convive com a família proprietária do estabelecimento e participa das tarefas cotidianas. Ocorre principalmente na Europa, Estados Unidos, Nova Zelândia, África do Sul e Uruguai.

O turismo Naturalista o qual está apoiado na idéia de um turismo ligado á natureza em seu sentido mais amplo em que se inclui o turismo rural.

O Agroturismo, praticado no espaço rural na Itália, onde surgiu na década de 1960 e se espalhou para o mundo inteiro. Suas características são o alojamento em propriedade rural integrado á moradia do proprietário ou em apartamentos individuais remodelados ou construídos para este fim; a alimentação baseada na cozinha tradicional do lugar e elaborada com produtos locais; eventual oferecimento de atividades alternativas de lazer e recreação no entorno da propriedade e participação do turista nas atividades rotineiras como cultivo e colheita, cuidados com os animais, preparação de alimentos tradicionais

Cavaco (1999) observa que ao se falar de turismo rural, identifica-se o espaço rural como as áreas de ocupação predominantemente agrícola ou agro-silvo-pastoril, no presente ou num passado relativamente próximo, a que correspondem sistemas de uso do solo no geral extensivos e quase sempre artificializados. Nesse espaço do turismo rural, se integram os espaços protegidos, espaços com capacidade de cargas reduzidas, procuradas na possibilidade de desfrutar uma natureza verde, amena, austera e grandiosa, reconstituente, repousante, sem numerosas e incômodas presenças humanas, ou seja, o desejo pela privacidade, pelo consumo da natureza, sem ter contato com a poluição. O turista também visa uma aproximação com as populações residentes e o desenvolvimento de relações simples e espontâneas de contatos com seus modos de vida e sistemas de valores, com os correspondentes enriquecimentos para visitantes e visitados.

No entanto, a EMBRATUR ao elaborar o Manual Operacional de Turismo Rural em 1994 adotou um conceito múltiplo, podendo ser o turismo rural considerado como: o turismo do interior, o agroturismo, o turismo alternativo, endógeno, turismo verde, ecoturismo, turismo de rotas agrícolas, roteiros ou circuitos no meio rural, pesque e pague, entre outros (GRAZIANO DA SILVA ET AL, 1998).

Para a Embratur, o turismo rural apresenta-se como uma atividade multidisciplinar que se realiza no meio ambiente, fora das áreas intensamente urbanizadas. Caracteriza-se por pequenas empresas agrícolas que tem como atividade econômica predominante o uso da terra para práticas agrícolas e pecuárias.

Rodrigues (2000) observa que na conceituação de turismo rural no caso brasileiro deve-se igualmente levar em conta um importante elemento representado na extensão geográfica do território nacional e nas distintas fases do processo histórico de apropriação dele, basicamente em função do extrativismo tanto vegetal quanto mineral, da pecuária e da agricultura. Os chamados ciclos econômicos pelos quais o Brasil passou deixaram na paisagem seus aspectos marcantes, constituindo um diversificado patrimônio histórico-cultural.

O ciclo do gado, inegavelmente através do qual o território brasileiro assumiu suas fronteiras, de Nordeste a Sul, imprimiu sua marca particular nas grandes rotas, muitas delas hoje resgatadas e valorizadas pela utilização de roteiros turísticos integrados. Deixou também um rico folclore e uma apreciada gastronomia, particularmente na região sul (RODRIGUES, 2000).

O ciclo da cana-de-açúcar, que teve como cenário a Zona da Mata nordestina, é responsável por um suntuoso patrimônio arquitetônico. O ciclo do ouro e do diamante, no Estado de Minas Gerais, embora tenha deixado um patrimônio urbano de inegável valor, deixaram-no também em áreas rurais. Do ciclo do café, desenvolvido basicamente na região Sudeste, herdamos propriedades senhoriais de significativo valor arquitetônico. Muitas sedes de fazendas, de autêntico estilo colonial, atualmente restauradas, têm acolhido majestosamente os turistas. A imigração européia, ocorrida durante o século XIX e o primeiro quartel do século XX, nas regiões sudeste e sul do Brasil, igualmente desempenha significativo papel para desenvolvimento do turismo rural no país (RODRIGUES, 2000).

O que depreendemos é que a paisagem e o patrimônio histórico cultural dos espaços rurais são apropriados pelo turismo para criação de “lugares turísticos” que devem ser vistos e visitados. No Brasil, o processo de consagração dos artefatos culturais materiais e imateriais perpassa por várias fases, relacionadas a novos contextos políticos e socioeconômicos, os quais determinaram estratégias de ações diferenciadas no campo da preservação e uma nova hierarquia de valores e significados atribuídos aos bens culturais.

As primeiras preocupações referentes à preservação dos fragmentos do passado no Brasil surgem nas primeiras décadas do século XX, período em que o país adentrava a modernidade, vislumbrando expectativas reais de desenvolvimento econômico advindas do crescimento industrial e da expansão urbana, o que alteraria por completo a malha urbana existente, configurando novas formas de organização socioespacial. Diante das ameaças concretas de destruição ou alteração da

materialidade existente que representam o suporte da memória e os fragmentos da história da nação, ainda em grande parte desconhecida, vislumbrou-se a necessidade de impedir que esse processo rompesse os laços com o passado e impedisse a própria compreensão do presente. Tal desafio foi abarcado no Brasil por uma pequena elite, envolvendo intelectuais e artistas ligados ao movimento modernista, e posta em prática pelo poder político visando á afirmação do Estado Nacional.

A Concretização destes esforços veio com a publicação das obras de importantes nomes da literatura brasileira como Gilberto Freyre, Caio prado Junior, Oswald de Andrade e Mario de Andrade que forneceram subsídios para uma melhor compreensão das raízes históricas e sociais do povo brasileiro reforçando, assim, a necessidade de definir a identidade da pátria, cultivar suas tradições e de valorizar os traços mais marcantes da história do país.

Diante deste contexto, foi criado, em 1937, o serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN que, meses depois, no bojo do Estado Novo, consagra a primeira definição oficial de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Desse modo o patrimônio foi usado para autenticar tanto a existência do Brasil enquanto nação quanto a autoridade dos intelectuais nacionalistas para falar em nome do patrimônio e para identificar e proteger e preservar a identidade nacional (GONÇALVES, 2002)

A criação de um órgão oficial de preservação e instituição de uma definição de patrimônio derivam de um projeto de autoria de um intelectual ligado ao movimento modernista, Mario de Andrade, que postulava a incorporação de uma grande variedade e abrangência de bens culturais, dignos de preservação, incluindo a “arte histórica, popular, arqueológica, erudita e aplicada, sendo as duas últimas nacionais ou estrangeiras (LEMOS, 2000). Estes bens representavam, segundo sua concepção, as expressões culturais do povo brasileiro. Mesmo derivando do projeto efetuado por Mario de Andrade, a definição oficial de patrimônio decretada pelo SPHAN, possuía um caráter restritivo em relação á abrangência dos bens que deveriam ser preservados, se comparada com a proposta do intelectual.

Durante as primeiras décadas de atuação do SPHAN, privilegiou-se a proteção de monumentos de valor excepcional, envolvendo a produção material dos colonizadores tais como antigos fortes, casarões, engenhos, casas de câmara e cadeia, igreja, e outros exemplares de edifícios remanescentes dos períodos da colonização, associado ás expressões do poder político,

econômico, militar e religioso. Tais critérios de escolha já haviam sido evidenciados anos antes da criação do SPHAN, mais especificamente em 1933 quando por meio de um decreto, a cidade de Ouro Preto foi consagrada como Monumento Nacional por ter sido o teatro dos acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e de possuir velhos monumentos, edifícios e templos da arquitetura colonial, verdadeiras obras de arte que merecem defesa e conservação (RODRIGUES, 2001).

A partir dos anos 30 que uma política cultural e educacional veio a ser assumida como uma tarefa do governo federal. Essa política é descrita como parte de um projeto de construção de uma nova nação através da modernização das estruturas econômicas, político-administrativas e culturais. Esse projeto veio a ser implantado por meio de uma burocracia estatal autoritária controlada a partir de um pacto entre segmentos das velhas e novas elites (GONÇALVES, 2002).

A formação do discurso sobre patrimônio, nesse primeiro momento, teve como pano de fundo a ditadura Vargas. Getúlio Vargas pretendia estabelecer as bases da identidade nacional, acreditando assim, fortalecer a nação brasileira e conseqüentemente seu próprio poder (GONÇALVES, 2002). O golpe de Getúlio Vargas foi dado em 1937, instituindo um regime político autoritário em que as liberdades democráticas foram abolidas. O Congresso Nacional assim como os partidos foram fechados. As eleições foram suprimidas, a imprensa submetida à censura; líderes, partidos e organizações políticas perseguidas pela polícia. É nesse contexto político autoritário que veio a ser implementado o projeto de modernização do país. Na esfera cultural e educacional, grande número de intelectuais – muitos deles, de diferentes modos, identificados com o movimento modernista em arte e literatura – desempenharam um importante papel.

Seu objetivo principal era criar um novo Brasil, um novo homem brasileiro concebido em termos de uma ideologia nacionalista. O então Ministério da Educação e Saúde era um dos principais instrumentos políticos e burocráticos usados para realizar as mudanças propostas nas áreas de cultura e educação. Esse ministério, que veio a ser dirigido por Gustavo Capanema, um intelectual e político associado à elite intelectual mineira, desempenhou um importante papel na criação de instituições culturais e educacionais até o fim do Estado Novo (GONÇALVES, 2002).

A questão da identidade nacional brasileira impunha-se aos intelectuais brasileiros desde a independência política do país em relação a Portugal, na primeira metade do século XIX. Desde os últimos anos do Império, e do início do Regime Republicano, em 1889, as discussões sobre esse

tema se centram na idéia de raça. Ao longo da segunda e da terceira década do século XX, o problema deixa de ser discutido em termos raciais e passa-se a buscar uma identidade da nação brasileira.

Nos anos 20 e 30, diferentes respostas foram apresentadas. Alguns intelectuais identificados com o modernismo e associados ao regime político do Estado Novo concebiam a si mesmos como uma elite cultural e política cuja missão era modernizar ou civilizar o Brasil, elevando o país ao plano das nações européias mais avançadas. No entanto, tal projeto estava associado ao reconhecimento da necessidade de produzir uma imagem singular do Brasil enquanto cultura e como parte da moderna civilização ocidental. O problema principal era, assim, não simplesmente imitar a Europa, mas identificar e afirmar uma cultura brasileira autêntica, ainda que fosse com influência das vanguardas modernistas européias. Muitos propunham a valorização do tradicional e do regional na construção de uma imagem nacionalista singular do Brasil. Acreditavam que, para identificar ou redescobrir o Brasil, o país teria de retornar aos seus mais autênticos valores nacionais, os quais estavam supostamente fundados no passado, assim como em valores regionais. A arte e literatura foram veículos de debate para a definição de brasilidade (GONÇALVES, 2002).

O SPHAN desde sua criação em 1937 passou por diversas alterações. Em 1946 foi transformado em Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN, que por sua vez se transformou em 1970, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Em 1979 foi reestruturado, surgindo a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, órgão normativo responsável pela preservação do acervo cultural e paisagístico e a Fundação Pró-Memória, órgão operacional para proporcionar os meios e recursos para agilizar a secretaria.

Em 1990, o SPHAN é transformado no Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, com sede na capital federal e unidades regionais e museológicas distribuídas em todo o Brasil.

O ano de 1994 é marcado por uma política de restauração, na linha de atuação do tradicional órgão. Restauração do nome – o IBPC, passa a se denominar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, significando a restauração da competência, da coesão e unidade de ação. Restaurar significa retomar os valores e as conquistas alcançadas, integrando-os à concepção atual das questões relacionadas com a memória e a preservação.

Para Carvalho (1999), foi somente entre as décadas de 1970 e 1980 que o patrimônio foi valorizado, enquanto documento, como consequência da maior participação popular nos pedidos de tombamento e da expansão e descaracterização dos centros urbanos já tombados. Esse contexto determinou uma reflexão mais ampla e fecunda a respeito do patrimônio que naquele período passou a incluir outras manifestações da cultura imaterial como as expressões da cultura popular, além de edifícios e monumentos, resultando em uma mudança terminológica do que passaria a ser considerado como Patrimônio Cultural⁵.

Entretanto, aponta Meneses (1999) a relação estabelecida entre os diversos segmentos sociais e o patrimônio cultural tende a ser relegada, voltando-se para o atendimento dos interesses políticos e econômicos mais imediatos. Dessa forma, os valores afetivos, relacionados aos sentidos e significados atribuídos ao patrimônio pela sociedade, e os valores pragmáticos, ou seja, valores de uso percebidos como qualidade acentua a dimensão funcional-relacionadas aos usos sociais do patrimônio que contemplem as funções residenciais, comerciais, culturais e outras – e simbólicas que fortalecem a relação entre a comunidade e o patrimônio como fonte de referência e significação, preservando, dessa forma, a memória e a identidade dos grupos sociais. Partindo-se destes valores, pode-se captar a dimensão social do patrimônio cultural.

A partir desta percepção, constata-se que cada grupo social atribui determinada forma de valor ao patrimônio cultural de acordo com seus interesses e com o contexto político e sócio-econômico vigente. No entanto, o estatuto cultural desses bens atribuídos pelas instâncias de legitimação cultural como o Estado, vem se sobrepondo ao seu estatuto prático, relacionado ao seu valor de uso. Tal situação se agrava quando seu estatuto cultural passa a ser valorizado economicamente, transformando os bens culturais em mercadorias (MENESES, 2004).

Apesar dessa tendência ser incorporada no Brasil e no mundo, desde a década de 1970 o estreitamento dos laços entre cultura e mercado e a consequente ligação do patrimônio com a industrial cultural e com o turismo efetiva-se com maior expressividade a partir da década de 1990. A partir daí, essa tendência vem se fortalecendo a cada ano com projetos e intervenções urbanísticas em núcleo histórico preservados de cidades de pequeno, médio e grande porte, visando

⁵ De acordo com o Artigo 216 da Constituição de 1988, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

ativar seu potencial econômico por meio da valorização, pelo poder público e pela iniciativa privada, da sua imagem potencial turístico, como forma de garantir a sustentabilidade desses bens.

A compreensão do conjunto de transformações criadas pela relação entre patrimônio cultural e a esfera do mercado perpassa pela explicitação de uma tendência mundial que vem se delineando, desde o final da década de 1960, nas reuniões nacionais e internacionais voltadas para a promoção de discussões a respeito das medidas de preservação e valorização desses bens. O resultado destes debates culminou na elaboração de documentos denominados “Cartas Patrimoniais” que além de divulgarem os avanços teóricos e conceituais sobre a questão patrimonial, igualmente visavam tecer recomendações e difundir formas de atuação para a preservação.

Assim, a reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico promovida no ano de 1967 em Quito criou o documento conhecido como Normas de Quito, o qual explicitava a necessidade da revalorização do patrimônio monumental em função do interesse público e para o benefício econômico da nação (FUNARI & PELEGRINI, 2006).

As Normas de Quito traziam como novidade a possibilidade de se incrementar o turismo em áreas tombadas, considerando o patrimônio como um capital a ser mantido para render vantagens econômicas, aceitando implicitamente que os bens do patrimônio cultural representam um valor econômico e são suscetíveis de constituir-se em instrumento de progresso (FUNARI & PELEGRINI, 2006).

A proposta considerou que o uso adequado dos bens culturais repercutiria sobre o turismo, incrementando as atividades do local. Na realidade, o que estava em jogo era a tentativa de descobrir formas de angariar recursos para o financiamento de obras necessárias para a preservação de monumentos. Deve-se compreender que as discussões do Encontro de Quito tinham por horizonte o acelerado processo de empobrecimento dos países da América Latina e a situação de abandono do seu patrimônio. O desenvolvimento da indústria do turismo deveria gerar recursos para a recuperação e manutenção desse patrimônio. Porém, a recomendação não considerou que ao transformar os bens em produtos, também os deixava à mercê das oscilações do mercado. Desta forma vinculavam os investimentos governamentais às exigências do consumo massificado e aos interesses empresariais do turismo, o que, por sua vez reforçou a tendência de se preservarem os suportes físicos de uma história reconstituída de maneira linear e em tom glorificante (FUNARI & PELEGRINI, 2006).

Em 1972, a classificação dos bens culturais que integram o patrimônio cultural foi definida pela Convenção Geral da Unesco, procurando atender as possíveis manifestações humanas por meio dos bens culturais imóveis: os monumentos e os objetos que compreendem realizações exclusivas da ação do homem aos lugares notáveis, as realizações conjuntas do homem e da natureza.

Nas Cartas Patrimoniais, a grande preocupação sempre foi com o patrimônio urbano, ao passo que muito pouco do mundo rural é mencionado. Os Encontros e Cartas já traziam assuntos e temas para a discussão sobre o patrimônio desde a década de 1930, no entanto, a primeira Carta a mencionar o patrimônio rural é a da Conferência Geral da Unesco, em 1962. Nesta recomendação, a salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios é entendida como a “preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais e urbanos, devido à natureza ou à obra do homem, que apresentem um interesse cultural ou estético, ou que constituam meios naturais característicos” (CURY, 1995, p.83).

A Carta também menciona, ao lado da necessidade de um planejamento urbano, a importância do planejamento físico territorial das áreas rurais, mas a ênfase no patrimônio urbano ainda é relevante, já que cita urgência de disposições especiais para as “paisagens e sítios urbanos, que são, geralmente, os mais ameaçados, especialmente pelas obras de construção e pela especulação imobiliária” (CURY, 1995, p.92).

A Carta de Veneza de 1964, também afirma a existência do patrimônio rural, mas muito pouco se detém sobre ele. Ela determinava que a noção de monumento histórico compreendia uma criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que representa o testemunho de uma civilização em particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico (CURRY, 1995).

Quatro anos depois do encontro de Veneza, a Conferência Geral da Unesco em Paris produziu a recomendação sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas. Esse documento explicitava os bens culturais como bens imóveis, como sítios arqueológicos, históricos ou científicos, edificações ou outros elementos de valor histórico, científico, artístico ou arquitetônico, religiosos ou seculares, incluindo os conjuntos tradicionais, os bairros históricos das zonas urbanas e rurais e os vestígios de civilizações anteriores que possuam

valor etnológico. Porém, no momento de tratar das ameaças aos bens culturais, apenas apontava as obras resultantes do desenvolvimento das indústrias e da urbanização (CURRY, 1995).

A “Recomendação Relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea” de 1976, é o primeiro documento a ter um item específico sobre o patrimônio rural, além de constar a definição do que “é patrimônio”. O item 34 menciona que

nas zonas rurais, todos os trabalhos que implicarem uma degradação da paisagem, assim como quaisquer mudanças nas estruturas econômicas e sociais, deveriam ser cuidadosamente controlados para preservar a integridade das comunidades rurais históricas em seu ambiente natural (CURRY, 1995, 229p).

Em Machu Picchu no ano de 1977 ocorreu o Encontro Internacional de Arquitetos visando realizar uma revisão da Carta de Atenas. No documento gerado, a preocupação voltou a ser focalizada sobre o ritmo acelerado do crescimento das cidades, mas fazia uma distinção importante entre países industrializados, “onde se dá a migração das populações mais abastadas em direção aos subúrbios, conseqüência do uso de automóveis, abandonando as áreas centrais da cidade, que, assim, tendem a se deteriorar por deficiência de recursos”, e países em desenvolvimento, que se caracterizariam pela “maciça migração rural, que se instala em bairros marginais carentes de serviços e de infra-estrutura urbana” (CURRY, 1995, p. 237).

Essas discussões internacionais e a constante reafirmação da importância do patrimônio urbano refletiram nos tombamentos realizados no Brasil. Os monumentos do período colonial foram os primeiros bens a serem tombados e são as maiores partes dos monumentos inscritos nos livros de Tombo. Dentro do período colonial a prioridade foi dada aos remanescentes coloniais ameaçados pelo processo de urbanização, como as cidades dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os engenhos e fazendas que geravam grande parte da riqueza que ia para as cidades não aparecem com tanta importância: dos quase mil monumentos inscritos no IPHAN, apenas 46 são engenhos e fazendas, aponta Fonseca (1995).

Segundo Fonseca (1995) isso decorre pelo fato de muitos engenhos e fazendas estarem abandonados e em ruínas quando começaram os trabalhos do IPHAN em 1938, não sendo tombados por não se encaixarem aos critérios estabelecidos, os quais visavam não permitir que as edificações civis e religiosas, semi-abandonadas, ou deficientemente usadas, desabassem por ruína. Entretanto, quando houve uma abertura dos critérios de valor para a incorporação de outras formas e de categorias arquitetônica, o interesse se voltou para outros bens que não a arquitetura urbana do

século XVIII, os critérios para tombamento passaram a levar em conta o estado material, deixando muitas fazendas e engenhos de fora.

A valorização do patrimônio rural caracteriza-se como uma tendência em ascensão na atualidade tanto pelo seu valor sociocultural quanto pela sua importância econômica. O patrimônio rural vai além do mero patrimônio agrícola. Ele é o resultado de uma união entre o patrimônio natural e o patrimônio cultural, configurando uma visão multidimensional do patrimônio rural, uma visão que envolve diferentes manifestações como a arquitetura, festividades, modos de fazer, artesanatos e culinária.

Estamos diante de estratégias de atores privados e públicos visando a revalorização do patrimônio rural ligada ao turismo rural através da mudança de função, significado e valor social desses bens patrimoniais.

No estado do Rio de Janeiro, podemos observar duas dinâmicas de turismo rural, uma visando um contato com as atividades agropecuárias produtivas que possibilite ao turista uma interação com a natureza a partir da convivência do dia-a-dia das propriedades. Seria um turismo ligado a necessidade de consumo da natureza e contato com as práticas agrícolas.

Já uma outra face do turismo rural valoriza em especial o patrimônio arquitetônico, a história e a riqueza cultural das antigas sedes de fazendas.

No processo de resignificação do patrimônio arquitetônico rural, o turismo refuncionaliza funções e reconfigura a dinâmica espacial de lugares rurais de pouca expressão em “lugares turísticos” que se destacam. Essa configuração é percebida no Vale do Paraíba Fluminense com o incremento da atividade turística nas antigas sedes de fazendas cafeeiras.

CAPÍTULO 4

“AS FAZENDAS DE CAFÉ DO VALE DO PARAÍBA: UM EXEMPLO EMPÍRICO DA RESIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO RURAL FLUMINENSE PELA ATIVIDADE TURÍSTICA”.

No estado do Rio de Janeiro, o turismo tem possibilitado novas oportunidades para a exploração, a reprodução e o sustento das áreas rurais. O abandono das atividades tradicionais, por parte de alguns municípios e a sua substituição pela implantação de empreendimentos e de serviços turísticos foi, e continua sendo encarada por muitos como a solução de todos os problemas sócio-econômicos locais, caminho certo na direção do desenvolvimento sustentável e sócio-espacial, como querem alguns. Por trás dessa tendência, percebe-se a grande participação do setor imobiliário, interessado em lotear o máximo do solo, preocupado apenas com a reprodução do capital e do aumento dos lucros financeiros, sem levar em consideração as conseqüências que essa ocupação provoca nas comunidades locais (FRATUCCI, 2000).

Sendo assim, no estado do Rio de Janeiro, o crescimento e o desenvolvimento da economia urbano-industrial, fez com que se acentuasse a dominação do urbano sobre o rural, redefinindo as funções do rural. Em contrapartida, à medida que se ampliou a expansão capitalista no campo, cresceram as cidades e as aglomerações urbanas, redefinindo, por sua vez as funções do urbano.

Conforme a análise do Plano Diretor do estado do Rio de Janeiro proposto pela TurisRio podemos depreender um incentivo ao desenvolvimento do turismo rural no interior fluminense com o intuito de gerar emprego e fixar o homem ao campo, ou seja, como forma de desenvolver um nicho do turismo até hoje pouco explorado por falta de estrutura no meio rural, e do qual o interior do estado, com suas belas fazendas históricas e raridades da arquitetura rural, detém um dos mais ricos patrimônios.

Além disso, a TurisRio visa igualmente incentivar a prática do turismo rural, como elemento de interiorização dos fluxos econômicos e populacionais no estado do Rio de Janeiro. Daí caracterizar os principais atrativos dos espaços rurais das regiões turísticas estabelecida pelo Plano Diretor de Turismo em 2005. Sendo assim:

a) Na região Serrana Verde Imperial, famosa por sua beleza, tradição e cultura, encontram-se destinos como São Pedro da Serra e Lumiar em Nova Friburgo os quais nos últimos anos vêm se

transformando em lugares turísticos com o desenvolvimento do Circuito Eco-rural (trilhas, cavalgadas, artesanato e gastronomia).

O Circuito Tere-Fri, rico em atrativos turísticos, revela a beleza e a tradição regional voltada para a cultura, gastronomia e a produção rural. Destaque para propriedades como Capril Colina, Apiários Amigos da Terra e truticultura e outros empreendimentos na região que se encontram voltados para a produção de plantas ornamentais e hidropônicas, cultivos de frutas, criação de cavalos Manga-Larga Marchador, trutas, queijos finos, apiários, produção de cosméticos naturais à base de leite de cabra, caminhadas ecológicas, artesanatos locais e pousadas;

b) Já na região Serrana Norte, no município de Bom Jardim o turismo rural encontra-se em desenvolvimento com base em suas paisagens, fazendas, campos de cultivos e criação de animais, cavalgadas, pescarias e trilhas pelas matas. Em Santa Maria Madalena e Cordeiro, municípios voltados tradicionalmente para a agricultura e pecuária, o turismo com base no patrimônio histórico cultural natural e rural, também se desenvolve como uma opção de renda, existindo nestes municípios fazendas que oferecem hospedagem e dia no campo;

c) Na região das Agulhas Negras, composta por municípios dentre eles Itatiaia, Resende, Porto Real e Quatis, o surgimento das atividades turísticas rurais nas fazendas de café abertas para a visitação e dia no campo foi uma proposta de potencializar as aptidões turísticas desta região. Em Quatis a agricultura, a pecuária leiteira e avicultura são as principais atividades econômicas, sendo que algumas fazendas como Bom Retiro, com casarão do século XVIII; a fazenda Lago do Vale com criação de peixes para pesque-pague; a fazenda Villa Forte antiga propriedade cafeeira no século XIX; a Fazenda Três Pinheiros e a Fazenda Palmital se transformaram em fazendas hotéis fomentando o turismo rural nesta região;

d) Na região da Costa Verde o turismo rural vem se despontando como atividade principal aliando a hospedagem em fazendas e visitas aos engenhos e igrejas construídas por tropeiros, escravos e senhores. Em Paraty a visitação e degustação em alambiques é o foco principal no turismo rural. Em Rio Claro, o destaque é para o passado histórico, focalizando os caminhos dos tropeiros, as plantações de subsistências de arroz e anil, os engenhos de açúcar e as fazendas históricas da região;

e) Nas regiões da Costa Doce e Noroeste das Águas é possível conhecer antigas fazendas com seus casarões coloniais dos engenhos de açúcar e antigos carros de boi, elementos que compõem parte

do produto turístico rural regional que vem surgindo lentamente, procurando conservar as expressões da identidade cultural e desenvolver os arranjos produtivos locais;

Em Campos dos Goytacazes e Cardoso Moreira, os grandes engenhos e fazendas construídas para abrigar a aristocracia agrária formada graças as riquezas geradas pelos engenhos de açúcar estão sendo restauradas para receberem visitação. Em Miracema e Natividade, várias fazendas já se encontram abertas ao turismo. Já em Varre-Sai, antiga passagem de tropeiros, é possível visitar famílias de origem italiana e conhecer costumes como o vinho de jabuticaba de produção artesanal.

f) Em Rio Bonito, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Itaboraí, Araruama e Rio das Ostras, municípios das regiões Costa do Sol e Baixada Litorânea, programas de desenvolvimento do turismo rural vem surgindo mesmo sem uma estrutura organizada.

No município de Silva Jardim, pequena vila que cresceu tendo como sua principal ocupação econômica voltada para a exploração da madeira e lavoura de cana-de-açúcar, cereais, cultura de café com mão-de-obra escrava e imigrantes suíços e alemães, tem atualmente no turismo rural uma fonte de renda complementar as suas atividades agrícolas. Em Silva Jardim, também é possível visitar antigas casas de farinha e se hospedar em propriedades rurais e conhecer as áreas de proteção ambiental.

O município de Rio Bonito que nasceu graças a construção dos engenhos de açúcar e que se fortaleceu no período cafeeiro, a economia está voltada atualmente para a plantação de banana, laranja e pecuária, sendo que algumas propriedades rurais estão desenvolvendo atividades turísticas recebendo para a hospedagem, dia no capo e visitas agendadas. Já no município de Rio das Ostras o Circuito de Turismo Eco-Rural reúne sítios, fazendas e outros empreendimentos que oferecem hospedagem, mel puro, frutas, queijos, doces caseiros, alimentos orgânicos, passeio a cavalo, trilhas ecológicas e artesanato.

Uma análise das regiões turísticas do estado do Rio de Janeiro demonstra que o desenvolvimento do turismo em espaços rurais fluminense vem também promovendo “reconfigurações espaciais” caracterizadas pela refuncionalização de antigas propriedades ou pela multifuncionalidade das propriedades para atração ou desenvolvimento da atividade turística.

Na região do Vale do Café a resignificação dos espaços rurais através da reconstrução e refuncionalização de formas, funções e símbolos representam uma característica fundamental no desenvolvimento turístico. Neste contexto, existe uma busca pela “valorização da memória do

lugar”, ou seja, a utilização dos bens culturais, materiais e imateriais, como equipamento e atrativos turísticos com o intuito de conservar o patrimônio e assim permitir permanência na história e na identidade local.

A decisão de preservar os patrimônios culturais construídos origina-se na idéia de que estes patrimônios se assemelham com qualquer outro produto de consumo, seu valor cultural é também um recurso econômico e conseqüentemente a sua preservação, desenvolvimento e integração como atrações turísticas (COHEN, 2003).

O desenvolvimento do turismo no Vale do Café baseia-se no lazer associado a preservação do patrimônio histórico que reflete eventos históricos, ideologia social e um modo de vida que não existe mais (COHEN, 2003), representando, assim, a memória local e nacional relacionada com a importância socioeconômica que a prática agrícola do café desempenhou no estado do Rio de Janeiro e no Brasil.

4.1 – DO APOGEU A DECADÊNCIA – O CAFÉ NO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE:

De planta de jardim á monocultura produtiva, o café se espalha desde a capital do Império até as regiões serranas. As primeiras plantações foram constatadas na região onde hoje é o bairro da Tijuca. Seguindo até Petrópolis, onde não se adaptou ao clima. As geadas não favoreciam a propagação dessa cultura. A expansão cafeeira retorna, então, para a “Baixada Fluminense”, contudo, os cafezais na Baixada tiveram duração efêmera, visto que, o café era plantado nas encostas, em terrenos planos e argilosos, que eram pesados, impermeáveis e úmidos, impróprios para as raízes dos cafeeiros ou plantavam em terrenos arenosos caracterizados como pobres e ácidos, com deficiência de nutrientes químicos.

Da Baixada, a expansão do café segue em direção às margens do rio Paraíba. No ano de 1790, Rezende teria recebido as primeiras mudas, que se espalhou por toda a região.

Coincidindo o início da cultura do café com o esgotamento das jazidas de ouro de Minas, antigos mineradores vêm para o Vale. Na maioria eram pessoas abastadas que adquiriram terras, desmataram-nas, e nelas organizaram fazendas de café. O negócio com o café exigia do empreendedor certo capital para a aquisição e montagem da fazenda além da compra de escravos. Os cafezistas formadores de grandes e poderosos clãs rurais, ou seja, futuros “Barões do Café” são originários de Minas Gerais em grande número, sendo que também houve uma migração de Portugal e da planície fluminense e paulista (TELLES, 2006).

Telles (2006) em seus estudos sobre o café no Vale do Paraíba Fluminense, observa a implantação do café nessa região através de dois pontos, em primeiro na região de Resende e o segundo e quase que simultaneamente ao primeiro, nas áreas que ladeavam o Caminho Novo. Nessas áreas foram se organizando arraiais como Paty do Alferes, Sacra Família e Vassouras, núcleos estes que centralizavam as propriedades onde o café passou a ser cultura dominante.

Resende, assim, foi a primeira vila criada no vale. Em 1744, Simão da Cunha Gago de Minas Gerais se deslocou para um sítio às margens do Paraíba, em torno do qual se organizou um povoamento denominado Campo Alegre. Este povoado tornou-se em 1801 em Resende em homenagem ao governador, Conde Resende.

Valença, que até 1826 pertencia ao município de Resende, teve sua formação através da política implementada pelo Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos que visava reunir os povos indígenas

e catequizá-los. Como as terras nesse sítio eram extremamente ricas, elas acabaram por propiciar a organização de grande número de fazendas nas imediações. A partir de Valença, foi criada outra povoação, Santa Teresa, que atualmente é a cidade de Rio das Flores.

Concedida em 1782 a Francisco Rodrigues Alves e seu sócio nas primeiras décadas do século XIX as sesmarias de Vassouras tornou-se o centro da produção cafeeira brasileira. O plantio começou por volta de 1792 e logo se expandiu, sobretudo a partir de 1816 com Custódio Ferreira Leite (Barão de Airuoca).

Ferreira Leite foi um dos pioneiros da cultura do café atraindo parentes e amigos que adquiriram terras para produzir em diferentes pontos da região. O café fez então grandes transformações sociais e no gênero de vida desses proprietários. A vida se desenvolvia em torno das fazendas e suas sedes. E em algumas destas viveu-se inteiramente o esplendor do “ouro verde” e Vassouras passou a ser conhecida como cidade dos “Barões de Café”.

Construídas ainda na primeira metade século XIX, as fazendas de café do Vale do Paraíba constituem um testemunho arquitetônico. Elas foram edificadas sobre fundações de pedra, às quais se sobrepunham pesados baldrames de madeira de lei, obtidos nas próprias fazendas sobre os assoalhos de tábuas. As paredes de pau-a-pique eram rebocadas com liga de barro e por vezes revestidas de papel de parede europeu. Para Castro (1995) estas edificações representam a rusticidade da arquitetura colonial.

Já as casas de fazenda, construídas na segunda metade dos oitocentos, são verdadeiros monumentos (CASTRO, 1995). Com os lucros advindos do café, o estilo tradicional de casa rural é abandonado. O refinamento dos Barões do Café passa a corresponder a construções ou a reformas nas sedes em estilo neoclássico, trazido por arquitetos portugueses com a transferência da Corte para o Brasil.

Valverde (1985) observa que o fulgor desta civilização não se limitou à vida rural, se estendendo para as próprias sedes municipais que se ornaram com jardins, vivendas e palácios. Igualmente não só foi a presença da família real portuguesa que concorreu para embelezar o Rio de Janeiro. A corte civilizou-se, porque se concentrou riquezas, expressas em palácios e palacetes com mobiliário rico, empregados, carruagens luxuosas percorrendo as ruas, vida noturna nos teatros e nos bailes. E quem mais concorreu para isso foi a nobreza do café. Foi, portanto, o Vale do Paraíba que enriqueceu vida econômica e social do Rio de Janeiro, nos tempos da monarquia.

Assim, durante quase todo o período monárquico, as fazendas de café escravocratas que constituíram a maioria das propriedades cafeeiras, mantiveram no conjunto uma tendência geral para o aumento da produção, com um ritmo superior á escala ascensional da produção do resto do mundo. De tal modo, no quinquênio de 1880/81 a 1884/85 a média das safras brasileiras atingiu 5.900.000 sacas de 60 kg, num total mundial de 10.526.500, ou seja, 56% desta (VALVERDE, 1985).

Grieg (2000) observa que de 1840 a 1889. D. Pedro II concedeu 870 títulos, sendo a maior parte para cafeicultores. Eles possuíam um grande poder não apenas no âmbito de suas propriedades e escravos, mas seu patriarcalismo atingia os membros da família e sua influência política ia muito além dos latifúndios. Esses fazendeiros intervieram ativamente na política dos últimos anos do Império, interferindo na política local e provincial.

Entretanto, os fazendeiros de café do Rio de Janeiro se preocupavam somente com a aparência e o luxo (CASTRO, 1995), diferentemente dos fazendeiros paulistas que se preocuparam em fundar companhias, casas de exportação, investir em maquinário moderno e contratar imigrantes para trabalhar na lavoura (MONBEIG, 1984).

Assim, no cultivo do café no Rio de Janeiro, caracterizado pelo uso de técnicas rudimentares e uso da mão-de-obra escrava, não existia nenhuma preocupação com o investimento na melhoria de técnicas de produção. A floresta primitiva era cortada e queimada para dar lugar, cada vez mais á expansão dos arbustos de café. Dessa forma, a fina camada de terra fértil das colinas, desprovida da proteção da floresta primitiva foi rapidamente levada pelas águas pluviais que tinham tornado torrenciais a cada ano, por conseqüência do desmatamento.

O ciclo recomeçava e se fechava, tornando infértil uma área cada vez mais importante de terras que se esgotavam ainda pelas sucessivas colheitas de café. Não havia manutenção e reaproveitamento da terra porque existiam outras terras virgens para serem aproveitadas com o uso de técnicas predatórias, evitando que os proprietários tivessem despesas consideradas desnecessárias. Assim, boa parte da vegetação considerada primária, tornou-se secundária ou terciária. Na cafeicultura fluminense não houve plantio em curva de nível nem qualquer preocupação com a conservação do solo, as fileiras de café se alinhavam de baixo para cima facilitando a erosão.

As melhorias técnicas para beneficiamento do café eram no início bastante precárias, sendo as máquinas introduzidas mais intensamente a partir da segunda metade do século XIX com a extinção do tráfico negreiro em 1850. Assim, quando o solo ficou esgotado e a mão-de-obra já não era mais tão fácil de ser substituída e ampliada, teve início a crise da região do Rio de Janeiro. O Vale do Paraíba começou a declinar, sendo os cafezais substituídos pelo capim baixo e o gado (STEIN, 1985).

Introduziram-se, então, as atividades extensivas para corte e leite. Contudo, não era uma atividade de influência e fortemente organizada pelos proprietários. Era uma economia tangente que não regatou a Vale do Paraíba da ruína. Assim, os proprietários incapacitados de honrar suas dívidas são cobrados juntos às companhias agrícolas do governo do Rio de Janeiro que haviam sido criadas para financiar a recuperação das fazendas de café, com juros trinta vezes maiores que a própria dívida contraída. Esses fazendeiros foram, assim, obrigados a vender suas propriedades a estas companhias ou ainda a empenhá-las nos bancos de crédito, ou hipoteca-las, gerando a desintegração das antigas forças econômicas e sociais presentes na primeira fase do auge cafeeiro.

No início do século XX, a realidade do Vale já é outra, os casarões foram ocupados por hotéis, cassinos e principalmente casas de segunda residência. A partir da década de 1950, houve uma valorização da história. Desse modo, começou um novo movimento de compras das fazendas. Cabe ressaltar que até os anos de 1970, essas propriedades passaram pelas mãos de diferentes proprietários.

Assim, a partir de meados dos anos 1980 e em diante, as propriedades que no século XIX pertenceram a uma classe de novos ricos “Os Barões do Café”, agora voltam para as mãos de uma nova elite, sem nenhuma ligação com as famílias fundadoras, nem com o latifúndio cafeeiro e que são atraídos para o Vale visando áreas para investimento agropecuário e imobiliário, além da beleza arquitetônica de seus casarões para segunda-residência.

Como o custo de manutenção desse patrimônio é alto, os proprietários atuais vêm no turismo uma alternativa de complementar de renda, entretanto essa atividade acaba por contribuir no resgate da história da região e no desenvolvimento de um fluxo de visitantes que vem ganhando destaque na dinâmica turística do estado do Rio de Janeiro.

4.2 – A ATIVIDADE TURÍSTICA NAS FAZENDAS HISTÓRICAS DO VALE DO CAFÉ FLUMINENSE:

Os atuais proprietários das fazendas cafeeiras do século XIX, através da revitalização de suas propriedades desenvolveram uma nova dinâmica econômica, a do turismo rural, numa tendência a resignificação de símbolos que remetem a uma memória histórica, uma celebração fabricada de um passado que se pretende glorioso, face as desnorteadoras rupturas e efemeridades modernas. Esta apropriação se realiza por meio da revalorização de fixos e aspectos culturais que remetem a tradições e rituais que muitas vezes são reinventados, quando necessário “conservar velhos costumes em condições novas ou usas velhos modelos para novos fins” (HOBSBAWM, 1997, p.13).

Muito embora essas fazendas sejam reconhecidamente um patrimônio a ser preservado no Brasil, a maioria dos atuais proprietários adquiriu os imóveis para diferentes finalidades. Alguns afirmaram ter comprado a propriedade como empreendimento para investir em atividades produtivas. Outros apontaram que a compra visava à satisfação de questões pessoais, buscando uma mudança de vida para o campo.

Segundo a PRESERVALE, o que existiu foi um interesse pela compra de propriedades visando à criação de gado leiteiro e de corte e ao mesmo tempo como área de lazer para a família. Entretanto, há o caso da Fazenda Santa Cecília que foi adquirida para ser transformada em instituição religiosa.

Percebe-se que houve uma profusão de motivos que fizeram os atuais proprietários adquirirem essas fazendas. O que indica a importância, não apenas como propriedade rural, mas principalmente como uma bem patrimonial, razão pela qual essas propriedades estejam sendo redescobertas através do turismo.

Assim, como já apontado, grande parte das propriedades, ou seja, 77% não pertencem atualmente aos herdeiros dos fundadores e pioneiros. Isto se deve à indefinição produtiva da região, aos custos altos de manutenção das casas sedes, como também as questões relacionadas aos inventários familiares contribuíram para as mudanças de donos. Vale lembrar que os atuais proprietários não adquiriram direto dos familiares dos fundadores. Estas fazendas já pertenceram a

vários donos, desde os fundadores. Apenas fazenda da Taquara (figura 5) se manteve com a mesma família.

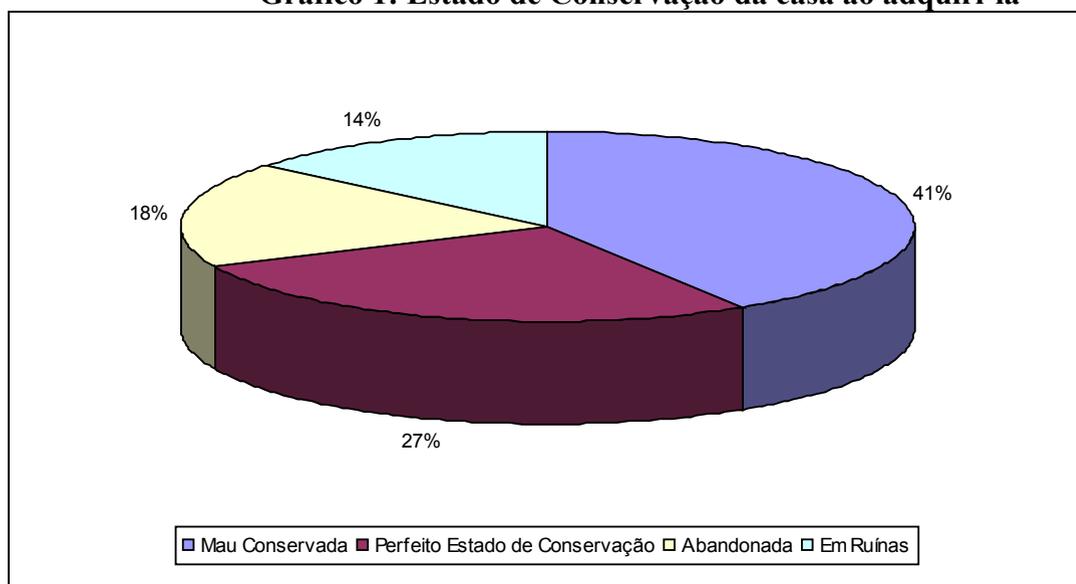
Figura 5: Fazenda da Taquara



Fonte: PRESERVALE, 2007.

Quanto à condição física em que se encontrava a maioria das casas na época da compra, 41% dos proprietários entrevistados consideravam-nas “mal conservadas”.

Gráfico 1: Estado de Conservação da casa ao adquiri-la



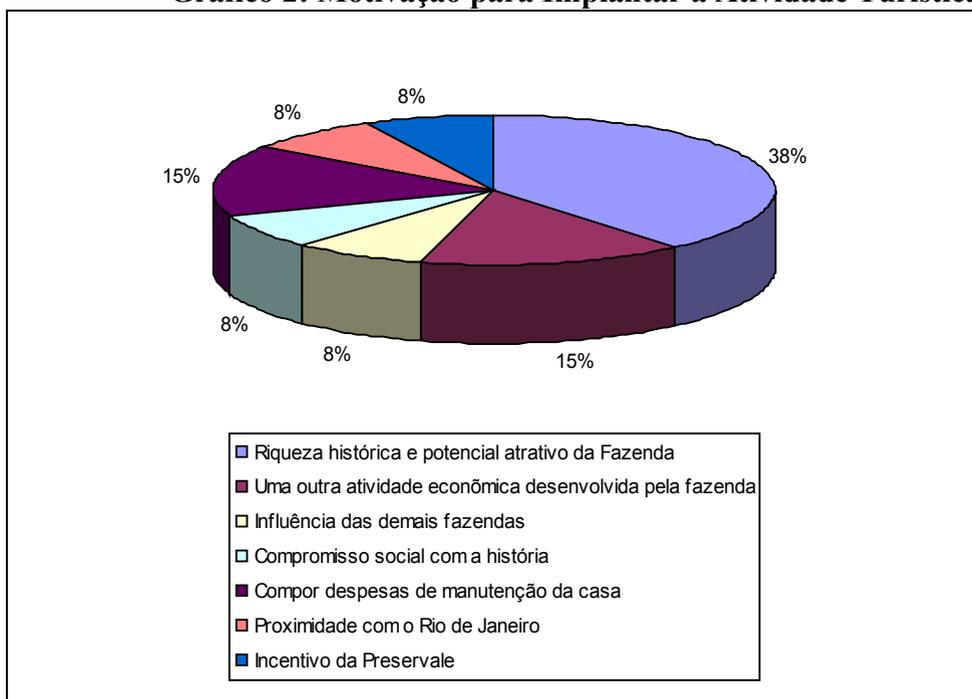
Fonte: Pesquisa

de campo, 2007.

Compreendemos que eram poucas as propriedades que estavam em bom estado de conservação, revelando que caso não fossem adquiridas por pessoas com poder aquisitivo e que valorizam o patrimônio, essas propriedades correriam o risco de desaparecerem.

Com relação à motivação inicial para o desenvolvimento do turismo, os proprietários perceberam que com o incremento dessa atividade eles estariam valorizando a riqueza histórico-cultural e o potencial atrativo das fazendas e da região.

Gráfico 2: Motivação para Implantar a Atividade Turística



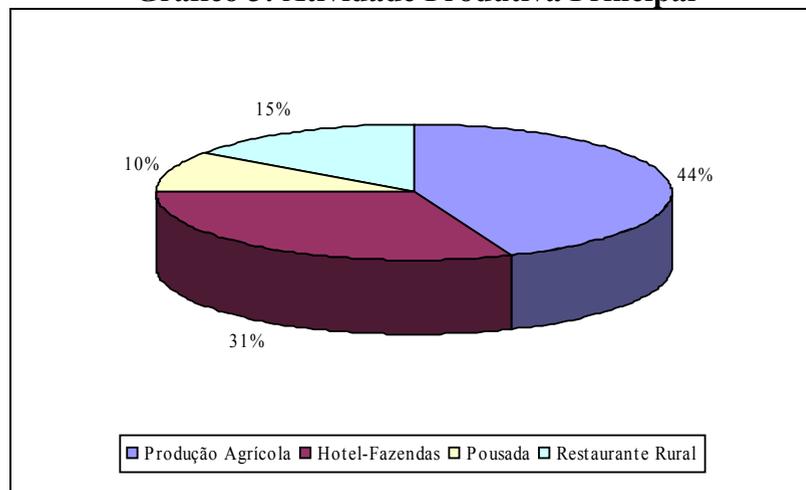
Fonte: Pesquisa de campo

Conforme podemos observar pelo gráfico 2, parte dos proprietários foi influenciada por outros proprietários, ou visualizaram o turismo como uma opção econômica para substituir a atividade agrícola da propriedade. Igualmente foi ressaltada a vantagem da proximidade com o Rio de Janeiro, visando associar o turismo e o lazer à preservação do patrimônio histórico, baseando-se na importância que a cultura cafeeira do Vale teve e neste modo de vida que não existe mais (COHEN, 2003).

Assim, nota-se que as razões para abertura das fazendas para o turismo são diversificadas, mas quase todas as propriedades projetam no turismo uma nova fonte de renda para a manutenção do patrimônio e acreditam na consolidação do turismo como principal atividade econômica da propriedade.

Fato que pode ser comprovado segundo o gráfico 3.

Gráfico 3: Atividade Produtiva Principal



Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

A pecuária continua sendo a atividade produtiva principal, seguida imediatamente, da atividade turística que em suas diferentes dimensões ultrapassa no total a pecuária com 56%. O fato é que o turismo representa para as propriedades do Vale, como já citado supra a cima, uma atividade que contribui para a manutenção da casa sede, incluindo não só despesas com materiais, mas também os custos de mão-de-obra e empregados.

Desse modo, os atuais proprietários quando decidiram implantar o turismo, o fizeram com base no potencial histórico da casa sede. Das propriedades entrevistadas, 86% afirmaram não terem tido apoio de órgão de preservação ou de profissionais. Por serem particulares, seus proprietários não têm interesse em tombamento do imóvel.

O tombamento representa um registro do bem num “livro de tombo”, em cujas páginas ficam registrados os bens considerados valiosos e sujeitos às leis de preservação do patrimônio, o que implica não poderem ser demolidos nem modificados em seus aspectos externos ou em suas características essenciais, implicando também que, num raio de 300 metros, nada pode ser modificado (BARRETO, 2002).

Contudo, o tombamento de bens particulares por parte do poder público leva automaticamente a uma perda do potencial de comercialização do terreno para a construção de propriedade horizontal. Desde que esta última é a aspiração da maior parte dos proprietários de casarões antigos, sobretudo quando se trata de bens herdados, o tombamento, como anteriormente citado, passa a ser visto como um fator negativo, uma ameaça ao patrimônio pecuniário.

Apenas 14% das propriedades afirmaram terem consultado profissionais especializados em restauração e arqueologia para não correrem o risco de descaracterização. Vale lembrar que estas

iniciativas foram isoladas não tendo mesmo nesses casos a participação dos órgãos de preservação do Estado e da União.

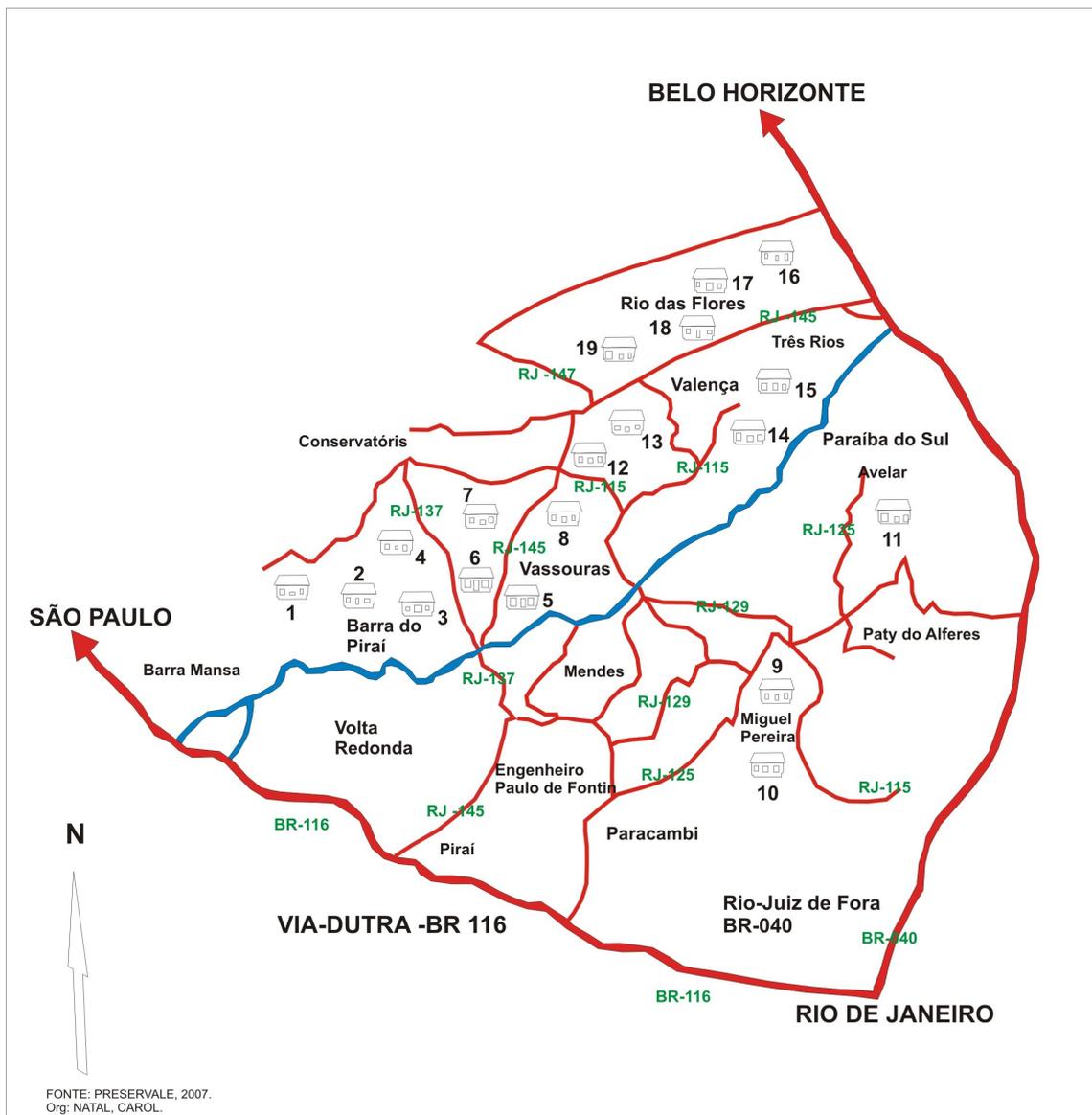
Em doze propriedades, os proprietários afirmaram que ao se decidirem por implantar o turismo, o fizeram ser recorrer a qualquer tipo de financiamento público ou privado. Mesmo porque, não são comuns esse tipo de recurso destinado a bens com essa natureza. A única propriedade que obteve esse tipo de financiamento, assim o fez por iniciativa de seu proprietário. As razões para esse quadro pode ser a própria dificuldade de viabilizar financiamentos, sendo não viável o custo e também o desinteresse dos proprietários por esse tipo de investimentos somados à falta de apoio institucional.

Dessa forma, a atividade turística nas antigas fazendas cafeeira do Vale se consolida na década de noventa, levando a criação da PRESERVALE (Instituto de Preservação e Desenvolvimento do Vale do Paraíba) em 1994.

A PRESERVALE é uma sociedade civil privada que atua junto aos proprietários das antigas fazendas de café, que visa construir socialmente uma consciência preservacionista, tanto com relação do patrimônio arquitetônico físico, quanto com o patrimônio artesanal, folclórico e ambiental do Vale do Café.

Inicialmente, a PRESERVALE contava com cinco fazendas aberta a visitação. Entretanto, com o passar do tempo foi crescendo com a adesão de outros proprietários, objetivando consolidar a identidade turística baseada na arquitetura rural cafeeira do século XIX e incrementar o fluxo de visitantes. Desse modo, a Preservale é composta nos dias atuais por dezenove fazendas associadas (Figura 6) e localizadas nos municípios de Vassouras, Valença, Barra do Piraí, Rio das Flores, Paty do Alferes e Miguel Pereira.

FIGURA 6 : MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS FAZENDAS DO VALE DO CAFÉ FLUMINENSE



FONTE: PRESERVALE, 2007.
Org: NATAL, CAROL.

LEGENDA

 Fazenda Histórica do Café

- 1- Fazenda João da Barra
- 2- Fazenda Taquara
- 3- Fazenda Ponte Alta
- 4- Fazenda Arvoredo
- 5- Fazenda do Secretário

6- Fazenda Cachoeira Grande

7- Fazenda da Cachoeira do Mato Dentro

8- Fazenda Mulúngu Vermelho

9- Fazenda Santa Cecília

10- Fazenda São João da Barra

11- Fazenda Monte Alegre

12- Fazenda Florença

13- Fazenda Vista Alegre

14- Fazenda Santo Antônio do Paio

15- Fazenda Pau d'Alho

16- Fazenda Paraíso

17- Fazenda União

18- Fazenda Santo Antônio

19 - Fazenda Campos Elíseos

Para o desenvolvimento da atividade turística, os donos de fazendas impulsionaram a revitalização do patrimônio, através da refuncionalização de espaços como a senzala e a tália (porão onde se estocava café) que foram transformados, por exemplo, em refeitório, quartos para hóspedes ou sala de estar, como podemos observar na figura 7 abaixo.

Figura 7: Antiga tália da fazenda União transformada em sala de estar para hospedes.



Fonte: Fazenda União, 2007.

Quanto ao desdobramento da atividade turística, as antigas fazendas cafeeiras podem ser divididas em quatro categorias:

- a) Fazenda de Visitação Turística;
- b) Fazenda de Produção e Visitação Turística;
- c) Hotel-Fazenda;
- d) Fazenda de Produção e Pousada.

Tabela 1: Divisão das Fazendas Históricas por Categorias turísticas:

Fazenda de Visitação Turística	Fazenda de Produção e Visitação Turística	Hotel Fazenda	Fazenda de Produção e Pousada.
<i>Fazenda Cachoeira Grande</i>	<i>Fazenda Cachoeira do Mato Dentro</i>	<i>Hotel Florença</i>	<i>Fazenda Santo Antônio do Paiol</i>
<i>Fazenda Secretário</i>	<i>Fazenda Vista Alegre</i>	<i>Hotel Fazenda Arvoredo</i>	<i>Fazenda Santo Antônio</i>
<i>Fazenda Paraíso</i>	<i>Fazenda Pau D'Alho</i>	<i>Fazenda Ponte Alta</i>	<i>Fazenda Campos Elíseos</i>
<i>Fazenda Monte Alegre</i>	<i>Fazenda Taquara</i>	<i>Fazenda União</i>	
<i>Fazenda São João da Barra</i>	<i>Fazenda São João da Prosperidade</i>	<i>Fazenda Santa Cecília</i>	
<i>Fazenda Mulungú Vermelho</i>			

Fonte: Preservale, 2007

As Fazendas de visitação são assim percebidas como as propriedades que abrem suas portas somente para a visitação com hora marcada, não possuindo hospedagem. São várias as razões para não disponibilizarem a residência ao hospede, sendo as mais citadas:

- a casa é residência da família;
- a propriedade não possui estrutura suficiente para recepcionar o turista que não abre mão do conforto e de aparatos modernos como televisão, geladeira, luz, computador e telefone.

As fazendas de produção é uma categoria turística que se encontra subdividida em duas outras. Na primeira estão concentradas as fazendas que ainda permanecem com suas atividades agrícolas e que nos últimos anos têm aberto suas dependências ao turismo. Na segunda estão as fazendas que além da produção, possuem hospedagem para grupos de turistas.

Em ambas, o que podemos perceber, é a natureza multifuncional do espaço rural contemporâneo, através da introdução de atividades não-agrícolas como o turismo no campo, e, por conseguinte, estimulando e co-existindo com a atividade agrícola praticada (BICALHO, 2003). A comunidade local se insere nesta atividade, representada pelos pequenos produtores que para complementar a renda familiar passam a realizar serviços como manutenção, jardinagem e atividades domésticas (principalmente as mulheres). A pluriatividade no Vale do café destaca-se como na manutenção das pequenas comunidades no entorno das propriedades históricas.

Neste contexto, as fazendas de produção e visitação são propriedades que possuem hospedagem, caracterizadas como Fazendas-Hotel, ou seja, propriedade agropecuária que permanecem com as suas atividades agrícolas produtivas. Nestas, o turista, além de andar a cavalo, pode contemplar paisagens, praticar esportes e vivenciar rotinas que vão desde as cotidianas ordenha e alimentação do gado até as práticas agrícolas sazonais, como o preparo do solo e as colheitas. As pessoas que procuram este tipo de hospedagem, em geral, entendem o conforto como secundário em relação ao contato com a “autenticidade” de uma velha sede colonial, por exemplo. Para os proprietários a criação de hospedagem é, em muitos casos, a melhor forma de preservar a própria fazenda, sendo comum os casos em que a renda gerada pelos hóspedes acaba se tornando mais importante que aquela proveniente da atividade agropecuária (GRAZIANO DA SILVA ET AL, 1998, p. 16-17).

Já as antigas propriedades transformadas em hotéis-fazendas configuram exemplos de refuncionalização ocorridas pela dinâmica turística, onde para atrair e desenvolver essa atividade econômica algumas propriedades acabam por mudar sua função de propriedade agrícola para hotéis. São diferentes dos Hoteis-Fazendas e podem ser entendidos como tipo de hotel similar, aos outros, com a particularidade de estar localizado na zona rural (com raras exceções) e não na praia, por exemplo. Daí oferecer serviços integrados ao local onde se instalou, como por exemplo, passeio à cavalo e comidas típicas da zona rural onde se localiza, da mesma maneira que o hotel localizado à beira mar, oferece passeios de jangada e muqueca de peixe (GRAZIANO DA SILVA ET AL, 1998, p.16).

A característica comum a todas é que seus proprietários transformam os recursos rurais originais como ambientes ecológicos e sociais, herança local, patrimônio arquitetônico em produto do imaginário rural, através de atividades diretas (reprodução material) ou interpretação com uma reprodução simbólica. Um exemplo dessa reprodução material seria a construção de acomodações turísticas na fazenda, a conversão de construções históricas em restaurantes e museus.

A reprodução simbólica envolve a construção de uma mensagem simbólica difundindo a percepção do imaginário rural através de textos e fotos como áreas rurais como verdes, tranquilas e silenciosas, ou como no exemplo empírico do Vale do Café, através da recriação do luxo e opulência que a produção cafeeira representou no passado.

Figura 8: Trajes de época relembram o período dos Barões de Café.



Fonte: Natal, 2007

Tem-se, neste panorama uma aproximação da noção de “tradição inventada” proposta por Eric Hobsbawm (1997, p. 9) que abrange tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas e se estabeleceram com enorme rapidez. O autor esclarece:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 1997, p.9).

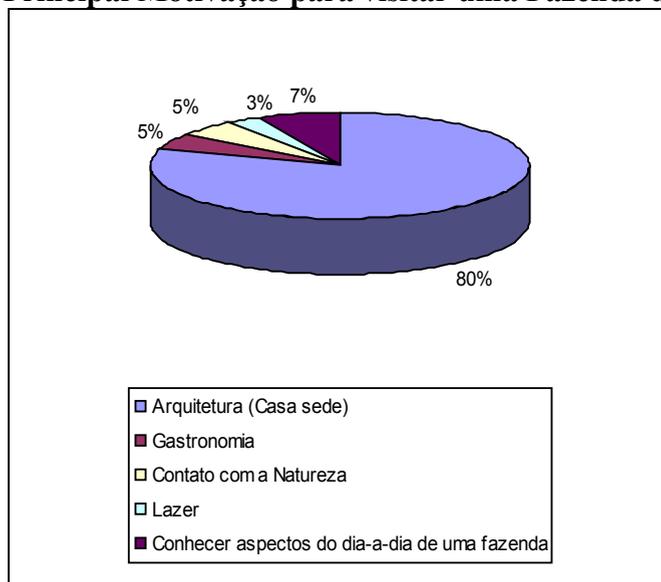
O próprio HOBSBAWN (1997) alerta para o fato de que as tradições inventadas, no sentido de formalmente “instituídas”, estabelecem com o passado histórico uma continuidade bastante artificial, constituindo reações a situações novas que ou assumem a forma de referencia a situações anteriores, ou ainda se estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória.

Estas propriedades se destacam por uma estrutura suntuosa e de muito “bom gosto” que as elevou ao patamar de referência e exemplo de uma experiência turística rural bem sucedida. Em grande parte das fazendas do Vale do Café é transparente que a atividade é voltada para o tipo de

turista que preza pelo requinte e não guarda preocupação com o custo que advém da escolha luxuosa, já que o preço cobrado encontra justificativa na “seletividade”.

Desse modo, o perfil do turista que se destina ao Vale do Café são grupos de casais e pessoas que possuem meio de transporte próprio, motivados principalmente em conhecer o legado da história do Brasil, representado na arquitetura rural das fazendas cafeeiras do século XIX.

Gráfico 4: Principal Motivação para visitar uma Fazenda do Vale



Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

Apesar as variações quanto a motivação, os atrativos estão todos vinculados a história da fazenda, da região ou fazem referência á cafeicultura, o que reafirma o apelo histórico-cultural do turismo implementado nas fazendas do Vale do Café fluminense.

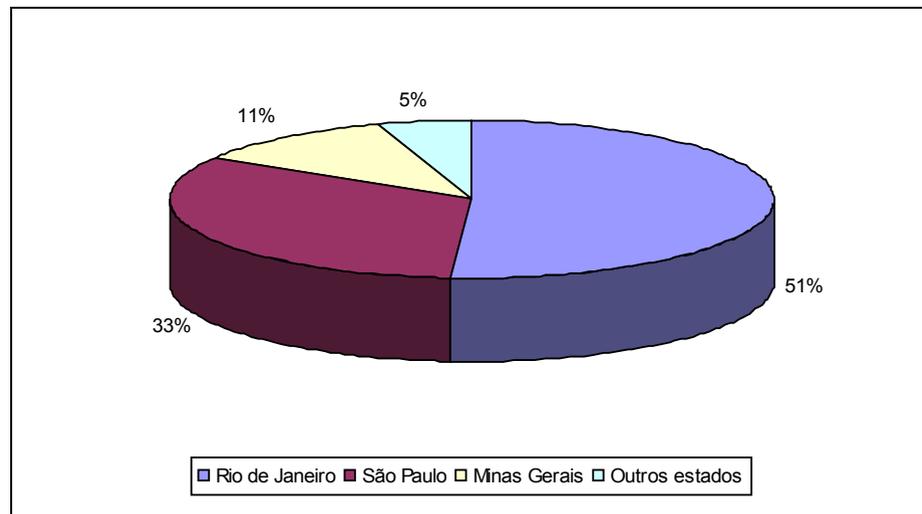
Figura 9: Turistas em Visitação a Fazenda União.



Fonte: Natal, 2007.

O fluxo principal de visitantes ocorre nos finais de semana e feriados. São pessoas oriundas da cidade do Rio de Janeiro e de outros municípios do estado. Além do estado do Rio de Janeiro, os estados de São Paulo e Minas Gerais se destacam com importantes emissores (Gráfico 5). Os turistas que se destinam ao Vale buscam conhecer o patrimônio arquitetônico das diversas fazendas revitalizadas através do agendamento prévio com os proprietários ou pela visita em grupo (excursão), sendo a escolha da fazenda para visita ou hospedagem inspirada pelos anúncios em jornais ou em revistas.

Gráfico 5: Local de Origem dos Turistas



Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

Quase todas as propriedades recebem turistas estrangeiros, comprovando assim que as fazendas do Vale do Café Fluminense são conhecidas internacionalmente. Somente 13% afirmam não terem recebido turistas estrangeiros, isto se deve a fatores como condições de acesso á estas propriedades, problema que impede o maior fluxo ás fazendas da região. Mesmo as fazendas que recebem maior número de visitantes estrangeiros, os proprietários apontam a falta de conservação das estradas de acesso a fazendas.

Segundo os proprietários, os turistas estrangeiros chegam ao Vale através do estado do Rio de Janeiro e São Paulo, já que estas pessoas saem de seus países com um pacote para essas cidades brasileiras, e que tem como complemento a visita ao Vale do Café. Por esse motivo é que estes visitantes vêm em sua maioria através de agências ou conduzidos por guias locais regionais.

A França é o país com a maior presença de turistas na região do vale, em segundo lugar os Estado Unidos e em seguida outros países europeus como Itália, Alemanha, Portugal e Inglaterra.

O perfil do público estrangeiro é formado por pessoas da terceira idade, com alto poder aquisitivo, geralmente casais e interessados por cultura e história, e que valorizam muito a originalidade e a autenticidade de tudo que vêem.

Com relação a este fluxo, a PRESERVALE tem observado uma tendência crescente nos últimos anos, da compra de propriedades históricas que ainda se encontram abandonadas por estrangeiros, interessados em estabelecer residência, revitalizar o patrimônio e desenvolver a atividade turística.

O período de menor visitação ocorre de dezembro a janeiro, assim como o mês de julho, ou seja, período das férias escolares. Segundo afirmação dos proprietários parte do seu público tem sua visitação programada pelas escolas durante o ano letivo. Em busca de reverter esse quadro, a PRESERVALE associada ao poder público municipal, passam a investir na organização de eventos.

Para Portuguesez (1999) várias são as possibilidades de evento no meio rural: ligado às áreas científicas ou técnicas, principalmente referente às atividades do campo; eventos sociais, culturais e esportivos, como rodeios, feiras ou festas; ou ainda, eventos educacionais, como cursos, atividades de campo ou culturais, competições esportivas, etc. Porém, eles devem ser realizados com base não apenas na agregação de renda, mas, sobretudo da viabilidade de estratégias de promoção da qualidade de vida em âmbito local.

Como evento, a festa coloca-se a serviço de objetivos comerciais, promocionais, institucionais e outros, passando a ser um instrumento de valor para organizações, empresas e pessoas como forma de atingir os mais diferentes fins (CANTON, 2002).

Os eventos em geral constituem-se numa poderosa força para a atração de turistas já que se tornou um forte centro de atração para onde gravitam os interesses de todos aqueles que se deslocam para participar ou que de algum modo estão envolvidos no evento (DIAS, 2003).

Com efeito, um evento pode atrair turistas e movimentar somas relevantes para a rede hoteleira, bem como para empresas ligadas ao turismo receptivo, visto que, mesmo com o mérito principal de reunir pessoas cujas aspirações se assemelham, geram empregos e renda para a comunidade receptora através de oportunidades que o evento proporciona, fazendo circular o dinheiro, gerando riquezas (DIAS, 2003).

Segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo), embora o turismo de sol e praia ainda seja expressivo, pressões de tempo e superlotação significam que as férias-padrão de duas semanas nas praias tornar-se-ão menos populares. Governos e empreendedores locais esforçam-se, então, para atender a uma nova demanda, que lhes oferece a oportunidade de auferirem mais receitas do turismo dentro de suas fronteiras.

Além disso, a crescente mobilidade, associada às novas tecnologias de informação, vem contribuindo para configurar novos processos de produção e novas relações territoriais, traduzindo-se no crescimento significativo do número de viagens, não exclusivamente atribuídas ao lazer e a

recreação, mas motivadas por objetivos profissionais e de negócios a par de religiosos, visita a familiares e amigos etc. E neste sentido, o conceito de turismo tem vindo abarcar outras funções, que não o de lazer, concretizadas em diversos tipos de turismo tanto quanto as motivações que geram as viagens ou a deslocação para fora do meio habitual de residência ou de trabalho - cultural, urbano, de negócios, natural, de aventura, religioso, desportivo, de congresso etc (LEBRE, 1998).

Essa tendência promove cada vez mais, o crescimento do turismo de eventos, como segmento do amplo universo do turismo. Os eventos desempenham um papel importante para a atividade turística como um todo, isto porque possui características especiais e peculiares, representando pontos positivo por: a) ser uma área pouco atingida em época de crise; b) não depende do regime governamental; c) gera divisas e empregos; d) movimenta investimentos e melhorias; e) não é influenciada pela sazonalidade da atividade turística; d) atinge e traz benefícios para todos os outros segmentos do turismo.

O Vale tem como principal evento o “Festival do Vale do Café”. Este evento realizado no mês de julho teve sua primeira edição em 2003 e movimenta os municípios de Vassouras, Piraí, Mendes, Barra do Piraí, Paulo de Frontin, Paty do Alferes e Valença. Nele, as antigas fazendas de café, as igrejas e as praças transformam-se em cenário para concertos de músicas clássicas, shows, performances e rodas de causos. Este festival foi idealizado por Cristina Braga, primeira harpista da Orquestra Sinfônica do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, que em conjunto com a PRESERVALE buscavam fomentar a atividade turística no Vale.

Figura 10: Apresentação de Harpas no Festival do Café.



Fonte: PRESERVALE, 2007.

No Vale igualmente se realiza um outro evento, o festival do “Café, Cachaça e Chorinho” realizado no mês de abril. Estes dois festivais representam o momento que a parceria entre os empreendedores locais privados e o poder público municipal ocorrem sem conflitos. Segundo os proprietários das fazendas, fora o período dos eventos, eles pouco podem contar com o auxílio do poder local atual, ressaltando principalmente, as inúmeras reivindicações para a melhoria da infraestrutura turística, em destaque para a pavimentação das estradas de acesso entre as Fazendas e as vias principais e instalação de telefones fixos, que não foram atendidas até o presente momento.

Um dos motivos apontados por essa pesquisa para os descuidos do poder local se pauta no fato das propriedades pagarem ITR (Imposto Territorial Rural) que se destina para o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), não sendo arrecadado diretamente pela prefeitura como ocorre com o IPTU (Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana).

Dessa forma, podemos observar no Vale do Café Fluminense a configuração de duas dimensões que visam dinamizar e fortalecer o turismo. A primeira dimensão é a patrimonial e econômica, caracterizada pela PRESERVALE. Já a segunda, é a dimensão política e administrativa, representada pelo CONCICLO (Conselho de turismo do Vale do Café) (FERRAZ, 2007).

A PRESERVALE possui projetos de natureza diversa e que se encontram em via de implementação, destacando-se a publicação de livros; vídeos sobre as fazendas do café; manutenção e preservação de acervo histórico e artístico documental; estabelecimento de

intercâmbio com programas institucionais da União Européia, como por exemplo, o projeto Fazendas do Brasil.

O projeto Fazendas do Brasil é uma rede de Associações de Turismo no Espaço Rural que congrega, em seis estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Pernambuco e Mato Grosso do Sul), um conjunto de propriedades voltadas à hospitalidade e a animação turística de caráter familiar, comprometidas com a preservação de seu patrimônio histórico, cultural e natural de modo sustentável. Esse projeto foi inspirado em parte no Consórcio Europa das Tradições.

Essa rede nacional de fazendas surgiu como possibilidade de responder ao desafio de um turismo no espaço rural que pudesse aliar a experiência da autêntica vida rural brasileira com a preservação do patrimônio, a valorização das tradições da nossa cultura e a conservação do ambiente e a hospitalidade familiar com padrão de qualidade internacional.

O projeto Fazendas do Brasil teve início em 1999, através da assinatura de um protocolo de intenções, a Carta do Ceará, que preconizava a realização de iniciativas de cooperação entre três associações brasileiras, a AMETUR em Minas Gerais, a ACETER no Ceará, o Instituto Preservale no Rio de Janeiro e a TURIHAB (Turismo de Habitação de Portugal). Ele objetiva formação de redes, promovendo o resgate da identidade cultural dos países para fins turísticos. Além de congrega continentes e intercambiar experiências, vem ao encontro das expectativas de integração e divulgação do turismo brasileiro e de estímulo ao associativismo e à parceria, promovendo assim, a interiorização dos destinos, a regionalização dos investimentos e a integração de diversos roteiros de turismo rural. Igualmente proporciona em virtude de seu arranjo institucional o fortalecimento e a profissionalização das ações da sociedade civil e do empreendedorismo familiar, aliados ao desenvolvimento comunitário de regiões do interior do estado.

Em 2000 o Instituto PRESERVALE firmou um convênio de cooperação bilateral com a TURIHAB para a promoção de nosso produto junto ao mercado europeu. O projeto, intitulado "Europa das Tradições - uma visão transatlântica" vem ajudando a difundir padrões técnicos de qualificação dos produtos de Turismo Rural em áreas históricas, através de encontros e seminários, como os realizados em Barra do Piraí em 2000 (I Encontro de Turismo de Patrimônio no Espaço Rural - Maio/00, Pousada Fazenda Ponte Alta) e 2002 (II Encontro de Turismo Cultural no Espaço Rural - Junho / 02, Hotel Fazenda do Arvoredo), abertos as comunidades, empresários, hoteleiros, fazendeiros e entidades do Vale do Paraíba envolvidos com a preservação cultural e ambiental,

bem como com o turismo. Estes encontros foram realizados com recursos próprios e beneficiaram a região com informação de ponta, contactos institucionais e com operadoras do trade.

A rede Fazendas do Brasil caracteriza-se pela integração de antigos engenhos revitalizados, sítios, pousadas e fazendas com características ou não das diversas fases econômicas ao longo da história do estado, como por exemplo, o açúcar, o café, o cacau e a agropecuária, e que seus proprietários atuais ainda conservem o patrimônio edificado e evocativo, os costumes e as tradições.

Complementando a oferta em hotelaria, as Fazendas do Brasil oferecem ao visitante uma grande diversidade de eventos e de animação como roteiros temáticos, entretenimentos lúdicos, cultural, contato com a natureza, a gastronomia e artesanato.

O CONCICLO é representado pelas secretarias Municipais de Cultura e Turismo de 14 municípios, a saber, Valença, Barra do Piraí, Rio das Flores, Miguel Pereira, Vassouras, Paty do Alferes, Paulo de Frontin, Paracambi, Mendes, Piraí, Volta Redonda, Barra Mansa, Pinheiral e Paraíba do Sul. Faz parte também, deste grupo, os hoteleiros, o SEBRAE-RJ, TurisRio e o Instituto PRESERVALE.

O Conselho está inserido em uma categoria de análise classificada por nós como dimensão política do Vale do Café, uma vez que suas ações estão quase sempre voltadas para as políticas públicas e a articulação dos municípios em conjunto com os demais órgãos.

Para isto, este conselho congrega esforços dos poderes públicos com os da sociedade civil e da iniciativa privada; procura criar condições que incentivem o desenvolvimento da atividade turística da região do centro sul fluminense; mantém intercâmbio com entidades de turismo; busca formular as diretrizes básicas para a política regional de turismo, propondo soluções e formas de captação de recursos para programas e projetos; mantém cadastro amplo de informações turísticas e permanente serviço estatístico do mercado regional para divulgação e suporte técnico de projetos; opina sobre o planejamento e a execução orçamentária dos municípios quanto a sua atuação, mediante a apresentação de uma política de incentivo ao turismo especialmente rural, ecológico, cultural, técnico, de negócios, religioso, lazer e social; elabora e divulga em conjunto o calendário de eventos de interesse turístico municipal e regional; viabiliza a implantação de sistemas de controle de qualidade dos produtos e serviços turísticos oferecidos na região; promove a profissionalização do turismo através de cursos, debates, palestras e informações e participa

ativamente de campanhas públicas de conscientização, orientação e educação visando o envolvimento de toda a população turística da região juntamente com a preservação do meio ambiente e com a busca permanente da melhor qualidade de vida da população fixa e itinerante.

As representações do CONCICLO e da PRESERVALE são em sua grande maioria compostas pelos proprietários das fazendas que visam dinamizar o turismo e conservar o patrimônio, buscado através de parcerias desenvolver esta atividade economia de forma sustentável e que possibilite melhorias na infra-estrutura local e na qualidade de vida da população que esta envolvida com o turismo direta e indiretamente.

Essas parcerias acabam se transformando em um canal de comunicação que busca “tornar visível” as necessidades e as reivindicações dos empreendedores turísticos em relações ao poder público municipal, estadual e municipal, visto que nem sempre as políticas elaboradas para o desenvolvimento turístico acabam levando em conta as diversidades, sendo elaboradas a partir das relações de interesses que ocorrem nos lugares. Cabe ressaltar que o turismo aliado a uma política articulada entre poder público e os representantes locais permitem que novas oportunidades de emprego se apresentem no rural provocando uma redução da saída do campo para a cidade (HALFACREE, 1997).

Além de empregos, novas outras oportunidades surgem no espaço rural, visto que, as áreas rurais passam a ser também procuradas pelos pequenos negócios relacionados ou não a agricultura, ou seja, o rural é considerado agora como um espaço que é capaz de fornecer condições sociais acessíveis como negócios em família e empresas de pequeno porte. Há também em muitos casos, o aumento de residência de classe média em cidades rurais, atraindo emprego em serviços comerciais, particulares ou públicos, adicionando ao tradicional emprego rural, o turismo e o mercado varejista (MARSDEN ET AL, 1992).

Dessa forma, o turismo, comparativamente a outras atividades econômicas, apresenta uma grande vantagem: a elasticidade, tanto na oferta como no consumo, ou seja, ele tem para onde crescer, não sofrendo limitações significativas como outros produtos comercializados. Além de ser um setor com grande potencial de expansão, o turismo representa a possibilidade de acionar outros setores da economia local pelo seu potente poder motriz de difusão. Isto quer dizer que conforme for incrementado, a atividade produzirá resultados econômicos e sociais que dinamizarão outros setores da economia local pelos seus efeitos multiplicativos. Isto significa, em linguagem corrente, a possibilidade de desenvolvimento.

Portuguez (1999, p26) aponta que “na concepção popular, o desenvolvimento pode ser entendido como sinônimo de progresso, ampliação quali-quantitativa dos recursos de produção”. Ainda conforme este autor, dentro de um conceito que extrapola os limites tradicionais e chega até à idéia de “desenvolvimento sócioespacial’, desenvolvimento envolve mudança, transformação positiva, desejável ou desejada, que nasce conscientemente como um valor social. Para o desenvolvimento sócio-espacial pressupõe um processo de aprimoramento das condições gerais do viver em sociedade em nome de uma maior felicidade individual ou coletiva. Por sua vez, o desenvolvimento local expressa o processo em que as localidades, com seus múltiplos recursos, sejam naturais, culturais, econômicos ou de outro tipo, criam oportunidades para o bem-estar coletivo, agregando atividades que dinamizem a economia local, ao mesmo tempo em que provocam baixos impactos socio-ambientais.

O desenvolvimento local, das comunidades em geral, torna-se fundamental no processo de promoção social, cultural e econômica das populações. Na busca desse desenvolvimento, que não se encerra somente no aspecto econômico, o planejamento e a realização de projetos devem partir das instituições públicas em associação com a comunidade. Em termos concretos, essas ações visam diminuir as diferenças sociais e melhor distribuir os benefícios. Caso contrário, o desenvolvimento observado apenas como crescimento econômico pode segregar ainda mais algumas parcelas da população, acentuando as diferenças entre ricos e pobres, ou mesmo, levando ao desaparecimento do estilo de vida das comunidades.

No Vale do Café, existe a preocupação de que possa ocorrer o desaparecimento da pequena agricultura familiar que produz milho e feijão em decorrência do turismo, visto ser este uma atividade mais lucrativa que a produção agrícola.

Daí, a importância de um plano de gestão integrado, para que não ocorra um outro contraponto no desenvolvimento da dinâmica turística do Vale do Café. O caso em questão ocorre no espaço rural de Conservatória (distrito de Valença) onde cerca de quatro mil habitantes vive eminentemente do turismo, fazendo com que as relações sociais do campo passem por diversificadas transformações em que pequenos agricultores deixam de investir em sua produção para trabalhar como camelô nos finais de semana e durante o festival de Serestas que ocorre no mês de maio.

Entretanto, a realidade tem demonstrado claramente o inverso. São exatamente essas pequenas produções que dão certo charme e impressionam tanto os turistas estrangeiros como os brasileiros e o que poderia desenvolver uma outra vertente do turismo rural em distritos do Vale não contemplados com presença de patrimônios históricos.

Dessa forma, a inserção das comunidades locais em atividades turísticas do Vale do Café não conta com projetos de capacitação, onde os pequenos produtores através de oficinas recebessem informações de como produzir gêneros diversificados, visando atender as necessidades do mercado local. Ou mesmo, desenvolver projetos de artesanato ligado a cultura do café, criação de cooperativas ou mesmo receber capacitação profissional para atuar direta e indiretamente no setor turístico realizando serviços de jardinagem, copeira, arrumadeira, entre outros que possibilitam o trabalho parcial na pequena produção familiar.

Estes exemplos nos demonstram que as políticas públicas que são elaboradas para a atividade turística visando a melhoria da qualidade de vida da população local, na realidade, elas acabam se afastando da meta original. Conforme apontam Cooper & Vargas (1993a, 1993b) nas políticas públicas existem “brechas”, ou seja, em sua implementação ocorrem disparidades entre a ação e os projetos idealizados, o que geralmente acarreta no desvirtuamento entre o que se necessita e o que é realmente colocado em prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Nos últimos anos testemunhamos a crescente revalorização do mundo rural e dos valores da ruralidade. O espaço rural passa a ser reconhecido não apenas por suas potencialidades produtivas, mas pelo seu papel na preservação dos recursos naturais, manutenção da identidade e do patrimônio, possibilitando muitas outras oportunidades, como: espaço de vida, de sustento, de recreação, de bem-estar e amenidades.

No contexto do estado do Rio de Janeiro, o turismo rural tem se destacado como elemento de interiorização dos fluxos econômicos e populacionais, que enseja elevada concentração de investimentos e pessoas na região metropolitana. Nesse particular, o estado do Rio de Janeiro tem buscado estabelecer estratégias governamentais de desenvolvimento de eixos turísticos através da empresa de turismo do Estado do Rio de Janeiro - TURISRIO. Em verdade essa política de governo objetiva descentralizar as atividades turísticas focadas na região metropolitana cuja prática do turismo está voltada, sobretudo, para o litoral, ou seja, o “modelo sol- praia”.

Conforme Natal (2004), o turismo rural desenvolvido no território fluminense possui um perfil multifacetado. Em municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis (Região Serrana Fluminense), o turismo vêm se estabelecendo, em virtude, do desenvolvimento das redes de comunicação e transporte, conduzindo assim, o crescimento de atividades turísticas nas localidades rurais destes municípios, em decorrência de uma valorização do campo e da natureza. Nestas localidades a partir da década de 1990, o turismo vem crescendo e dinamizando os espaços através da construção de pousadas, restaurantes, spas, lojas comerciais, feiras de artesanato e casa de segunda residência, transformando assim, estas localidades de espaços agrícolas para espaços turísticos, contudo não necessariamente destruindo a característica anterior.

Situadas no Município de Nova Friburgo, a economia dos distritos de São Pedro da Serra e Lumiar encontram-se assentada em torno de duas atividades, a agricultura familiar incipiente, baseada na olericultura, e recentemente, o turismo. Este último expressa-se pelo crescente número de pousadas e casas de aluguel, geralmente procuradas por pessoas de classe média do Rio de Janeiro e Niterói nos feriados e fins de semana.

O incremento do turismo e as transformações promovidas por essa atividade nos distritos de São Pedro da Serra e Lumiar se baseiam na paisagem rural como principal atrativo, perpassando a

um espaço natural a ser preservado para produzir uma idéia de ruralidade, ou seja, o valor passa a estar na existência de uma “cor de agricultura”, “um sabor de agricultura”. A ruralidade seria uma construção social formulada a partir do olhar urbano para o rural, proporcionando uma valorização do campo através de olhar nostálgico de paisagem rural e do estilo de vida camponês.

Entretanto, o turismo nestes distritos é acompanhado de aspectos positivos como a geração de novos empregos, a diversificação social e cultural, algumas poucas melhorias de infra-estrutura, em principal a instalação de linha telefônica. Porém, em sentido contrário seguem os seguintes aspectos: especulação imobiliária, início de uma descaracterização paisagística e de elementos da cultura e tradição local; diminuição da área agricultável, acúmulo de lixo, poluição de rios, conflitos e disputas entre diversos atores locais.

Cabe ressaltar que a valorização dos espaços rurais, o aumento do setor terciário, a diminuição da pequena produção e o aumento do número de pousadas e casas e veraneio vêm promovendo uma transformação nestas localidades, que passam de simples comunidades rurais a destinos turísticos de expressão.

Assim, nas regiões turísticas Serrana Verde, Imperial, Serrana Norte e Agulhas Negras o turismo rural caracteriza-se no contato com as atividades agropecuárias produtivas que possibilita ao turista uma interação com a natureza a partir da convivência do dia-a-dia nas propriedades agrícolas.

Já nas regiões turísticas do Vale do Café e na Costa Doce o turismo rural baseia-se na revalorização do patrimônio arquitetônico criado pelas lavouras do café e da cana de açúcar, significativas para o desenvolvimento destas regiões.

Dessa forma, o turismo nas fazendas históricas do vale do café, foco de nossa análise, desenvolve-se através da revalorização e revitalização do patrimônio rural, reinventado o seu apogeu histórico com festivais de músicas clássicas, saraus e visitas guiadas em casas sedes refuncionalizadas e redecoradas com o mobiliário que remete ao passado cafeeiro.

Podemos destacar como atores responsáveis por este processo de revitalização, os atuais proprietários das fazendas históricas que ao adquiriram a propriedade rural, passam a desenvolver o turismo, visando inicialmente obter renda para a manutenção do patrimônio rural, mas que com o passar do tempo essa atividade acaba por se tornar a principal atividade econômica da propriedade e dinamizar a região.

Esses atores, reconfiguram estes espaços rurais de pequena expressão em “lugares turísticos” (KNAFOU & VIOLIER, 2005), a partir da valorização do patrimônio baseada no luxo e opulência que a produção cafeeira representou no passado, criando uma identidade turística que nos últimos anos vem se consolidando e ganhando maior visibilidade com os Festivais de música do Vale do Café.

Contudo, o turismo rural desenvolvido no Vale do Café fluminense, se caracteriza por ser uma atividade seletiva, ou seja, que privilegia uma parcela da população brasileira interessada no estilo de vida dos Barões do café, e que apreciam o valor histórico da arquitetura das sedes e a música clássica erudita. Configura-se, portanto, como uma atividade de clientela sofisticada e restrita, visto a necessidade de agendamento prévio em dias pré-determinados para a visita às propriedades, as quais igualmente não recebem um número elevado de visitante. Entretanto cabe ressaltar a diversidade do Vale do Café na medida em que valoriza também aspectos da cultura popular como o Jongo⁶.

Os turistas que buscam o Vale do Café, diferentemente da região Serrana, não estão interessados em visitar essas propriedades visando às atividades do dia a dia de uma propriedade rural. Ao contrário são movidos pelo contato com o ambiente e a cultura que remonta o glamour dos Barões do café.

Dessa forma, o turismo rural no Vale acaba por criar uma “nova aristocracia” representada pelos atuais proprietários das fazendas cafeeiras, que através da atividade turística vêm influenciando na dinâmica socioeconômica, política e cultural do Vale do Café Fluminense.

É importante salientar que o turismo no Vale do Café é acompanhado por aspectos positivos como geração de emprego e valorização e revitalização do patrimônio rural histórico. Em sentido contrário, seguem os seguintes aspectos: especulação imobiliária, diminuição da área agricultável, dificuldade de manutenção da pequena agricultura familiar, pequena inserção da comunidade local nesta modalidade de turismo rural, além dos conflitos entre atores locais empreendedores da dinâmica turística e o poder público local.

⁶ Também conhecido como ou tambu, é uma dança e um gênero poético-musical característico de comunidades negras de zonas rurais e da periferia de cidades do Sudeste do Brasil. Praticado como diversão, mas comportando também aspectos religiosos, o jongo originou-se das danças realizadas por escravos nas plantações de café do Vale do Paraíba, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e também em fazendas de algumas regiões de Minas Gerais e Espírito Santo. O jongo faz parte de um amplo grupo de danças afro-brasileiras (LARA & PACHECO, 2007).

Com base nessas observações, podemos visualizar que o eixo turístico do Vale do Café cuja importância tem crescido a partir da década de 1990, vem influenciado o desenvolvimento de empreendimentos visando a revitalização do patrimônio canavieiro que começa a se destacar na região da Costa Doce e municípios da Costa do Sol e Baixada Litorânea.

Assim, esta análise do turismo rural no estado do Rio de Janeiro, destaca-se dos demais estudos tradicionais que abordam o turismo focalizando as principais motivações que levam as pessoas a viajarem, relegando a segundo plano as transformações e conseqüências socioeconômicas e culturais geradas ou não na população local receptora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALEXANDRE, Lillian M. de Mesquita. Política de turismo e desenvolvimento local: um binômio necessário. In: BEZERRA, Deise Fernandes (Org.). *Planejamento e gestão em turismo*. São Paulo: Roca, 2003. 190p. p.3-13.

ALVES, João Emílio. Patrimônio rural e desenvolvimento: O programa de revitalização de aldeias e vilas históricas da região do Alentejo. *Anais. I Congresso de Estudos Rurais*. Portugal, set. 2001

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 1994. 115p.

BARRETO, Margarida. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2002. 96p.

_____. *Anuário de Pesquisa dos Programas de Mestrados e Doutorados em Turismo*. Caxias do Sul: Edusc, 2004. 300p.

BAUDRILLARD, Jean. *O Sistema dos Objetos*. São Paulo: Perspectiva, 4ª ed., 2002.

BECKER, Bertha. As políticas e planejamento do turismo no Brasil In: YÁZIGI et al (org). *Turismo, espaço e paisagem*. São Paulo: Hucitec, 1999. 242p. p.181-192.

_____. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*. Disponível na Internet. www.ivt-rj.net. 2001.

BENI, Mário Carlos. A política do turismo. In: Beni et al (org). *Turismo: como aprender, como ensinar*. São Paulo: Senac, 2001. 320p.

_____. *Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira*. São Paulo: Aleph, 2003. 180p.

_____. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006. 200p.

BENJAMIN, Walter. *A Obra de Arte na Época de suas Técnicas de Reprodução*. São Paulo: Abril, coleção Pensadores, 1975.

BICALHO, Ana Maria S. Introdução. In: BICALHO, Ana Maria S. M; HOEFLE, Scott W.(org). *A dimensão regional e os desafios á sustentabilidade rural*. Rio de Janeiro: Capes, 2003. 534p. p.1-4.

BRADUCCI JÚNIOR, Alvaró. Turismo e Antropologia no Brasil: estudo preliminar. In: BRADUCCI JÚNIOR, Alvaró; BARRETO, Margarida. (orgs). *Turismo e identidade local – uma visão antropológica*. Campinas: Papirus, 2001. 208p.p.21-47.

BRASIL. Regiões turísticas. Ministério do Turismo Disponível na Internet. www.turismo.gov.br.2007.

BUTTNER, Anne. Grasping the dynamism of lifeworld. In: BUTTNER, Anne. *The human experience of space and place*. New York. Martins's Press, 166-87, 1976.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio e Cultural*. São Paulo: Aleph, 2002. 104p.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. *Ações de políticas públicas para o novo rural brasileiro sob o enfoque no desenvolvimento local*. Disponível na Internet. <http://www.eco.unicamp.br>. 1999.

CANTON, Antônia Marisa. *Eventos: ferramenta de sustentação para as organizações do terceiro setor*. São Paulo, 2002. 165p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1996. 204p. p.173-186.

CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e a ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto Jose; COSTA, Luiz Flávio de C. (org). *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. 316p. p.223-240.

CASTRO, Hebe; *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro; Topbooks. 1995. 252p.

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastreli. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1999. 274p. p.94-121.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CLAVAL, Paul. Reflections on human mobility at the time of globalization. In: *Human Mobility in a Borderless World?* Roma, 2003, p.47-68.

COHEN, Irit Amit. Heranças culturais construídas: valores e patrimônio. In: BICALHO, Ana Maria S. M; HOEFLE, Scott W.(org). *A dimensão regional e os desafios á sustentabilidade rural*. Rio de Janeiro: Capes, 2003. 534p. p.475-493.

COOPER, Phillip J.; VARGAS, Claudia M. The foundations of sustainable development. In: COOPER, Phillip J.; VARGAS, Claudia M. *Implementing sustainable development: from global policy to local action*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 1993a, p.1-20.

_____. Questions of technical feasibility: do we know how to do it? In: COOPER, Phillip J.; VARGAS, Claudia M. *Implementing sustainable development: from global policy to local action*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 1993b, p.77-121.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. As perspectivas dos estudos geográficos. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (org). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982. p.11-36.

CRISTOVÃO, A. Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A; VIANA, A. L. (orgs.) *Turismo Rural: Tendências e Sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CRUZ, Rita de Cássia. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000. 168p.

CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio/ IPHAN, 1995.

DIAS, Edna Leite. Uso da criatividade para o setor de eventos. In: BAHL, Miguel (org.). *Eventos: a importância para o turismo do terceiro milênio*. São Paulo: Roca, 2003. 160p. p.3-9.

DUHAMEL, Philippe. Les lieux touristiques. In: STOCK, M. (org). *Le tourisme: acteurs, lieux et enjeux*. Paris : Belin, 2003.304p. p.33-82.

FERREIRA, Luis Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. *Território*, Rio de Janeiro, n.9, p.65-83, jul/dez. 2000.

FIELDING, A.J. Counterurbanization: Threat or blessing? In: PINDER, D. (ed.). *Western Europe: challenge and change*. London: Belhaven, 1990. p.226-239.

FONSECA, M. C. L. O Patrimônio em Processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FRATUCCI, Aguinaldo C. Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, ano 2, n.4, p.121-133, 2000.

FUNARI, Pedro P.; PELEGRINI, Sandra; Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAr, 2006. 78p.

GIULIANI, Gian Mario. Neo-Ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. *Revista de Ciências Sociais*, n.14, out. 1990.

GRAZIANO DA SILVA, José et al. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário. *Turismo Rural e desenvolvimento sustentável*. Santa Maria: UFSM, 1998. 200p. p.11-47.

_____. DEL ROSSI, M. E. A evolução do emprego não-agrícola no meio rural brasileiro. Curitiba: Seminário Internacional Campo-Cidade, 1998. RODRIGUES, A . M. *A produção e consumo do e no espaço: Problemática Ambiental Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. *O Novo Rural Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: UNICAMP. IE, 1999. 150p.

- GRIEG, Maria D. *Café: histórico, negócio e elite*. São Paulo: Olho d'água, 200. 192p.
- GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN, 2002.200p.
- HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1968.
- HALFACREE, Keith. Contrasting roles for the post-productivist countryside: a postmodern perspective on counterurbanization. In: CLOKE, Paul; LITTLE, Jo. *Contested countryside cultures: otherness, marginalization, and rurality*. London: Routledge, 1997. p. 70-93.
- HALL, Colin. *Planejamento turístico: políticas processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001. 300p.
- HERZEFELD, Michael. *A place in History*. Princeton: Princeton University Press, 1991. 287p.
- HOLZER, Werther. A geografia humanista: uma revisão. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n.3, p. 8-19, jan/jul. 1997.
- HOSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KNAFOU, Rémy et al. Une approche géographique du tourisme. *Espaces du tourisme*. 1997, p.193-204.
- _____ ; VIOLIER, Philippe. Les mondes urbains du tourisme. *Espaces Temps*. Février 2005.
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do Turismo*. São Paulo: Editora Aleph, 2^a. edição, 2001.
- LARA, Silvia; PACHECO, Gustavo. *Memórias do Jongo*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2007. 200p.
- LEBRE, Ana Maria G. A urbanística do lazer e do turismo. *Sociedade e Território*, n.28, p.23-30, ago. 1998.
- LEMOS, Carlos. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- LE GROUPE TYPE. *Étude sur le tourisme rural relié au monde agricole*. Québec: 1997.150p.
- LIMA, Cristina. *Turismo de Habitação*. Porto: TURIHAB, 1995. 107p.
- LOWENTAL, David. *The heritage crusade and the spoil of history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. 338p.
- MAGALHÃES, Cláudia Freitas. *Diretrizes para o turismo sustentável em municípios*. São Paulo: Roca, 2002. 190p.

MARAFON, Glaucio et al. *Regiões de governo do Estado do Rio de Janeiro: uma contribuição geográfica*. Rio de Janeiro: Gramma, 2005. 140p.

MARSDEN, Terry et al. Rural restructuring. In: MARSDEN, Terry et al. *Constructing the Countryside*. London: Routledge Publisher, 1992, 220p. p.1-16.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. (orgs). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus, 2000. 304p. p.176-185

MENESES, Jose Newton C. *História & Turismo Cultural*. Belo Horizonte : Autêntica, 2004. 128p.

MENEZES, Ulpiano. Os usos 'culturais' da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica da práticas e políticas culturais. In: YAZIGI, Eduardo et al. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999. 242p.p.88-89.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível na Internet. www.turismo.gov.br.2007.

MIOSSEC, Jean-Marie. Une modele de l'espace touristique. *L'Espace Géographique*, Paris, n.6, p.41-68, jan-mar. 1977a.

_____. L'image touristique comme introduction á la géographie du tourisme. *Annales de Géographie*, Paris, n.58, p. 55-68, jan-fev. 1977b.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984. 400p.

MOREIRA, Roberto José. Configurações de poderes urbano-rurais: fragmentos de discursos e práticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18, 2006, Rio de Janeiro. Anais - cd-rom.

NATAL, Caroline B. *O mundo rural na vitrine: o turismo e as transformações socioespaciais em São Pedro da Serra*. 104f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

PRATS, Lloren. *Antropologia y Patrimônio*. Barcelona : Ariel. 1997. p.73-92.

PEARCE, Douglas. L'espace touristique de la grande ville : éléments de synthèse et application à Christchurch (Nouvelle Zélande). *L'Espace Géographique*, Paris, n.10, p.161-168, jui-set. 1981.

_____. *Geografia do turismo*. São Paulo: Aleph, 2003.390p.

PRESERVALE. Disponível na Internet. www.preservale.br. 2007. Acessado em 12/06/2006.

PORTUGUEZ, Anderson P. *Agroturismo e Desenvolvimento Regional*. São Paulo: Hucitec, 1999. 127 p.

REJOWSKI, Mirian. *Pesquisa acadêmica em turismo no Brasil (1975 a 1992) configuração e sistematização documental*. 167f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1993.

RELPH, Edward. *Place and Placelennness*. London, Pion, 1976. 156p.

RIEGL, Alois. *El culto moderno aos monumentos*. Madrid: Visor, 1987. 104p.

RODRIGUES, Adyr A. Balastri. *A produção e consumo do e no espaço: Problemática Ambiental Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1997. 158 p.

_____. Percalços do planejamento turístico: o Prodetur – NE. In: RODRIGUES, Adyr Balastri (org). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1999. 274p. p. 147-162.

_____. Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In: ALMEIRDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Org.). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. São Paulo: EDUSC, 2000. 264p. p.51-68.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARY, Pedro Paulo; PINSJY, Jaime (org). *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.103p. p.13-24.

RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, G; RIBEIRO, M. (Orgs). *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002. p.27-42.

_____. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. *Revista da ANPEGE*, Rio de Janeiro, n.2, p.45-66, 2005.

RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. São Paulo: Papirus, 1997. 200p.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 124p.

_____. *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. 3ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308p.

_____. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, Milton et al. *Fim de século e globalização*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2002a. 350p. p.15-22.

_____. Guerra dos lugares. In: RIBEIRO, Wagner Costa (org). *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002b. 225p. p.87-89.

SACAREAU, Isabelle; STOCK, Mathis. Qu'est-ce que le tourisme? In: STOCK, M. (org). *Le tourisme: acteurs, lieux et enjeux*. Paris : Belin, 2003.304p. p.7-32.

SOLHA, Karina Toledo. *Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil*. 1150f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2004.

SCHAMA, Simom. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 573p.

SILVANO, Camila. *Paisagens e patrimônios: outros caminhos para os territórios rurais*. 11º CER. Sub-tema 4, 2007.

STEIN, Stanley. Vassoura: um município brasileiro do café (1850-1900). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985. 36p.

STOCK, Mathis. Les sociétés à individus mobiles : vers un nouveau mode d' habiter. *Espaces Temps*. Décembre, 2004.

TELLES, Augusto C da Silva. *O Vale do Paraíba e a arquitetura do café*. Rio de Janeiro: Capivara, 2006. 208p.

TOWNER, Jonh. *The historical geography of recreation and tourism in the western world (1540-1940)*. Chichester: Jonh Wiley & Sons Ltd, 1996. 312p.

TUAN, Yi – Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983. 250p.

TULIK, Olga. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, Adyr B (Org). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997. 208 p. p.136-143.

_____. *Turismo Rural*. São Paulo: Aleph, 2003.95p.

URRY, John. *O olhar o turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001. 230 p.

TURISRIO. Disponível na Internet. www.turisrio.com.br. 2007.

VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata no Brasil. In: VALVERDE, Orlando. *Estudos da geografia agrária brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985. 268p. p.17-72.

VEIGA, José Eli. *Nem tudo é urbano*. Disponível na Internet. <http://www.econ.fea.usp.br/zeeli>. 2004.

ZIMMERMANN, A. *Turismo rural: um modelo brasileiro*. Florianópolis: editora Zimmermann, 1996. 67p.

ANEXOS

Anexo I – Roteiro de Entrevistas:

Entrevista com os proprietários das sedes de fazenda:

- 1) Nome da Fazenda: _____
- 2) Como adquiriu o Imóvel? () Por Compra; () Por herança; () Por leilão.
- 3) Quando? _____
- 4) Por quê? _____.
- 5) a Fazenda Possui Hospedagem? _____.
- 6) Possui atividade agrícola? _____.
- 7) Qual? _____.
- 8) Paga IPTU ou ITR? _____.
- 9) Qual a atividade agrícola realizada pela propriedade antes de adquiri – lá? _____.
- 10) Em que estado se encontrava a propriedade antes de adquiri - lá? _____.
- 11) Quando decidiu abrir a propriedade á visitação? Por quê? _____.
- 12) Como ocorre a visitação a propriedade? _____.
- 13) Quantas pessoas recebem? _____.
- 14) Quais os locais de origem dos visitantes? _____.
- 15) Recebem visitantes estrangeiros? De qual origem? _____.
- 16) Qual o período de Maior visitação? _____.
- 17) Utilizam empregados? Quantos? São moradores da localidade? _____.
- 18) Como surgiu a sua integração com a Preservale? _____.
- 19) Como é a atuação da TurisRio na dinâmica turística do Vale? _____.
- 20) E a atuação da Prefeitura? _____.

Roteiro 2:

Questões para os turistas em visitaçã ao Vale:

1) Nome: _____

2) Local de Origem? _____

3) Grau de Instrução – Ensino Fundamental () / ensino Médio () / Ensino Superior () /
Completo () – Incompleto () Pós-Graduação () / Mestrado () Doutorado ().

4) Faixa de Idade: (0-20) (21-30) (31-40) (41-50) (+50).

5) Profissão: _____

6) Como descobriu as Fazendas do Vale: () amigos () Parentes () Propaganda em jornais ()
) Propaganda em revistas () Internet () Outros. Qual? _____.

7) Visita a propriedade em grupo () ou agendou a visitaçã por conta pr3pria ()

8) Qual o meio de transporte? _____.

9) 3 a primeira vez que visita a fazenda ? () SIM () N3O. Quando foi a 1ª vez e quantas vezes
j3 retornou? _____

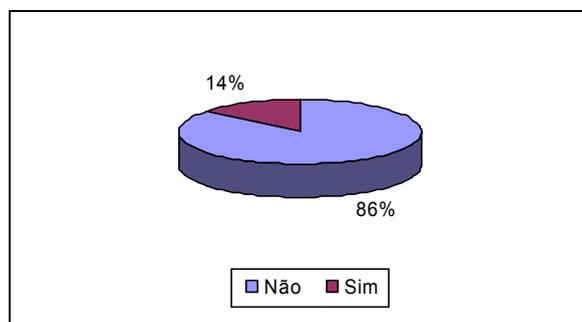
10) pretende voltar outra vez? () SIM () N3O () Talvez.

11) o que motivou a visitaçã a fazenda? _____.

12) J3 visitou outras fazendas do Vale? _____. Quais? _____.

Anexo II – Dados Obtidos em Pesquisa de Campo:

1) Recebeu apoio de Órgãos e de Profissionais de turismo no início da implantação da atividade Turística?



Fonte: Pesquisa de Campo2007.

2) Grau de instrução?

- Superior completo – 98%
- Ensino médio – 2%

3) Faixa de idade?

- (0-20) - 2%
- (21-30) - 5%
- (31-40) – 20%
- (41-50) – 31%
- (+50) – 42%

4) Profissão?

- Dentista – 1%
- Professor – 7%
- Bancário – 5%
- Arquiteto – 5%
- Funcionário Público – 7%
- Advogado – 3%
- Negociante – 10%
- Do Lar – 20%
- Aposentado – 32%
- Profissional liberal – 10%

5) Tabela: Como descobriu as Fazendas do Vale?

Anúncio em revista	36%
Internet	20%
Indicação de Amigos	12%

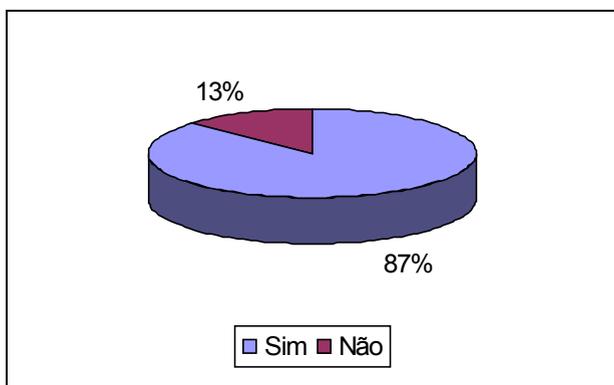
FONTE: Pesquisa de Campo, 2007.

6) Gráfico: Forma de Visitação



FONTE: Pesquisa de Campo, 2007.

7) Gráfico: Recebe Turistas Estrangeiros?



FONTE: Pesquisa de Campo, 2007.

Anexo III – Descrição Histórica das Fazendas do Vale do Café Fluminense:

Fazenda Cachoeira Grande:



Fonte: Preservale, 2007

Sua sede foi construída por Francisco José Teixeira Leite que em 1830 casou-se com sua prima Dona Maria Esméria Teixeira Leite, iniciando a plantação de mudas de café em substituição às extensas florestas e com as madeiras extraídas desta derrubada constrói a casa de morada, senzalas e o engenho. Em 1871, Francisco José Teixeira Leite chegou ao ápice de sua projeção social e é agraciado pelo Imperador D. Pedro II, com o título de Barão de Vassouras. Treze anos depois falece, deixando uma fortuna aos onze filhos. Em 1884, meses após o falecimento do seu fundador, seus herdeiros ofereceram um requintado jantar ao casal Princesa Isabel e Conde D'EU e a outros ilustres convidados. No século XX, a Fazenda já não pertencia mais à nobre família Teixeira Leite. Na década de 1940 é adquirida por Mário Mondovo, Italiano de Origem judaica que emigrou para o Brasil a fim de exilar-se da perseguição nazista que assolava a Europa durante a Segunda Guerra Mundial (PRESERVALE, 2006). A fazenda a partir daí entra em abandono, pois o proprietário esperava transformar a propriedade em um cassino, contudo como a lei da legalização dos cassinos no Brasil não foi aprovada a fazenda acaba esquecida. Em 1987, a fazenda que já se encontrava em ruínas, foi adquirida pelo italiano Francesco Vergara Caffarelli, que juntamente com sua esposa Núbia Vieira Monteiro Vergara Caffarelli restaurou a propriedade e mobiliou com móveis do século XIX, como um piano forte e uma mesa de jantar de vinte e dois lugares. Além da casa de 62 janelas, cercada de jardins a fazenda mantém ruínas da senzala e uma antiga usina de beneficiamento de cereais.

Fazenda do Secretário:



Fonte: Preservale, 2007

É o melhor exemplo de solar rural cafeeiro em estilo neoclássico existente no Brasil. A Fazenda pertenceu ainda no século XVII a José Ferreira da Fonte secretário do governador da província do Rio de Janeiro. No século XIX foi adquirida por Laureano Correa e Castro, Barão de Campo Belo, que construiu o casarão cercado de jardins impecáveis, cachoeira, bosque e esculturas em ferro fundido da famosa fundição Barbezat & Co., do Vale D'Osne e que em seu apogeu chegou a possuir 500.000 pés de café e 366 escravos, sendo sua beleza, cenário de minisséries como “Os Maias” e “Os Quintos dos Infernos”. A fazenda teve muitos donos e deteriorou-se, contudo em meados da década de 1980 foi adquirida pela baiana Martha Ribeiro de Britto que tem se dedicado a devolver o glamour à propriedade, decorando a casa com peças antigas.

Fazenda Mulungú Vermelho:



Fonte: Preservale, 2007

Sua origem remonta ao princípio do século XIX, quando suas terras foram doadas através do sistema de sesmaria ao concessionário capitão Antônio Luiz dos Santos e sua Mulher Luiza Maria Angélica. Em 1825 um dos sete filhos do casal recebeu de herança as terras que deu origem a fazenda São Francisco, atualmente denominada Mulungú Vermelho.

Em meados do século XIX quando a produção de café no Vale atinge seu apogeu, São Francisco era uma das mais ricas, produzindo além do café, cereais que acabavam por abastecer as fazendas vizinhas. Trabalhavam em seus cafezais cerca de 110 escravos em um número aproximado de 280 mil pés de café.

Sua arquitetura tem influência mineira do século XVIII, levando o solar São Francisco a receber uma reforma neoclássica que ainda pode ser notada nas marcações dos cunhais, nos capitéis, cimalkas, sobrevergas e caixilhos trabalhados.

Esse patrimônio histórico foi adquirido pro Simone Fonseca em 1888, já com o nome de Mulungú Vermelho. Primeiramente a propriedade destinava-se a segunda residência, passando a residência principal e em meados da década de 1990 tem suas portas abertas a visitação.

Fazenda Cachoeira do Mato Dentro:



Fonte: Preservale, 2007

Pertenceu a José de Almeida Avelar, Barão de Ribeirão, estando desde 1896 com a Família Rangel. A fazenda surge com a plantação do café aproveitando as margens do Rio Paraíba do Sul e da Estrada de ferro, porém com a decadência do café a fazenda vai a leilão, sendo arrematada pelo avô do senhor Luis Felipe Rangel, atual proprietário da fazenda. Atualmente a fazenda ainda conserva o espaço a qual era destinado para secar o café e o banheiro de escravos (uma gruta onde passa um córrego em que os escravos se banhavam em remédios para curar a doença da “lepra do Café”).

O Senhor Luis Felipe ainda permanece com outras atividades produtivas como o gado de corte e leite, além das plantações de tomate e abóbora. Dentre os anos de 1940 e 1950, a propriedade foi uma fazenda hotel. Contudo nos dias atuais, ela se encontra aberta ao público somente para visitação.

Fazenda Vista Alegre:



Fonte: Preservale, 2007

Foi uma das primeiras a ter escola para os filhos de escravos. Também teve sua própria banda de música formada por 27 escravos libertos. Seu mais ilustre morador foi Francisco Joaquim Gomes Pimentel, o Visconde de Pimentel, fascinado por música e anfitrião de saraus. Embora tenha atingido fama e prestígio o Visconde de Pimentel faleceu sem deixar herdeiros e já com seus bens inteiramente hipotecados a sua irmã, Maria Francisca, viúva do Comendador Manoel Esteves dono da casa comissária de café. Dona Maria Francisca por sua vez após retirar todos os bens (móveis, documentos, quadros, etc.) entregou a fazenda em pagamento de suas próprias dívidas do Banco do Brasil, por ocasião da derrocada da economia cafeeira.

A Fazenda Vista Alegre é adquirida em leilão pela família do Barão de Oliveira Castro em 1901. Em 1912 chegam trazidos pela família Oliveira Castro, os primeiros imigrantes dinamarqueses do vale que vieram a fundar na fazenda a primeira indústria de queijos de tecnologia europeia do Estado, os laticínios Dana. A família Nielssen residiu em Vista Alegre por cerca de trinta anos tendo, então, desenvolvido e aprimorado queijos de qualidades variadas, até se transferirem para o sul de Minas Gerais, aonde vieram multiplicar indústrias e marcas de laticínios diversos.

Desde 1980 a Fazenda Vista Alegre pertence à Delio e Clair de Mattos Santos que a adquiriram de Eduardo Soares Sampaio, herdeiro direto do Barão de Oliveira Castro. Após desenvolver também a produção de laticínios atualmente desativada, a Fazenda Vista Alegre dedica-se à Criação de gado Canchim e as atividades de turismo cultural.

Fazenda Santo Antônio do Paiol:



Fonte: Preservale, 2007

Foi aberta em terra da sesmaria concedida em 1814 a João Soares Pinho e posteriormente foi adquirida por Francisco Martins Pimentel, que doou a propriedade como dote de casamento de sua filha Francisca com Manoel Antônio Esteves, o qual ampliou as atividades cafeeiras na fazenda. Já com a decadência do café, os Esteves se desfazem de parte das terras, ficando a fazenda praticamente desativada e sem renda.

Em 1969, a herdeira da família Esteves, Dona Francisca Olympia Alves de Queiroz Esteves, já idosa e sem condições de manter a fazenda decide doa-la a uma entidade religiosa, a Congregação da Pequena Obra da Divina Providência, como último recurso para manter a propriedade e os pertences dos Esteves. Nos anos 1990, a fazenda Santo Antônio do Paiol é arrendada por Rogério Vianna um empresário do Rio de Janeiro que empreendeu uma grande reforma na sede, recuperando o mobiliário e organizando o acervo documental da fazenda.

Fazenda Pau D'Alho:



Fonte: Preservale, 2007

Sua origem esta nas terras da sesmária concedida a Joaquim Marques da Silva, denominada Cachoeira de Santa Rosa. Sua localização geográfica facilitou sua abertura ainda em princípios do século XIX. Em 1835, a fazenda é vendida ao comendador José da Silveira Vargas. Silveira Vargas foi Comendador da Ordem da Rosa e seria em 1826 o primeiro presidente da Câmara Municipal de Valença. Vargas inaugurou na vila um período de importantes realizações sendo responsável em prol da instauração do ensino primário, da fundação da Santa Casa de Misericórdia e da construção da igreja matriz de Nossa Senhora da Glória. Em 1987, a propriedade acaba sendo vendida ao comerciante italiano Vito Pentagna. O atual proprietário de Pau D'Alho é Humberto Vito Ribecco Pentagna, neto de Vito Pentagna. A principal atividade econômica da fazenda sempre foi o café que aos milhares de pés cobria seu vasto solo. Contudo, com a libertação dos escravos e a conseqüente decadência da lavoura em todo o estado acabaram transformando os seus cafezais em pasto para o gado, voltando na década de 1960 ao plantio original do café, o qual não vingou. Atualmente em suas terras a fazenda Pau D'Alho cria gado bovino e planta milho e feijão.

Fazenda Florença:



Fonte: Preservale, 2007

Fundada pelo clã dos Teixeira Leite de Itambé e de Vassouras, sua sede de 1852, foi restaurada com mobília de época pelo atual proprietário o dentista Paulo Roberto dos Santos. O proprietário adquiriu a fazenda com o intuito de estabelecer uma segunda residência e investir na criação de gado. Entretanto, o potencial turístico da fazenda é que acaba sendo explorado, criando dezesseis apartamentos ao redor da sede, transformando a fazenda em hotel desde 2004.

Hotel Fazenda do Arvoredo:



Fonte: Preservale, 2007

Inicialmente foi a fazenda Santa Clara cuja fundação é de 1858 e no auge do seu esplendor contava 250 escravos. Herdada pelos irmãos Ana e Augusto Pascoli, a antiga fazenda foi transformada em um hotel. O Hotel Arvoredo foi aberto em 1991, sendo parte dos 33 quartos, localizados onde anteriormente era a antiga senzala.

Fazenda Ponte Alta:



Fonte: Preservale, 2007

Foi construída em 1830 pelo Barão de Mambucaba. Em 1890, o bisneto do Barão cede a fazenda como garantia de dívida ao Banco de Crédito Real do Brasil. Em 1900, o Conde Modesto Leal adquiriu a fazenda visando desenvolver a pecuária leiteira.

Da década de 60, a fazenda Ponte Alta é comprada por Nellie Pascoli, empresária do setor de mineração, apreciadora da arte e arquitetura brasileira, que restaura a propriedade utilizando mobiliário e peças dos séculos XVII e XIX adquiridos em antiquários. Atualmente, a Fazenda Ponte alta é uma fazenda-hotel, possuindo além do turismo a criação de gado e cavalos.

Fazenda São João da Prosperidade:



Fonte: Preservale, 2007

Adquirida há vinte sete anos atrás por Magid Breves Munis, que não encontrando vestígios do passado da propriedade, solicitou auxílio do Patrimônio Histórico e Artístico, obtendo parte da história de suas terras, que começaram a ser ocupadas a partir de 1820. Atualmente Magid, em trajes de época encarna Dona Luisinha (filha do Barão de Mambucaba), abre sua residência a visitação.

Fazenda da Taquara:



Fonte: Preservale, 2007

Fundada em 1800 é a única da região do vale do café que ainda produz café. Passada de geração em geração, pertence à mesma família que descende o Comendador João Pereira da Silva, oriundo de Portugal e que se estabeleceu em Barra do Pirai para cultivar café. O Comendador no início do século XIX se dedicou a cafeicultura nas propriedades Campo Bom, Ipiabas e Nova Prosperidade, sendo esta última acabando por registrada como Fazenda da Taquara, em virtude ao apelido dado pelos escravos pela abundância de bambus finos que existiam em abundância no terreno. A casa-sede foi construída por volta de 1830 e sua arquitetura colonial teve influência de cidades mineiras.

Ana Maria Streva, proprietária dos dias atuais, decidiu abrir a fazenda para visitação em 1999 como uma forma de incentivar o turismo cultural da região. Os visitantes podem acompanhar na propriedade as várias etapas de produção do café, desde a colheita até o beneficiamento. A família abre igualmente a sede da fazenda, onde quase tudo na casa é original, incluindo móveis, capela, um catálogo de modas de 1895 e um livro de contabilidade.

A Fazenda da Taquara, além do turismo e da produção cafeeira, desenvolve a criação de suínos que se destaca como a principal atividade econômica da propriedade.

Fazenda União:



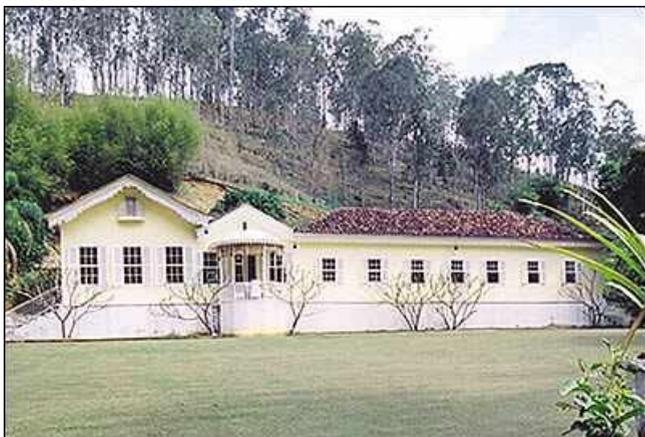
Fonte: Preservale, 2007

Seu terreno e arredores fazem parte das sesmarias doadas por D. Pedro II. A casa foi construída por volta de 1836, possuindo uma estrutura de pau a pique, com amplas janelas de madeira pintadas de verde e os móveis de época são originais, graças a busca do proprietário em antiquários da região.

Ao longo de sua trajetória a Fazenda União teve diversos donos, entre eles, José do Amaral, Capitão Bernardo Vieira e sua esposa Dona Escolástica Maria de Jesus. Porém, com as terras eram inexploradas e sem produção, em 1808, novamente foram vendidas e acabaram repartidas em sete. Entre os herdeiros estavam José Vieira Machado e Dona Lina Laudegária Vieira. Em 1859, a União foi adquirida pelo Visconde do Rio Preto, o mais importante proprietário e que fez da fazenda uma das maiores produtoras de café da região. Contudo, em 1888 com a abolição da escravatura no Brasil, a decadência do café se instala na fazenda, que fica fechada por muitos anos.

Em 1992, o arquiteto João Reis compra a Fazenda União e a restaura, abrindo a propriedade ao turismo rural, com dez quartos de hóspedes no interior da casa e a antiga senzala refuncionalizada em sala de estar.

Fazenda Santo Antônio:



Fonte: Preservale, 2007

Inicialmente batizada de Santo Antônio da Paz em 1842, pertencia a Benjamim Salles Pinheiro, esposo de Cândida Peregrina, filha do Visconde de Piabas, um homem influente durante o ciclo do café. A fazenda era nesta época uma luxuosa e confortável propriedade, entretanto, com o fim do ciclo cafeeiro fluminense a fazenda foi vendida e permaneceu esquecida por muitos anos. Contudo, em 1998 foi adquirida pelo Bermudense Arturo de Silva Pereira que transformou a propriedade em uma fazenda-hotel, integrando a atividade turística a criação de gado Canchim, Charolês e Nelores.

Fazenda Paraíso:



Fonte: Preservale, 2007

A propriedade quando foi construída denominava-se de fazenda Flores do Paraíso em homenagem ao Rio das Flores, cujas águas correm em suas terras. Conhecida como Jóia de Valença, a propriedade foi construída por Domingo Custódio Guimarães, Visconde do Rio Preto. A fazenda permaneceu na mesma família até o início do século XX, quando passou a pertencer a família do atual proprietário Paulo Roberto Belfort.

A Fazenda Paraíso oferece visita guiada, já na entrada o visitante é saudado por suas graciosas palmeiras. Sua sede tem dois andares divididos em quatro alas e na parede de um dos salões se observa uma bela pintura do espanhol José de Villaronga.

Fazenda Campos Elíseos:



Fonte: Preservale, 2007

Originalmente se chamava fazenda Bom Jardim, foi construída em 1851 pelo Coronel Peregrino Jose de América Pinheiro. Com a decadência da lavoura cafeeira, fazenda chegou a ter em suas terras mais de cem mil pés de café perdeu seu esplendor. Após alguns anos de abandono e diversos proprietários foi em 2000 adquirida e reformada por uma família italiana, os Japelli.

Nos dias atuais a propriedade oferece hospedagem e possui criação de cães, gado e cabras.

Fazenda Monte Alegre:



Fonte: Preservale, 2007

Monte Alegre foi fragmentada passando de proprietário a proprietário, sendo transformada em hotel e cassino. Entretanto a fazenda foi adquirida pelo engenheiro e escultor Gabriel Fonseca que comprou a propriedade em ruínas e levou seis anos para restaurá-la.

Atualmente, os jardins e as construções coloniais totalmente restauradas abrigam o Parque de Esculturas Lúcia Miguel Pereira. Além das esculturas do proprietário, o Parque também expõe trabalhos de Maria Martins, Agostinelli, Ângelo de Aquino e João Golberg dentre outros artistas.

Fazenda São João da Barra:



Fonte: Preservale, 2007

Construída pro volta de 1830 foi recentemente restaurada para visitação, expõe gravuras e documentos originais do século XIX.

Fazenda Santa Cecília:



Fonte: Preservale, 2007

Fazenda Histórica do Ciclo do café construída em 1770 no estilo colonial. No apogeu do ciclo do café, seu proprietário o Barão de Paty de Alferes realizou uma reforma alterando seu estilo para neoclássico.

Localizada no Distrito de Vera Cruz, município de Miguel Pereira, a Fazenda Santa Cecília possui em seus jardins uma capela projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer. A capela de 1989, consagrada a Santa Cecília, foi um presente do arquiteto para Maria Cecília, filha do político José Aparecido de Oliveira, dono da propriedade. Atualmente é a própria Maria Cecília quem cuida da propriedade que oferece hospedagem e visitas guiadas.